2014/15

Relatório de Gestão

Comissão Executiva
Do Plano da Lavoura
Cacaueira

SecexAmbiental – 2DT

TCU

Índice

ITEM 1 - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA CEPLAC 7
Identificação da UJ 7
Identidade funcional 9
ITEM 2 - AMBIENTE DE ATUAÇÃO 10
2.1 Ambiente de atuação da entidade 10
2.2 Ambiente de negócios das Superintendências e Gerências Regionais da Ceplac 14
ITEM 3 – RESULTADOS DA GESTÃO E DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 25
3.1 Descrição 25
3.1.1 Análise 25
3.1.2 Conclusão 27
3.2 Descrição 27
3.2.1 Análise 27
3.2.2 Conclusão 30
3.3 Descrição 30
3.3.1 Análise 30
3.3.2 Conclusão 32
3.4 Descrição 32
3.4.1 Análise 32
3.4.2 Conclusão 35
3.5 Descrição 36
3.5.1 Descrição do Objetivo Estratégico 36
3.5.2 Análise 36
3.5.3 Conclusão 39

3.6 Descrição 40
3.6.1 Análise 40
3.6.2 Conclusão 43
3.7 Descrição 43
3.7.1 Análise 43
3.7.2 Conclusão 44
3.8 Descrição 45
3.8.1 Análise 45
3.8.2 Conclusão 48
3.9 Descrição 49
3.9.1 Descrição 49
3.9.2 Análise Projeto: Inovação Tecnológica nas pesquisas realizadas 49
3.9.3 Conclusão 53
3.10 Descrição 54
3.10.1 Análise 54
3.10.2 Conclusão 56
3.11 Resultados físicos/fin. previstos e obtidos nas principais ações orç. relacionadas ao obj. estratégico 57
3.11.1 Análise 57
TEM 4 – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO 59
4.1 Descrição - Inovação 59
4.2 Descrição - Comunicação 59
4.3 Descrição - Instituição 60
4.4 Descrição – Gestão de Pessoas 60
4.5 Descrição – Ambiente Organizacional 61
4.6 Descrição - Orçamento 62
4.7 Descrição – Gestão de TI 62

4.7.1 Análise 62

4.7.2 Conclusão 66

ITEM 5 – RESULTADO DA IMPLANTAÇÃO DO PLAN. ESTRATÉGICO 67

5.1 Avaliação e avanços 67

5.2 Análise dos indicadores de desempenho relacionados com o processo de gestão estratégica 69

5.3 Principais dificuldades e mudanças previstas..... 69

ITEM 6 – INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA..... 69

6.1 Atividades de correição:..... 69

6.2 Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos 71

6.3 Balanço recomendações do plano permanente de providências da CGU 71

ITEM 7 – PRINCIPAIS RECEITAS E DESPESAS..... 72

ITEM 8 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE 73

8.1 Canais de acesso do cidadão e informações sobre o atendimento..... 73

8.2 Carta de Serviços ao Cidadão 74

8.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços 75

8.4 Acesso às informações da Ceplac 75

8.5 Avaliação de desempenho da Ceplac..... 75

PARTE B - INFORMAÇÕES DOS ITENS DE 9 A 16 REF 6 a 13 DN 76

ITEM 9 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 76

9.1 Demonstração da execução das despesas 76

9.2 Informações sobre despesas com ações de publicidade e propaganda 76

9.3 Demonstração e justificação de eventuais passivos reconhecidos no exercício, contabilizados ou não, sem respectivo crédito autorizado no orçamento..... 76

9.4 Demonstração da movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores 77

9.5 Informações sobre transferências de recursos mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres 78

9.6 Informações sobre suprimento de fundos, contas tipo B e CPGF 79

9.7 Informações sobre renúncia de receitas 82

9.8 Gestão de precatórios 82

9.9 Comentários sobre a execução orçamentária e financeira da CEPLAC em 2014 82

ITEM 10 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MOB E CUSTOS RELACIONADOS 84

Estrutura de pessoal da unidade jurisdicionada, contemplando as seguintes perspectivas. 84

10.1 Demonstração da força de trabalho 84

10.2 Demonstração da distribuição da força de trabalho, discriminando efetivos e temporários, especialmente no âmbito das áreas técnicas responsáveis por macroprocesso finalístico 84

10.3 Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade jurisdicionada, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim. 88

10.4 Qualificação da força de trabalho 88

10.5 Descrição das iniciativas da UJ para capacitação e treinamento dos servidores nela lotados 89

10.6 Custos associados à manutenção dos recursos humanos 90

10.7 Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada 91

10.8 Descrever os principais riscos identificados na gestão de pessoas da unidade jurisdicionada e as providências adotadas para mitigá-los 91

10.9 Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas 91

10.9.1 Inf. sobre a contratação de mão de obra de apoio e sobre a política de contratação de estagiários 92

ITEM 11 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO 93

11.1 Gestão da Frota de Veículos por UG 93

11.2 - Discriminação dos Bens Imóveis por Estado e UG 109

11.2.1 – Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada 109

11.2.2 - Distribuição geográfica dos imóveis da União 109

11.2.3 - Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no SPIUnet 111

11.2.4 - Informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade jurisdicionada, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação 112

11.2.5 - Os custos de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis 112

11.3 - Imóveis locados a terceiros 112

11.3.1 – Distribuição geográfica dos imóveis locados 112

11.3.2 – Finalidade de cada imóvel local 112

11.3.3 – Custos de locação e os de manutenção do imóvel. 112

ITEM 12 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 113

ITEM 13 – GESTÃO DO USO DOS REC. RENOVÁVEIS E SUST. AMBIENTAL ITEM 3 DN 113

ITEM 14 – ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE DN 114

ITEM 15 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS 116

PARTE C – ANEXOS SOBRE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AOS ITENS DE 1 A 8 118

Anexo I: Complementa item 1.1 – normas da UJ - 118

Anexo II: Finalidades e competências institucionais - REF 1.2 DN - 119

Anexo III: Complementa item 1.2 – organograma - 120

Anexo IV: Complementa itens 3 e 4 - relação de responsáveis pelos objetivos estratégicos 121

Anexo V: Complementa itens 3.2 e 4.2 – indicadores de desempenho 123

Anexo VI: Complementa informações do item 5.1 c) – objetivos PAA_LOA 128

Anexo VII: Descrição das estruturas de governança – REF 2.1 DN 129

Anexo VIII: Complementa informações do item 6.2 – avaliação sistema de controles 129

Anexo IX: Complementa item 8.2 – carta de serviços ao cidadão 131

Anexo X: Medidas adotadas para cumprimento das normas relativas à acessibilidade REF 3.6 DN 131

ITEM 1 - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA CEPLAC

Identificação da UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA - PR			**Código SIORG:** 26
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			**Código SIORG:** 14
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA CONSOLIDADORA E AGREGADORA			
Denominação completa: COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA			
Denominação abreviada: CEPLAC			
Código SIORG: 18	**Código na LOA:** 22101.20		**Código SIAFI:** 130010
Natureza Jurídica: Administração Direta			
Principal Atividade: 84.11-6/00 – Administração Pública em Geral – Administração Pública, Pesquisa, Extensão Rural e Educação			**Código CNAE:** 72.10-0/74.90-1/85.42-2
Telefones/Fax de contato:	(61) 3966 3250	(61) 3966 3256/3287	(61) 3966 3282
E-mail: diret@ceplac.gov.br		**Página na Internet**: http://www.ceplac.gov.br	
Endereço Postal: Rua G – Setor Sudoeste – Campus do INMET / MAPA – CEP 70.680-900 - Cruzeiro – Brasília – DF.			

Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas

Nome	Código SIAFI	CNPJ	Situação	Código SIORG
CEPLAC/DIRET	**130.010**	**00396895/0088-86**	**Ativa**	**18**
CEPLAC/FUNGECAU	137.003	00396895/0090-09	Ativa	18
CEPLAC/BRAG/PA	130.031	00396895/0091-81	Ativa	72125
CEPLAC/ADM/BA	130.122	00396895/0082-90	Ativa	3754
CEPLAC/GERÊNCIA/ES	130.125	00396895/0078-04	Ativa	81293
CAPLAC/ADM/PA	130.126	00396895/0079-95	Ativa	3756
CEPLAC/GERENCIA/AM	130.127	00396895/0085-33	Ativa	81305
CEPLAC/ADM/RO	130.128	00396895/0089-67	Ativa	3755
CEPLAC/GERENCIA/MT	130.129	00396895/0086-14	Ativa	81305
CEPLAC/CENEX/BA	130.132	00396895/0081-00	Ativa	72194
CEPLAC/CEPEC/BA	130.133	00396895/0080-29	Ativa	72248
CEPLAC/ALTAMIRA/PA	130.134	00396895/0076-42	Ativa	81208
CEPLAC/SANTAREM/PA	130.135	00396895/0084-52	Ativa	81310
CEPLAC/SEREX/PA	130.136	00396895/0087-36	Ativa	81317
CEPLAC/ARIQUEMES/RO	137.043	00396895/0077-23	Ativa	81304

Identificação da unidade jurisdicionada agregada			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: FUNDO GERAL DO CACAU			
Denominação abreviada: FUNGECAU / CEPLAC			
Código SIORG: 18	**Código na LOA:** 22101.20		**Código SIAFI:** 137003
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundo			
Principal Atividade: 84.11-6/00 – Administração Pública em Geral - Administração, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural			**Código CNAE:** 72.10-0/74.90-1/85.42-2
Telefones/Fax de contato:	(061) 3966-3250	(061) 3966-3256/3287	(061) 3966-3282
E-mail: diret@ceplac.gov.br			
Página na Internet: http://www.ceplac.gov.br			

Identificação da unidade jurisdicionada agregada
Endereço Postal: Rua G – Setor Sudoeste – Campus do INMET/MAPA – CEP 70.680-900 - Cruzeiro – Brasília/DF
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Consolidadora, Agregadas e Consolidadas
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas

A Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira – CEPLAC foi instituída pelo Decreto nº 40.987, de 20 de fevereiro de 1957, vinculada ao Ministério da Fazenda, com o objetivo específico de restabelecer o equilíbrio financeiro da lavoura.

È um Órgão específico e singular de pesquisa tecnológica em agricultura, assistência técnica e extensão rural vinculada à estrutura organizacional do MAPA, conforme Decreto nº 7.127, de 04/03/2010.

DECRETO Nº 40.987, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1957 - Institui o Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira do País.

- A Instituição SEPLAN, inicialmente denominada "Plano de Recuperação Econômico Rural da Lavoura Cacaueira e posteriormente Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira", foi criada em 25 de fevereiro de 1957 por meio do Decreto nº. 40.987, vinculada ao Ministério da Fazenda, com missão meramente bancária e finalidade de recompor a dívida dos cacauicultores do Sul da Bahia, para o que foi utilizado recurso financeiro do "Fundo dos Ágios", gerenciado pela CEPLAC.
- Criação do fundo do cacau e o Decreto nº 539, de 23 de janeiro de 1962, ensejaram a ampliação dos processos que vinham sendo desenvolvidos e garantiram recursos suficientes para execução do modelo CEPLAC. Permaneceu até 1963 no estágio acima citado. A partir de 1964 o regime político foi alterado substancialmente e a CEPLAC assumiu novas características, ampliando seu campo de ação para as áreas técnica e científica.
- Em 1967, passou a subordinar-se ao Ministério da Agricultura, com base nos artigos 19, 20 e 21 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, tendo sua autonomia administrativa e financeira assegurada pelo Decreto nº 73.960, de 18 de abril de 1974.
- A partir do ano de 1989, quando foi editada a Resolução nº 1661 do Banco Central do Brasil, a CEPLAC deixou de arrecadar recurso financeiro para manutenção da sua estrutura, em função da extinção da cota das alíquotas do imposto de exportação incidente sobre os produtos de que trata o item I da Resolução nº 900, de 04.04.84.
- O regimento Institucional validado inicialmente com a Portaria n° 38, de 01/02/1999, o Regimento publicado no DOU de 05/02/1999 e posteriormente com o Decreto nº 5.351, de 21/01/2005, sendo que o Decreto foi publicado no DO./U de 24/01/2005.
- Decreto Nº 7.127, de 04/03/2010 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e dá outras providências.
- Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 – Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012 a 2015.
- Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012 – Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o exercício financeiro 2012.
- Portaria nº 1.276 de 27 de dezembro de 2013 – Aprova o Regimento Interno da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.
- DECRETO QUE ENQUADRA A CEPLAC NO CIENCIA E TECNOLOGIA
- FALAR SOBRE GCEPLAC
- ANATER

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Consolidadora, Agregadas e Consolidadas				
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI: 130.010	Nome: DIRET/CEPLAC			
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI: 13903	Nome: DIRET/CEPLAC			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	Fonte		
137.003	00001	150	100	181
130.010				
130.122				
130.125				
130.126				
130.127				
130.128				
130.129				
130.031				
130.132				
130.133				
130.134				
130.135				
130.136				
137.043				

Identidade funcional

Identificação dos administradores:

Cargo	Nome	CPF	Período de gestão
Diretor	HELINTON JOSE ROCHA	045.448.438-04	Exercício 2014
Substituto	EDMIR CELESTINO DE ALMEIDA FERRAZ	060.243.865-91	Exercício 2014

Missão	Visão de Futuro	Valores
Promover o desenvolvimento rural sustentável das regiões produtoras de cacau no Brasil	Ser reconhecida, até 2022, pela excelência no desenvolvimento de modelos competitivos e sustentáveis de produção para a agricultura tropical perene nas regiões cacaueiras.	Tecnologia de ponta; Conservação produtiva; Flexibilidade; Eficiência; Eficácia; Integração com os agentes das cadeias produtivas.

ITEM 2 - AMBIENTE DE ATUAÇÃO

2.1 Ambiente de atuação da entidade

A CEPLAC atua em seis Estados e no Distrito Federal por meio das ações de:

1. **Defesas sanitárias animal e vegetal;**
2. **Classificação de produtos agropecuários;**
3. **Fortalecimento do associativismo rural e cooperativismo;**
4. **Promoção de produtos destinados a novos mercados;**
5. **Fomento de produtos agroenergéticos e da heveicultura;**
6. **Análise de risco climático para fins de zoneamento agropecuário;**
7. **Pesquisa agropecuária e inovação;**
8. **Assistência técnica e extensão rural;**
9. **Política ambiental institucional;**
10. **Implementar, monitorar e avaliar a Estratégia Institucional; e**
11. **Gestão e interfaces institucionais com órgãos federais e demais organismos nacionais e internacionais para a execução de programas e ações de cooperação técnica, científica e financeira em benefício das regiões produtoras de cacau;**
12. **Interlocução com a Universidade Federal do Sul da Bahia;**

A CEPLAC e a UFSB são entidades públicas federais que desenvolvem atividades de pesquisa em ciência, tecnologia e inovação voltadas ao desenvolvimento sustentável da Região Sul da Bahia, com base em valores como a sustentabilidade, a equidade social e o respeito às culturas tradicionais. Além da similaridade de suas missões, valores institucionais e áreas de abrangência estas instituições têm complementaridades de grande valor estratégico, tais como: a) a experiência científica, tecnológica e o profundo conhecimento profissional específico da região, acumulados ao longo de cinco décadas de atividade da CEPLAC e o potencial de crescimento quantitativo e qualitativo dos recursos científicos e tecnológicos da recém-criada UFSB; b) os ativos científicos, tecnológicos e imobiliários acumulados pela CEPLAC e os recursos orçamentários destinados à construção, reforma e equipamento de imóveis, incluindo desde salas de aula a laboratórios e outras instalações acadêmicas, por parte da UFSB; c) a inserção de política, social e econômica construída historicamente pela CEPLAC e aquelas necessárias ao cumprimento da missão institucional da UFSB. Assim sendo, o evidente potencial de obtenção de sinergias oriundas da integração física, institucional e social das duas instituições é de grande interesse não apenas à sociedade como também ao próprio estado brasileiro e seus governos.

A constituição de parques tecnológicos têm sido usada, frequentemente, em países de economia mais desenvolvida, como política de desenvolvimento regional em áreas industrialmente subdesenvolvidas, sendo um importante instrumento de indução à "reconversão produtiva para atividades dinâmicas, de maior conteúdo tecnológico". A criação do Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia - PCTSB está sendo uma iniciativa do Comitê de Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação constituído para esse fim por representantes da CEPLAC, UFSB, UESC, IFBA e IF-Baiano elaborado, como já mencionado, a partir da proposta pioneira da CEPLAC defendida em seminário aberto, na sede desta organização em 9 e 10 de abril de 2014.

A Micro-Região de Ilhéus-Itabuna reúne diversas características que a tornam diferenciada como sede em potencial para um parque desta natureza, como listado a seguir: a) Trata-se de Micro-Região com duas cidades médias (distando cerca de 30km de centro a centro) em processo irreversível de conturbação. Itabuna (a quinta maior cidade do estado) tem pouco mais de duzentos mil habitantes e ostenta o

terceiro maior IDH da Bahia. Já Ilhéus, tem 185 mil habitantes e a micro-região, com seus 41 municípios, pouco mais de um milhão de habitantes; b) Além de três instituições de ensino superior federais (UFSB, IFBA e IF-Baiano), a Micro-Região tem a segunda maior IES pública da Bahia em termos de produção científica, a UESC e uma importantíssima outra instituição federal de ciência e tecnologia, a cinquentenária CEPLAC; c) A rede privada de ensino superior conta com dez faculdades, centros universitários e universidades; d) A CEPLAC já disponibilizou mais de 50 hectares de terras totalmente atropizadas às margens da rodovia que liga os dois municípios para o Parque Tecnológico e as IES públicas a ele relacionadas; e) Além de um aeroporto internacional em operação a região será contemplada com um novo e ampliado aeroporto a ser construído entre as duas cidades e a menos de dez quilômetros do terreno já destinado à construção do parque; f) A Micro-Região recebeu investimentos federais para pesquisa em 1925 para sua primeira estação experimental voltado à otimização dos processos produtivos de cacau. Por conta de esforços pioneiros como esse e uma combinação rara de solo e clima a região transformou-se em valiosíssimo acervo de germoplasma com reconhecimento e interesse internacionais. g) Em seis anos a região terá cerca de 500 doutores residindo a menos de 20km do terreno disponibilizado ao Parque, e o que é mais importante e raro: com um provável tempo médio de deslocamento inferior a 30 minutos.

13. Lançamento da política de plataforma do conhecimento

O Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento - PNPC, nasce e se encaixa perfeitamente com o Parque Tecnológico do Sul da Bahia - PCTSB, pois traz objetivos que se complementam como: I - realizar encomenda tecnológica destinada à solução de problema técnico específico ou à obtenção de produto ou processo inovador, de bens ou serviços, que envolva risco tecnológico; e II - estimular a parceria entre empresas e instituições de pesquisa científica e tecnológica. No caso do PCTSB, as discussões preliminares apontam para algumas possíveis áreas de concentração, tais como: a) Biotecnologia; b) Cadeias Produtivas Florestais; c) Alimentos; d) Engenharias Ferroviária e Portuária; e) Tecnologias de Informação e Comunicação. Dentro do programa nacional, a CEPLAC se propõe liderar a "Plataforma de Conhecimento de Cacau e Chocolate". Considera-se plataforma do conhecimento a empresa, o consórcio ou a entidade privada sem fins lucrativos que reúna agentes públicos e privados que atuem em conjunto para obter resultados concretos para a solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador de elevado risco tecnológico, com metas e prazos definidos. O PNPC é baseado em experiências internacionais para o desenvolvimento de pontos chaves de intercessão entre a produção do conhecimento e a competitividade econômica, como as plataformas tecnológicas europeias e os innovation hubs, nova versão das políticas científicas dos Estados Unidos.

Cada plataforma irá reunir lideranças científicas para organizar recursos e desenvolver produtos com o apoio de empresas para lançá-los no mercado. O arcabouço das plataformas será definido em editais de fomento e financiamento, a fim de que pesquisadores e empresas candidatem-se para o desenvolvimento dos projetos. O financiamento será realizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Finep. As instituições de apoio do programa serão a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel/Eletrobras), o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes/Petrobras) e os institutos de inovação e de tecnologia do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Esse conjunto de empresas e centros de pesquisas públicos, junto com as demais instituições privadas que serão selecionadas, terão como meta, segundo a Finep, o objetivo de aumentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para a marca de 2% do PIB até 2020. O progra-

ma terá ainda medidas para atração de profissionais qualificados do exterior e acesso a equipamentos de ponta, por meio do regime especial de compra e contratação de pessoas.

14. Parcerias institucionais

A Ceplac exercita, no âmbito regional, nacional e internacional integração interinstitucional que tem possibilitado manter em alta o seu prestígio e se manter como Instituição de Pesquisa. Diversas parcerias institucionais estão em curso com a participação de universidades (UESC, UFSB, UFRB, UNICAMP, UESB, UFV, UFLA, FTC) e instituições de pesquisa e extensão (EMBRAPA, CAPES, FINEP, ADAB, EBDA, CIRAD, USDA/EUA, INIAP/Equador; ICT/Peru, SEAGRI-BA) e de fomento a pesquisa (FINEP, CNPq, FAPESB), além da iniciativa privada e do terceiro setor (M & MARS, Instituto Biofábrica, COOFASULBA, IC) todas relacionadas com a execução de ações que têm como foco atender as demandas inerentes ao desenvolvimento sustentável do sul da Bahia. A Ceplac, considerando as atividades relacionadas diretamente com a pesquisa, mantém em vigência cerca de 30 convênios ou acordos de cooperação, em sua grande maioria relacionadas diretamente com pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica (PD & I).

Na integração com as universidades regionais merece destaque as ações conjuntas com a UESC, principalmente no apoio prestado aos cursos de pós-graduação, relacionados com as Ciências Agrárias e Ambientais, traduzido em elevado número de teses ou dissertações conduzidas no âmbito dos laboratórios e campos experimentais da CEPLAC/Bahia, com orientação ou co-orientação de pesquisadores e versando sobre temas incluídos no portfólio de pesquisas do Centro de Pesquisas da CEPLAC. Essa participação, além de contribuir diretamente com a formação de novos pesquisadores, tem contribuído para atenuar a deficiência de pessoal que a Ceplac atravessa. No segundo semestre de 2014, foram orientados por pesquisadores da Ceplac, 16 estudantes de mestrados, 12 de doutorado e 3 de pós-doutorado, totalizando 31 estudantes, nas áreas de biologia molecular, genômica, fitopatologia, solos e meio ambiente. A CEPLAC tem ampliado sua participação direta nos programas de iniciação científica, contemplando estudantes matriculados da UESC, e de outras Instituições de Ensino, contando hoje com 35 bolsistas vinculados ao CNPq e FAPESB que exercem suas atividades nos seus laboratórios ou campos experimentais. Também recebe considerável número de estudantes para estágios curriculares de diversas universidades no âmbito regional e nacional.

Professores da Uesc e Unicamp, também participam de pesquisas em rede, com ação conjunta entre o Cepec/CEPLAC e outras instituições de ensino e pesquisas, a exemplo da atual rede de pesquisas Renorbio/Renorbruxa, cofinanciada pela FINEP. Com a recém-criada Universidade federal do Sul da Bahia (UFSB), a Ceplac tem acordo de cooperação em andamento onde se ressalta além da cessão de áreas para implantação de campi, a participação colaborativa do Cepec/CEPLAC em cursos de pós-graduação, pesquisas conjuntas e na instalação do Parque Tecnológico, na sede da Superintendência da Ceplac em Ilhéus, BA (SUEBA).

15. Política de Preço Mínimos

A importação de cacau na Bahia fez com que os preços internos de cacau declinassem, deixando de existir um ágio no referido preço pago pelo mercado passando a verificar-se um deságio, ou seja, o mercado passou a pagar um preço inferior ao preço de bolsa, a ponto de não cobrir os custos de produção.

Posteriormente, por pressão das associações dos produtores através da Câmara Setorial Federal do Cacau a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, com o apoio da CEPLAC, foi elaborado o custo de produção do cacau para produção de uma arroba (1 @ = 15 Kg de cacau) e situou-se em R$ 83,70 (oitenta e três reais e setenta centavos).

Na divulgação do Plano safra 2013/14 o preço mínimo designado para o cacau foi de R$ 75,00/@, ou seja, abaixo do custo de produção. Posteriormente, o governo federal pelo segundo ano consecutivo incluiu o cacau cultivado (amêndoa) dentro da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Para a safra 2014/15, o preço mínimo do produto será de R$ 5,59 o quilo na região Nordeste e no Espírito Santo – alta de 11,8% sobre a safra passada praticamente corrigindo essa distorção, já que o preço equivalente em @ corresponde a R$ 83,85 – e de R$ 4,74/kg nas regiões Norte e Centro-Oeste, o que representa um crescimento de 1,1%. Porém, se o custo de produção for corrigido, este continuará maior que o preço mínimo pago pela CONAB. A felicidade é que os preços pagos pelo mercado estão superiores aos custos de produção e ao preço mínimo. Em 2014 o preço médio foi de R$ 104,00/@.

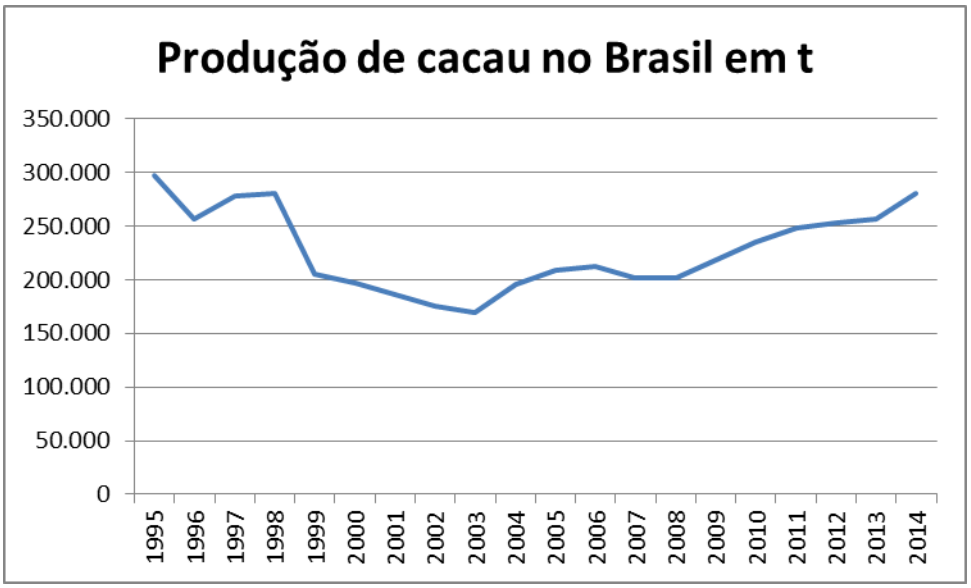
16. Política Ambiental na Bahia

As ações da CEPLAC na regularização ambiental, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia, envolve a Lei Nº 12.377 de 28 de dezembro de 2011, que Altera a Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade; a Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e a Lei nº 11.051, de 06 de junho de 2008, que Reestrutura o Grupo Ocupacional Fiscalização e Regulação. Em seguida, por ações da Superintendência da Bahia, foi incluído o "Art. 117-A - O cacau cabruca: sistema agroflorestal (agrossilvicultural) que proporciona benefícios ambientais, econômicos e sociais. Manejo, plantio, condução e interferências silviculturais nos elementos arbóreos, serão disciplinados em disposições regulamentares, ouvindo órgão Agronômico responsável pela Política Cacaueira da Bahia, a CEPLAC. Por fim o trabalho de crédito rural desenvolvido pela Superintendência da CEPLAC para a Bahia, amparado no decreto Nº 15.180, de 02 de junho de 2014, que regulamenta a gestão das florestas e das demais formas de vegetação no Estado da Bahia, a conservação da vegetação nativa, o cadastro estadual florestal de imóveis rurais – CEFIR, e dispõe acerca do programa de regularização ambiental dos imóveis rurais do Estado da Bahia, pela lei Nº 13.223 de 12 de janeiro de 2015, que institui a política estadual de pagamento por serviços ambientais e dá outras providências. Através desta última, foi instituída a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA e o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PEPSA. A Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA e o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PEPSA aplicam-se às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que voluntariamente atuem como provedores, pagadores ou mediadores de serviços ambientais ou serviços ecossistêmicos. A aplicação desta Lei deverá ser feita de forma coordenada com as leis federais que dispõem a respeito da Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, da Política Nacional sobre Mudança do Clima e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, dentre outras normas aplicáveis. Espera-se a regulamentação da lei nº 13.223 relacionadas com as pesquisas e o desenvolvimento de ações relacionadas com a implantação, coordenação e execução da política estadual de pagamento por serviços ambientais, assim como, a assistência técnica, a capacitação e a educação ambiental para a promoção dos serviços ambientais e ecossistêmicos.

17. Safra recorde nos últimos 19 anos, com tendência de crescimento da exportação.

A produção brasileira de cacau em amêndoas teve uma safra recorde nos últimos 19 anos. Depois da queda da produção em 1995, que se encontrava em 296,7 mil t, foi parar no fundo do poço com 170 mil t em 2003, onde recuperou-se no ano de 2014 com 281 mil t de cacau. Dois fatores contribuíram fortemente para essa recuperação: a tecnologia gerada pela CEPLAC e a alta dos preços no mercado internacional de cacau (quadro abaixo).

Produção brasileira de cacau no período 1995 a 2014



Fonte: IBGE / 2014 = previsão

Mapa de risco

- ✓ Impossibilidade de atuar na forma, tempo e volume e qualidade requerida, em decorrência da constante perda de pessoas que fazem parte do quadro de servidores efetivos;
- ✓ Impeditivos na execução do planejamento, de forma a atender as demandas da comunidade onde a instituição atua, por força do Orçamento contingenciado e aquém das necessidades institucionais;
- ✓ Dificuldade de acesso ao crédito por parte dos agricultores;
- ✓ A enfermidade monilíase do cacaueiro (Moniliophthora roreri), presente em países fronteiriços como Bolívia, Peru, Venezuela e Colômbia, em função da proximidade geográfica e expressividade do universo cacaueiro amazônico, em particular a cacauicultura de Rondônia;
- ✓ Constante êxodo rural em busca de oportunidades de estudo e emprego, provoca déficit de mão de obra nas propriedades rurais, ocasionando a redução das áreas cultivadas com SAFs cacaueiros e outros cultivos perenes.

2.2 Ambiente de negócios das Superintendências e Gerências Regionais da Ceplac

Superintendência de Desenvolvimento Regional da Bahia (SUEBA)
Descrição Geral
A Superintendência do estado da Bahia promove a integração das atividades de geração, difusão e transferência de tecnologia para sustentação agroeconômica das regiões produtoras de cacau no âmbito da Bahia, mantendo articulações com órgãos e entidades públicas e privadas, assegurando a integração e cooperação para desenvolvimento da cacauicultura e de atividades agrossilvipastoris e agroindustriais de interesse regional. Procede interação com os produtores, nos assuntos relacionados com geração, adaptação, validação, transferência e difusão de tecnologia de produção e serviço, mantendo processo contínuo de alimentação e retroalimentação de informações entre os agentes envolvidos. Coordena a

edição e distribuição de trabalhos técnico científicos para as comunidades científicas nacionais e internacionais e de comunicação rural para os agricultores da região produtora de cacau, além de promover e coordenar, em articulação com a competente Unidade Central e observadas as orientações dos órgãos setoriais dos Sistemas Federais Intervenientes, as atividades de: a) programação operacional, monitoramento, avaliação e revisão, bem como elaboração do respectivo plano gerencial; b) administração geral, gestão de pessoas, execução orçamentária e financeira, contabilidade e comunicação e divulgação, no âmbito regional; e c) operacionalização das atividades relacionadas à Tecnologia da Informação – TI. Apoia a identificação de tecnologias, bens e serviços passíveis de patenteamento e de comercialização, acompanhando e participando do processo de identificação de prioridades e da formulação de propostas, políticas e estratégias setoriais. Orienta as unidades administrativas integrantes da SUEBA/CEPLAC, quanto à aplicação de normas e regulamentos, emitindo parecer, elaborando e acompanhando a execução de contratos, convênios e demais termos de parcerias; e promove articulações com a Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia (SFABA/ MAPA).

Adversidades

Contingenciamento de recursos, insuficiente número de pessoas para desenvolver as ações e projetos definidos no PE, além da necessidade de melhoria da infraestrutura.

Riscos

Comprometimento das ações, com consequente não cumprimento de metas

Impossibilidade de repasse do conhecimento entre pesquisadores por falta de contratação.

Estratégia de enfrentamento

Parceria com órgãos regionais, Prefeituras, Governo do Estado, sindicatos e entidades afins, com a finalidade de providenciar meios a obter pessoas, recurso material e financeiro necessários ao andamento das atividades e, principalmente, atender a demanda dos agricultores cadastrados.

Mudanças ocorridas

Maior participação da comunidade nas ações e decisões, com fins a atingir os objetivos estratégicos, dar continuidade ao conhecimento e promoção da qualidade de vida.

Superintendência de Desenvolvimento Regional do Pará (SUEPA)

Descrição Geral

A cacacuicultura, no âmbito do Estado do Pará, encontra-se em franca expansão. Os dados e informações oficiais da SUEPA/CEPLAC, para o ano de 2014, não somente confirmam esta afirmativa, mas também demonstram que o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Cacau vem apresentando bom desempenho, conforme demonstrado nos seus principais indicadores; Tecnológicos; socioeconômicos e agroambientais.

A CEPLAC, no Estado do Pará, atende a 15.204 dos 18.811 produtores de cacau cadastrados, cujas atividades produtivas são desenvolvidas predominantemente em regime de economia familiar, em área de lavoura na ordem de 140.000 ha, em Sistemas Agroflorestais, sendo em torno de 100.000 há área em produção, assegurando uma produtividade média de 913 kg/ha, hoje, considerada a maior do mundo, comparativamente às demais regiões produtoras do Brasil e de outros países.

É importante destacar, neste contexto, a evolução substancial da produção de cacau nos seis territórios rurais assistidos pela CEPLAC, que, juntos, estão contribuindo para a consolidação de uma produção

equivalente a 99.207 t, neste ano de 2014. Vale ressaltar que a taxa média de crescimento dos últimos 4 anos é de 10%, o que demonstra o bom desempenho das lavouras cacaueiras produtivas, com ganhos significativos de produtividade.

Por este prisma, pode-se afirmar que a dinâmica da cadeia produtiva do cacau no Estado do Pará tem gerado resultados interessantes e expressivos, contribuindo positivamente para a criação de impactos socioeconômicos nas zonas produtoras do Estado, materializados pela geração de 250 mil empregos, sendo 50 mil diretos e 200 mil indiretos. Contribui também para uma renda circulante de 595 milhões, injetada na economia estadual, e geração de ICMS progressiva na ordem de 71 milhões de reais. Além da incorporação anual (mediados últimos 4 anos) de aproximadamente 10 mil hectares de áreas degradadas ao sistema produtivo sustentável (cacau em SAFs).

De modo geral, pode-se inferir que os resultados finalísticos, dentro das disponibilidades de recursos matérias, humanos e orçamentários, enquadram-se dentro de níveis satisfatórios, posto que de forma preliminar pode-se registrar que aproximadamente 60% dos produtores utilizam o pacote de tecnologia difundido pela CEPLAC, o que fica muito evidente na produtividade média regional das áreas safreiras, acima de 900 Kg/há, na demanda e no suprimento de aproximadamente 15 milhões de sementes híbridas, permitindo a recomposição de florestas com implantação de mais de 10 mil hectares de novas áreas cacaueiras em sistemas agroflorestais, nos baixos índices de perdas com vassoura-de-bruxa menores de 20% .Ressaltando-se que a capacidade de articulação interinstitucional, seja na captação de recursos o no provimento de recursos humanos foram determinantes para atingir os relevantes resultados acima descritos.

Adversidades

A despeito dos relevantes resultados alcançados, o programa ainda apresenta expressiva vulnerabilidade, particularmente a necessidade de adequar-se a exigência de elevado nível de competitividade imposta pelo operado, em significativa parcela, por modelo mercantil oligopsônico. Como tal, impõe ao produtor, a necessidade contínua de manter-se em elevado e atualizado perfil tecnológico e gerencial. Portanto, ainda fundamentalmente de pendentes dos processos de geração e difusão de tecnologia, quase que exclusivamente providos pela CEPLAC, os quais, por sua vez carecem urgentemente de ações de gestão e políticas governamentais que permitam, não somente manter, ainda que por prazo esgotável em curto tempo, como também atender demandas que crescem de forma inversamente proporcional às condições apresentadas ao órgão para atendê-las.

Riscos

1. A perda de produtividade e de acervo no campo da tecnologia são iminentes, diante do quadro de indefinição na contratação de profissionais de todos os níveis, visto que a redução do quadro decorrente de aposentadorias e natural perda de produtividade, gera elevado desgaste institucional e, até, demandas judiciais, por meio de agentes financeiros e produtores, por negligencia institucional, principalmente na execução de supervisões de crédito rural.
2. Irreversibilidade do processo de depreciação do patrimônio gerando significativas perdas ao erário público.
3. Esgotamento de recursos para atividade fim devido o crescente custo de manutenção do patrimônio.
4. Vulnerabilidade das parcerias a humores políticos e políticas de contenção de recursos, por decorrência suspensão de repasse de recursos e cessão de pessoal.

Estratégia de enfrentamento

A dinâmica de expansão da cacauicultura no âmbito do Estado do Pará tem estimulado a Superintendência Regional da CEPLAC, diante do quadro adverso, carência de recursos humanos e orçamentários a desencadear um processo de articulação interinstitucional, com a finalidade precípua de se estabelecer acordos de cooperação com parceiros potenciais -, voltados essencialmente para o desenvolvimento rural integrado e sustentável de territórios rurais, onde a cultura do cacau é desenvolvida, enquanto alternativa agro econômica. Esta iniciativa tem se configurado, inegavelmente, numa estratégia gerencial interessante para o soerguimento da cadeia produtiva do cacau nas principais zonas produtoras, tendo-se como "pano de fundo" a melhoria das condições de vida dos agricultores.

Conciliando os interesses de caráter bilateral ou até mesmo multiinstitucional, o estabelecimento das referidas parcerias tem sido de fundamental importância para o enfrentamento das dificuldades operacionais identificadas nos territórios assistidos pelo Serviço de ATER e Pesquisa, notadamente pelas coordenações dos Escritórios Locais e nas e Estações de Pesquisa, face aos desafios a serem superados pela organização, bem como os objetivos estratégicos que a CEPLAC se propõe alcançar, no horizonte temporal 2012-2022, porém, sempre com o estabelecimento de metas anualizadas.

No centro dos compromissos pactuados, o foco está direcionado à importância socioeconômica e agro ambiental da cacauicultura para o desenvolvimento local e territorial, sobretudo, no que diz respeito aos impactos positivos dessa atividade produtiva no seio da pequena produção familiar na região Amazônica, especialmente no Estado do Pará, conforme pose ser observado na Tabela 2, que demonstra a evolução e o desempenho da cacauicultura paraense no período de 2005 a 2014.

Nesse sentido, o notório interesse dos produtores pelo cultivo do cacaueiro, sem sombra de dúvidas, pode ser considerado como um dos principais fatores explicativos da expressiva evolução desse setor da agricultura no Estado do Pará, criando possibilidades para a implementação de planos, programas e projetos - capazes de atender e internalizar as demandas oriundas dos territórios rurais, cada vez mais crescentes e desafiadoras -, prospectadas e sistematizadas pelo Serviço de Assistência Técnica e Pesquisa da CEPLAC/SUEPA.

Dessa forma, pode-se destacar, como os principais parceiros da CEPLAC, no âmbito estadual, regional, territorial e Local, nas áreas e zonas produtoras sob a coordenação deste SEREX, no ano de 2012: as Prefeituras Municipais (Secretarias Municipais de Agricultura); Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; Sindicatos de Produtores Rurais; Cooperativas e Associações de Produtores Rurais; UFPA (Belém e Campus Universitário de Altamira); POEMA (Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia); Banco da Amazônia; Banco do Brasil; INCRA; EMBRAPA (Empresa de Pesquisa Agropecuária/Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental); EMATER/PA (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará); FVPP (Fundação Viver, Produzir e Preservar); FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura/Regional); GIZ (Serviço de Cooperação Técnica e Social da Alemanha); ARCAFAR (Associação Regional das Casas Familiares Rurais); CFR (Casas Familiares Rurais nos Municípios); FAEPA (Federação da Agricultura do Estado do Pará); SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural); IMAZON (Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia); ADEPARA (Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará); TNC (TNC - THE NATURE CONSERVANCY); CARGILL (Fornecedora internacional de produtos e serviços nos setores agrícola e alimentício); CAPPRU (Cooperativa Alternativa de Pequenos Produtores Rurais e Urbanos de São Félix do Xingu); ADAFAX (Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu); NORTE ENERGIA (Empresa responsável pela construção da UHE de Belo Monte), CNEC (Empresa de Consultoria do Projeto de construção da UHE Belo Monte); CEDRS

(Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável), DAS (Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário); DENACOOP (Departamento Nacional de Cooperativismo); FUNCACAU (Fundo de Desenvolvimento da Cacauicultura do Estado do Pará) e SAGRI (Secretaria Executiva de Estado de Agricultura).

Mudanças ocorridas

No ambiente técnico e operacional é evidente que a evolução da tecnologia exige ajustes imediatos, particularmente no desenvolvimento de servidores de ambos os seguimentos. O primeiro no que dis respeito a necessidade de atualização tecnológica de forma a atender demandas que preconizam a necessidade de elevada eficiência produtiva (transição para agricultura de precisão e otimização de processos produtivos e gerenciais), também bem como é imperativo a implementação de sistematização dos procedimentos de geração e transferência de tecnologias, com fortalecimento e maior participação da estrutura de planejamento nos processos decisórios de forma a permitir que a gestão institucional paute-se de forma mais aderente aos princípios de eficiência, eficácia e efetividade.

No campo operacional, da mesma forma é necessária a atualização de servidores no tocante a novos procedimentos, hoje em sua maioria executado em procedimentos informatizados, para quais a grande maioria dos servidores não se encontra suficientemente habilitado.

Percepção de desmotivação de servidores, em virtude da prolongada indefinição na consecução real de ações de soluções para as questões institucionais.

Superintendência de Desenvolvimento Regional de Rondônia (SUERO)

Descrição Geral

A CEPLAC/SUERO atua em 41 municípios, onde estão inseridos os Territórios Rurais da Cidadania, Madeira Mamoré, Vale do Jamari e Central, e no Território de Identidade Rio Machado, buscando maior interatividade com as organizações atuantes no setor agrário, trazendo maiores benefícios para o agricultor da região, predominantemente da agricultura familiar, seu público principal. São inúmeras articulações de diversas naturezas (parcerias informais, acordos de cooperação técnica, convênios e outros), com Instituições Públicas das esferas federal, estadual e municipais, privadas, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, ONGs e da sociedade civil organizada (sindicatos, cooperativas e associações de produtores rurais), visando dinamizar seu programa por meio de complementaridade de ações, maior integração ou em atendimento a demandas regionais de diferentes naturezas.

Em parceria com o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura e Regularização Fundiária – SEAGRI, a CEPLAC/SUERO desenvolve um Programa de Recuperação e Expansão do cultivo do cacaueiro em Rondônia buscando caminhos ambientalmente sustentáveis, que não degradem o meio ambiente, sejam economicamente viáveis e socialmente justos. Nessa ótica os plantios de sistemas agroflorestais com cacaueiros, conduzem para esse desenvolvimento sustentável e como excelente referencial de uso da terra e contribui para a recomposição do passivo ambiental do estado.

Quanto ao ambiente interno, é notória a ausência de ações (palestras, seminários, reuniões, etc) de natureza motivacional dos recursos humanos, num ambiente de trabalho caracterizado pelo envelhecimento e não renovação dos recursos intelectuais, baixo nível de escolaridade e de qualificação técnico-administrativa, além de disfunção generalizada na maioria dos setores. Atualmente o quadro é composto de apenas 146 servidores, dos quais 58 (40%) em gozo de abono

permanência e 37 (25%) em patamar etário superior a 60 anos.

A infraestrutura física, móveis e equipamentos e frota de veículos, atendem de maneira satisfatória, as demandas da superintendência, mas o contingenciamento orçamentário e financeiro, e as liberações inoportunas dos recursos, fora do calendário agrícola, dificultam o cumprimento das metas programadas interferindo nos resultados.

Adversidades

A inexistência de política pública estadual em apoio à cacauicultura rondoniense, contingente técnico desmotivado, a não renovação dos recursos humanos, o contingenciamento orçamentário/financeiro e liberações inoportunas de recursos.

Riscos

Enfraquecimento Institucional.

Estratégia de enfrentamento

Maior articulação interinstitucional, com o Governo do Estado, o Poder Legislativo, Prefeituras, Universidades e entidades do Setor Agrícola.

Foram realizadas ações de articulação com o governo do Estado, com a inclusão no PPA para 2015 de Programa de Revitalização e Expansão dos Sistemas Agroflorestais com Cacaueiro no Estado – PROREX-CACAU-RO em consonância com Programa Estadual de Agro industrialização, fortalecendo as atividades da agricultura familiar. E assinatura de Termo de Cooperação Técnica com Instituto Federal de Rondônia – IFRO.

Mudanças ocorridas

Sensibilização dos atores da cadeia produtiva do cacau em Rondônia, quanto à importância do desenvolvimento da cacauicultura para o Estado. O fortalecimento da imagem institucional da CEPLAC/SUERO como entidade promotora do desenvolvimento sócio econômico e ambiental do Estado. Elaboração de Termo de Cooperação Técnica com o Governo do Estado, Prefeituras, INCRA/RO, Instituto Federal de Rondônia - IFRO.

Gerência de Desenvolvimento Regional do Amazonas (GERAM)

Descrição Geral

A CEPLAC, no Estado do Amazonas, é administrada pela Gerência do Desenvolvimento da Região Cacaueira no Estado do Amazonas – GERAM sediada em Manaus-AM, a qual jurisdiciona 16 municípios, por 12 Escritórios Municipais de Assistência Técnica e Extensão Rural. Tem como atividade finalística o Serviço de Pesquisa, que trata da geração, adaptação, seleção, apropriação, construção compartilhada de tecnologias em diversas áreas: Agroecologia, Fitopatologia, Entomologia, Genética, Fisiologia, Socioeconomia e Fitotecnia. A unidade de pesquisa, Estação Experimental do Rio Negro, voltada à experimentação agrícola e à produção de sementes híbridas e de mudas de cacau, além de espécies fruteiras e florestais, também serve de base de capacitação e instalação de atividades de pesquisa que atendam as características regionais de interesse dos produtores assistidos, com instalação de três Unidades Experimentais, produção de 816.900 propágulos para distribuição entre os produtores regionais, reforma do Centro de capacitação para o atendimento aos Técnicos e produtores envolvidos no

programa de ATER. Atua em parceria com a Embrapa Amazônia Ocidental, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA, INCRA, IBGE, SEBRAE, BASA e CONAB.

O Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, outro setor finalístico, através de seu trabalho específico executa a Difusão dessas Tecnologias, Gerencial e Socioambiental aos produtores rurais nas áreas de administração rural, crédito rural, associativismo, comercialização, manejo do cacaueiro, diversificação de produção, diagnóstico rural participativo, tendo como premissa os conceitos principais e fundamentais de Agroecologia, contemplam no seu universo de atuação seis mil, cento e trinta produtores, em sua maioria pertencente à agricultura familiar, em forma de Sistema Agro Florestal (SAF) além de fomentar o manejo de cacaueiros nativos nas várzeas dos rios amazonenses, dispostos na forma de maciços florestais com cacaueiros.

A execução das ações de ATER na GERAM é compartilhada com as prefeituras Municipais, que têm a função de prover as Unidades Locais com estrutura de equipe técnica, de logística operacional e de custeio para o serviço de atendimento ao produtor.

Apesar de todas as dificuldades, em se tratando de um trabalho desenvolvido na Amazônia, temos como fator representativo resultados importantes como: a) Atendimento a 6.130 produtores; b) Área assistida com cacau de 3.932 ha; c) Atendimento a 456 associações de produtores; d) Capacitação a 3.805 e) 816.900 sementes, em geral, sendo 267.100 apenas de cacau e 148.600 de essências florestais distribuídas aos produtores (essa produção foi coletada na Estação Experimental Rio Negro).

Adversidades

Apesar da situação geográfica de um Estado como o Amazonas onde as limitações para o deslocamento de Técnicos, em função da distância, muito se tem feito na tentativa de se cumprir os objetivos a que a UJ se propôs. Como adversidades têm: a) dimensão do Estado; b) dificuldade de transporte para vencer as grandes distâncias; c) número reduzido e nível médio da faixa etária em torno de 60 anos do pessoal Técnico, Apoio e Administrativo na UJ; d) Carência de equipamentos para desenvolvimento de atividades de ATER e pesquisa e por fim e) recursos nem sempre suficientes para o desenvolvimento satisfatório das atividades

Riscos

Em virtude das adversidades o programa corre riscos no que diz respeito ao cumprimento de metas comprometendo o atingimento de objetivos propostos. Registra-se ainda a questão das grandes enchentes ocorridas nos últimos três anos, o que dificulta as atividades agrícolas que são desenvolvidas ao longo das margens dos rios, capazes de destruir muitas áreas em implantação. E a redução do quadro de pessoal da CEPLAC por aposentadoria na eminência da UJ ficar sem a possibilidade de atender as atividades a que se propõe.

Estratégia de enfrentamento

Na tentativa de minimizar esses riscos, a UJ tem buscado parcerias com o Governo do Estado, das Prefeituras Municipais e de outras ONGs para: a) Pessoal Técnico e Administrativo para atender as Unidades Descentralizadas; b) Recursos suplementares para atender ATER e Pesquisa; c) Desenvolvimen-

to de atividades em parceria, bem como buscando na própria CEPLAC reforços orçamentário e financeiro.

Mudanças ocorridas

Apesar de todas as questões relatadas, pode-se registrar: a) Mudança no perfil do produtor após os treinamentos e acompanhamento pela Extensão Rural para desenvolver as novas tecnologias com vistas à conservação produtiva; b) Empoderamento dos produtores decorridos desta mudança; c) A inclusão social, agregação de valor, melhoria de vida, segurança alimentar, novo cenário da propriedade agrícola com a produção dos SAFs. Portanto, considera-se a ocorrência de mudanças significativas em um cenário onde pequenos e mini produtores nem sempre tem atendidas as suas demandas.

Gerência de Desenvolvimento Regional do Espírito Santo (GERES)

Descrição Geral

A Gerência da Ceplac no Estado do Espírito Santo (Geres) criada pelo Decreto Nº 5.351/2005 publicado no DOU em 21 de janeiro de 2005 está ligada, administrativamente e financeiramente a direção da CEPLAC em Brasília, que por sua vez, juridicamente é um órgão singular do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é responsável pela realização de Pesquisas voltadas a atender as demandas do cultivo do cacaueiro e presta Assistência Técnica e Extensão Rural com abrangência atual de 40(quarenta) municípios, sendo o município de Linhares no Norte do Estado o de maior representatividade para o cultivo com cerca de 90% da produção de cacau e, é também, o grande responsável pela preservação da Mata Atlântica na bacia do Baixo rio Doce onde os plantios são predominantemente no Sistema Cabruca. A unidade conta com 01(uma) Estação Experimental e 01(um) Escritório de Extensão Rural, ambos sediados em Linhares, onde também está localizada a sede da Gerência.

O Planejamento Estratégico da Geres resultou na indicação de 19(dezenove) contribuições distribuídas em 11(quinze) eixos temáticos para os quais foram concebidos 20(vinte) projetos, de acordo com a revisão realizada no ano de 2013, os quais foram parcialmente executados no ano de 2014.

Adversidades

Dentre as adversidades a que mais tem afligido a Geres é a diminuição de sua capacidade operativa causada pela redução de seu quadro de servidores em todos os níveis, notadamente o quadro técnico que já tem diminuído significativamente ao longo dos últimos 05(cinco) anos, em razão de aposentadorias e mortes de servidores. A projeção é de ficar restrito a apenas 02 técnicos nos próximos 03(três) anos, com as próximas aposentadorias.
Também há as adversidades peculiares à atividade cacaueira, quais sejam: Irregularidades climáticas; custo de produção elevado; baixo grau de agro industrialização; ocorrência da Vassoura-de-Bruxa; forte demanda de material botânico resistente à Vassoura-de-Bruxa; necessidade de expansão do cultivo para áreas não tradicionais.
A redução da capacidade operativa está na contramão da necessidade de pesquisas em diversas áreas, visando atender às realidades atualmente observadas, tais como: adaptação do cultivo em condições de chapadões e o aparecimento de novas pragas Cochonilha Rosada e as Lepidobrocas.

Riscos

A não reposição do quadro de servidores implicará no encerramento das atividades da Ceplac no Espí-

rito Santo, pois a deficiência na capacidade de atendimento das demandas dos produtores de cacau cada vez mais agrava a perda de credibilidade da instituição e além de deixar vulnerável a prestação de serviços à cacauicultura no momento em que se tem em curso o Programa de Revitalização das Áreas Produtoras de Cacau do Espírito Santo – Cacau Sustentável em razão da Vassoura-de-Bruxa, cujas metas irão até 2022.

Estratégia de enfrentamento

A implementação das ações do Programa Cacau Sustentável tem disponibilizado técnicos do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – Incaper e das Secretarias Municipais de Agricultura, porém em quantidade insuficiente e com pouco preparo para a o cultivo do cacaueiro, além desses técnicos terem de atender demandas de outros cultivos, com exceção de Linhares que disponibiliza 04 técnicos exclusivamente para o cacau, o que não tem efetividade frente à necessidade de contratação de pessoal para recomposição do quadro próprio.

Mudanças ocorridas

Pouca efetividade na realização dos atendimentos das demandas e sobrecarga do remanescente do quadro técnico da Ceplac trazendo insatisfações e frustrações pela incapacidade de atendimento aos produtores. Produtores insatisfeitos pela demora no atendimento de suas demandas, o que, consequentemente, os leva a procurar alternativas muitas vezes duvidosas, além de serem onerosas.

Gerência de Desenvolvimento Regional do Mato Grosso (GEREM)

Descrição Geral

A Gerência Regional da CEPLAC no Estado de Mato Grosso (GEREM) – Foi criada em 2004 e está ligada diretamente à Diretoria Geral de Brasília (DIRET). A Base Regional está localizada na cidade de Alta Floresta-MT, na Av. Ariosto da Riva, 3009 – Centro. Fones: 066-3521-2030/3521-2243 e Fax: 066-3521-2808. A sede da Gerência está localizada no município de Várzea Grande, vizinho à capital Cuiabá, na Alameda Annibal Molina, s/n, Bairro Ponte Nova.

Atua fornecendo serviços de pesquisa, assistência técnica e extensão rural em três Territórios de Cidadania e um Território Rural, assim distribuídos:

O Território de Cidadania Baixo Araguaia - MT abrange uma área de 116.040,30 Km² e é composto por 15 municípios. A GEREM trabalha nos municípios de Santa Terezinha, Santa Cruz do Xingu e Vila Rica.

O Território de Cidadania Noroeste - MT abrange uma área de 149.223,50 Km² e é composto por sete municípios. A GEREM trabalha em seis deles: Aripuanã, Juína, Juruena, Castanheira, Cotriguaçu e Colniza.

O Território de Cidadania Portal Da Amazônia - MT abrange uma área de 111.167,50 Km² e é composto por 16 municípios. A GEREM trabalha em todos: Alta Floresta, Apiacás, Carlinda, Colíder, Guarantã do Norte, Marcelândia, Matupá, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Monte verde, Novo Mundo, Paranaíta, Peixoto de Azevedo, Terra Nova do Norte e Nova Santa Helena.

O Território Rural Grande Cáceres possui 20 municípios. A GEREM trabalha em quatro deles: Comodoro, Mirassol do Oeste, Nova Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade.

Outros municípios onde a GEREM trabalha e que não estão na abrangência dos Territórios da Cidadania nem nos Territórios Rurais: Brasnorte, Dom Aquino, Feliz Natal, Nova Ubiratã, Sinop e Tabaporã.

O Estado de Mato Grosso possui três biomas bem distintos: Amazônia, Cerrado e Pantanal. No âmbito da pesquisa, existem trabalhos de avaliação de Sistemas Agroflorestais de cacaueiro, bananeira e seringueira implantados no Bioma Amazônico, representado pelos municípios de Alta Floresta, Aripuanã, Cotriguaçu e Terra Nova do Norte, no bioma Cerrado, representado pelo município de Dom Aquino; na confluência ou zona de transição do Bioma Amazônico com o Cerrado, municípios de Vila Rica, São José do Xingu e Comodoro, transição entre o Cerrado e o Pantanal, municípios de Mirassol do Oeste e Nova Lacerda e na transição da Amazônia com o Pantanal com o município de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Além dos trabalhos acima citados, a GEREM desenvolve atividades de P&D em 12 projetos de pesquisas com diversos níveis de atividades, além de três projetos de fomento.

O Estado de Mato Grosso possui no Bioma Amazônico algo em torno de 64.310 propriedades rurais entre pequenas e minis. Mais de 95% dessas propriedades possuem a pecuária de leite e de corte como fonte de renda principal. Este panorama torna o pequeno produtor e, por extensão a agricultura familiar, refém das variações de preço e dos canais de comercialização e com grande dificuldade para auferir renda suficiente para o seu conforto. Além disso, sofre uma pressão constante dos órgãos ambientais para recompor o passivo ambiental produzido pelo desmatamento integral do seu sítio. Dessa forma, os Sistemas Agroflorestais, especialmente aqueles que incluem espécies de alta rentabilidade, tecnologia disponível e mercado nacional e internacional em expansão, como é o caso do cacaueiro, da seringueira e da bananeira, despontam como alternativas bastante vantajosas para este segmento de produtores.

Neste contexto, a tecnologia oferecida pela CEPLAC, se adotada pelo pequeno produtor, possui grande capacidade indutora do desenvolvimento regional com ganho expressivo de renda em relação á sua situação atual. Os benefícios sociais advindos dessa mudança de realidade são imensuráveis.

Adversidades

Mesmo dispondo de um produto com várias vantagens comparativas, a GEREM não consegue o nível de expansão dos SAF's no amplo mercado disponível no Estado. Esse descompasso é devido ao grande desconhecimento dos produtores sobre os SAF's, notadamente aqueles com cacau e seringueira, e a ínfima, quase nula, capacidade da GEREM para fazer essa informação chegar até esses produtores.

Curiosamente, ao contrário dos outros Estados onde a CEPLAC mantém estrutura, o maior problema da GEREM não é de pessoal operacional, mas sim pessoal administrativo. Mesmo com um quadro reduzidíssimo de técnicos operacionais, com apenas quatro servidores, incluindo o Gerente, é possível avançar com um planejamento adequado, maximizando atendimentos grupais e contando com forte apoio de técnicos municipais e estaduais. Entretanto, sem pessoal administrativo para executar as atividades meio essenciais, é impossível colocar a equipe em campo e o programa fica seriamente comprometido.

Riscos

O principal risco pelo qual passa a GEREM é a sua extinção. Com o encerramento dos contratos de fornecimento de combustíveis, de manutenção de veículos ocorridos no final de 2014 e sem a mínima

possibilidade de realizar outras contratações por falta de pessoal, já que a gerência possuía apenas um funcionário, o ano de 2015 será de paralisação total do serviço de extensão rural e assistência técnica e o funcionamento da pesquisa só será possível até o meio do ano por conta do limite de aquisição de combustíveis através de dispensa de licitação.

Estratégia de enfrentamento

A solução dos problemas elencados está fora do âmbito da Gerência, uma vez que há necessidade de contratação de pessoal ou remoção de outras unidades que também possuem seus problemas. Na esfera do Estado, foram feitas várias tentativas de arregimentar ajuda de servidores de outros órgãos federais para formar equipe de contratação e compras, mas sem sucesso, uma vez que os outros órgãos passam por dificuldades semelhantes. Além disso, sempre há o receio de servidores assumirem a responsabilidade de uma comissão de compras sem o conhecimento apropriado e sem uma compensação financeira. As tentativas de parcerias com as comissões de compras da CEPLAC em outros Estados também não foram bem sucedidas por falta de resultados promissores nas licitações em nível nacional, o que seria uma solução definitiva para os nossos problemas administrativos.

Mudanças ocorridas

Apesar da série de problemas que dificultam e até inibem o desempenho da Gerência, percebe-se que está havendo avanços, ainda que tímidos. O aumento da área de cacau é crescente, em média 100 ha/ano, a instalação de 10 unidades demonstrativas de cacau com seringueira poderá ser um grande impulsionador desse SAF no Estado e o apoio do Governo do Estado e de vários municípios indicam que há possibilidade do processo de crescimento da cacauicultura em Mato Grosso ganhar força gradativamente, no ritmo da participação da CEPLAC a cada ano.

ITEM 3 – RESULTADOS DA GESTÃO E DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

3.1 Descrição

Nome do objetivo	Melhorar a qualidade de vida nas regiões produtoras de cacau por meio da geração de trabalho, emprego e renda em bases sustentáveis.
Responsável	Helinton José Rocha

Definição geral

Elevação dos níveis de qualidade de vida das populações e em particular das famílias de produtores e trabalhadores rurais das regiões produtoras de cacau do Brasil, através de ações de fortalecimento da economia local, dinamização das cadeias produtivas agrícolas regionais e articulação de políticas públicas de inclusão social e produtiva, em bases sustentáveis.

3.1.1 Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando evolução do estágio do objetivo estratégico ocorrida desde a implementação do plano estratégico.

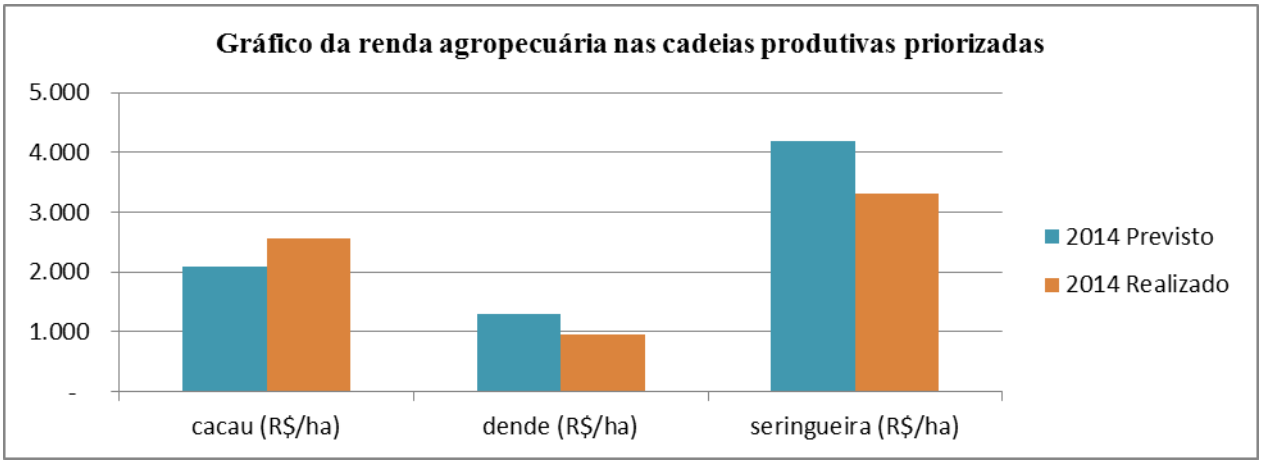
Consiste na integração das atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovações - PD&I e Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, atendendo Objetivos programáticos do PPA e finalísticos do Mapa Estratégico e são executados de forma interiorizada em seis estados, possibilitando interação sistêmica com o cidadão do campo e suas unidades produtivas em cada território. Essa peculiaridade possibilitou soluções tecnológicas e de organização socioprodutiva mais efetivas, alcançando de forma qualificada um maior número de beneficiários. O público alvo envolvido compõe todos os estratos de produtores rurais, destacando-se os agricultores tradicionais, familiares, assentados, quilombolas, e indígenas, contemplando 83% entre pequenos e mine, de um contingente de 70 mil produtores e 1200 organizações associativas rurais cadastradas, repercutindo na ocupação e renda num universo de influência superior a 150 mil famílias que cultivam sistemas agroflorestais correlatos à cacauicultura. Com Foco definido em cultivos tropicais perenes encontra-se em curso pesquisas avançadas em genética, biologia molecular, fitopatologia, fisiologia da produção, fertilidade e socioeconomia, entre outras concentrações, com 134 projetos geradores de tecnologias agroindustriais, 74 destes em cacau.

2. Análise das mudanças obtidas na situação diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico, destacando os avanços obtidos no último exercício.

Diante da inexistência de indicador que verifique impactos diretos do objetivo sobre mudanças gerais na qualidade de vida, registram-se como significativos os dados de valor bruto da produção agropecuária nos cultivos priorizados: cacau nacional, 1,78 bilhão, seringueira na Bahia e Espírito Santo, 82 milhões e dendê na Bahia, 52 milhões de reais, em 2014, (IBGE, março/2015 e média de preço, CEPLAC). A retomada do Brasil da sexta posição para o quarto maior produtor de cacau a partir de 2012 assegurou autossuficiência no suprimento de cacau para o parque processador nacional mitigando impactos de desemprego nas fábricas e redução nas importações. A execução prática da política de garantia de preços mínimos - PGPM, instituída pela portaria nº 700 de 14.08.2013, estimulou a recuperação dos preços do cacau do patamar de sessenta para cem reais a arroba entre finais de 2013 e inicio de 2014, permanecendo superior a esse nível, durante todo o exercício. Análises do setor indicam demanda da ordem de um milhão de toneladas de cacau/ano para o próximo

quinquênio, ratificada pelo incremento significativo no consumo de chocolate e de cacau no Brasil, bem como da sua inserção nos BRICS. A partir de 2003, o país saiu de um consumo por pessoa de 800 gramas de chocolate, para o patamar de 2,3 Kg per capita, atualmente. Nesse contexto tem se verificado incremento na renda agropecuária regional, em particular na cadeia de valor do cacau, bem como sinais de recuperação de postos de trabalho, com aumento dos empregos diretos e indiretos também nas demais cadeias priorizadas.

3. Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa, com destaque para as superintendências e gerencias estaduais.



O gráfico acima analisa, no exercício de 2014, o comportamento da renda por hectare nas três cadeias priorizadas: motivado pela recuperação dos preços em 2014 o cacau apresentou desempenho acima do programado, com renda media de R$2.553,00/ha, incremento de 21,6% sobre o programado, situação não observada em relação ao dendê, quadro da Bahia, que apesar da evolução em relação a 2013 não alcançou a meta, situando-se em 74,2% do programado. Em relação à seringueira, dados da Bahia e espírito Santo, além do alto custo de manutenção, teve alcance aquém do programado, com índice de 78,8%, motivado principalmente por baixas acentuadas nos preços e queda de produtividade em 2014.

Tabela comparativa dos indicadores dentro do ciclo do PPA 2012 - 2015

Renda agropecuária hectare/ano	2012		2013		2014		2015
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
cacau (R$/ha)	1.700	1.804	1.900	1.761	2.100	2.553	2.800
dende (R$/ha)	1.000	900	1.200	925	1.300	965	1.500
seringueira (R$/ha)	3.600	3.529	4.000	3.750	4.200	3.311	4.500

Fonte: IBGE e CEPLAC

Conforme planejado	Merece atenção	Desconforme

O gráfico acima analisa, no exercício de 2014, o comportamento da renda por hectare nas três cadeias priorizadas: motivado pela recuperação dos preços em 2014 o cacau apresentou desempenho acima do programado, com renda media de R$2.553,00/ha, incremento de 21,6% sobre o programado, situação não observada em relação ao dendê, quadro da Bahia, que apesar da evolução em relação a 2013 não alcançou a meta, situando-se em 74,2% do programado. Em relação à seringueira, dados da Bahia e espírito Santo, além do alto custo de manutenção, teve alcance aquém do programado, com índice de 78,8%, motivado principalmente por baixas acentuadas nos preços e queda de produtividade em 2014.

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

"O solicitado no item 4 acima está descrito e analisado no item 3.11"

5. Principais desafios:

Alinhada às estratégias do MAPA e das Câmaras Setoriais do Cacau, Borracha e Agroenergia, mantêm-se o cenário prospectivo para o ciclo do PPA em curso, cujo desafio da cacauicultura estará realçado em dois flancos definidos pelo Plano de Gestão Estratégica da CEPLAC: a) recuperação do parque produtivo da Bahia e do Espírito Santo, com potencial instalado de incremento rápido da produção física de amêndoa pela elevação da produtividade e qualidade dos produtos; b) expansão das áreas plantadas e colhidas para os estados do Norte, com expectativa de incremento em até 10 mil hectares/ano até o final da década em curso; c) atingir as metas estratégicas estabelecidas pelo setor de elevação da produtividade média nacional para o patamar de 480 kg/ha/ano e de alcance estimado das 380 mil toneladas/ano com os cultivos de cacau já instalados: d) dinamização das cadeias produtivas da seringueira em sistemas agroflorestais e do dendê para produção de agroenergéticos e, repactuação de dívidas dos produtores de cacau com abertura de crédito novo para o setor

3.1.2 Conclusão

Na medida em que os esforços desenvolvidos contribuem, apenas em parte no conjunto de fatores que provocam resultados na perspectiva da sociedade regional, torna-se difícil mensurar ou definir mudanças transformadoras na qualidade de vida das populações, como decorrência direta ou causal desse objetivo. Mesmo diante da percepção de alteração na dinâmica socioeconômica da agropecuária com sinais de aumento da ocupação e renda, gargalos significativos precisam ser superados tais como: equalização das dívidas do setor cacaueiro, ora em torno de um bilhão de reais; abertura de novas linhas de financiamento agrícola e agroindustriais; fomento às iniciativas de agregação de valor e no plano institucional promover realização de concurso público e recomposição das bases orçamentárias da CEPLAC, há 27 anos sem renovação do quadro.

3.2 Descrição

Nome do objetivo	Ser promotora da sustentabilidade e competitividade do setor agrícola.
Responsável	Helinton José Rocha

Definição geral

A competividade e sustentabilidade do setor agrícola das regiões produtoras de cacau do Brasil estão associadas ao recorte regional de atuação da Ceplac, onde se inserem os Biomas de Mata Atlântica e Floresta Amazônica, receptores dos agrossistemas cacau e cultivos integrados, bem como da matriz tecnológica e da base de organização da produção. Integração com os agentes das cadeias produtivas, tecnologia de ponta e conservação produtiva são atributos essenciais.

3.2.1 Análise

1 Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando evolução do estágio do objetivo estratégico ocorrida desde a implementação do plano estratégico.

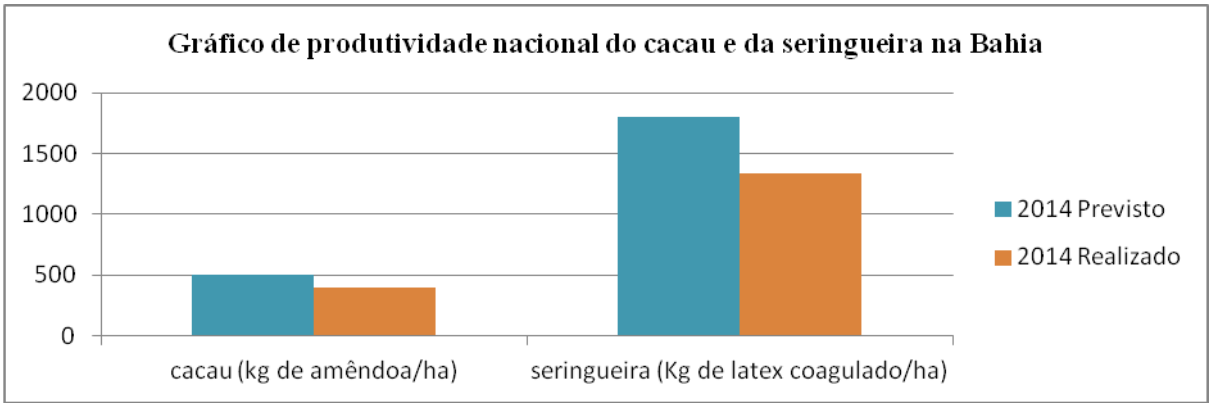
O cultivo do cacaueiro e sistema agroflorestais associados estão estabelecidos em quase sua totalidade nos biomas da Mata Atlântica e Floresta Amazônica, espaços em que a Ceplac fortalece sua presença na organização das cadeias produtivas e políticas territoriais. No

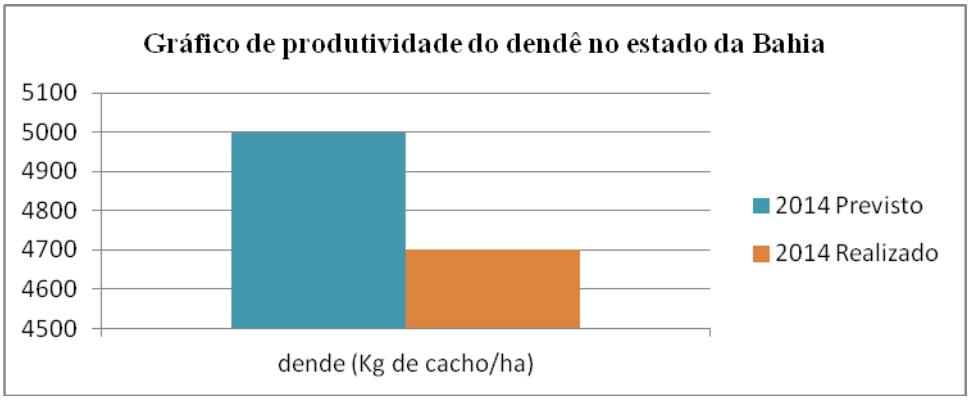
contexto deste diálogo social o objetivo prioriza iniciativas, tais como: melhoria da produtividade dos fatores de produção nos Sistemas Agroflorestais - SAF que envolvem a cultura do cacau; busca pela estabilidade ambiental, fitossanitária, trabalhista, fundiária, creditícia, na sucessão geracional do sistema de produção e, fomento a mecanismos que melhorem a organização da base social capazes de propiciar a distribuição de benefícios gerados por tais cadeias. Dentre as iniciativas se destaca o apoio à organização da base social para o empreendedorismo, o cooperativismo e o associativismo voltados a estratégias de empoderamento econômico e agregação de valores de sua produção através da indicação geográfica e outros signos distintivos, como a certificação orgânica e de "fair trade", além da agroindustrialização. Em seu campo de governança a Ceplac passou a compor de forma sistêmica a busca por inovações tecnológicas, organizacionais e de instrumentos gerencias e a disponibilizá-los aos serviços de assistência técnica e extensão rural que suprem os produtores assistidos e o público usuário do órgão.

2 Análise das mudanças obtidas na situação diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico, destacando os avanços obtidos no último exercício.

Os avanços em competitividade e sustentabilidade das regiões cacaueiras que cabem destaques são verificáveis pelo aumento em relação a 2013, da produtividade do cacau por área, decorrência, especialmente, de inovações genéticas. Tais inovações resultam de pesquisas avançadas de melhoramento genético, com suporte em biologia molecular e se efetivaram na recomendação de novos clones. Vale realçar a criação e registro tanto para a agricultura convencional como para sistemas orgânicos, do Biofungicida Tricovab, com alto potencial de controle ao fungo da vassoura de bruxa, sem resíduos químicos – em fase de desenvolvimento para produção em escala comercial, assim como o apoio ao desenvolvimento de mecanização para a ergonometria e produtividade do trabalho braçal nas lavouras de cacau. Novo marco regulatório que permitirá a volta do manejo de sombra do cacau cultivado, em sistema agroflorestal – SAF em "cabruca" fomentaram novos investimentos para estas cadeias. Tal potencial aponta por viabilizar patamares três vezes maiores de produtividade por área e ainda melhorar seus serviços ambientais, especialmente na conservação de espécies florestais e animais da Mata Atlântica. Estes são avanços importantes que conjugadas com outras políticas públicas fomentam a sucessão geracional nas regiões de atuação; No Bioma da Floresta Amazônica os estados iniciam a implantação dos Cadastros Ambientais Rurais e da regularização fundiária especialmente em Rondônia, melhorando a estabilidade jurídica do sistema de produção, permitindo com isto o acesso a linhas de créditos fundamentais a melhoria da produtividade dos sistemas de produção sustentáveis disponíveis.

3 Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento /entidade externa, com destaque para as superintendências e gerencias estaduais.





Analisar situacional da produtividade dos cultivos definidos como focos da estratégia institucional, constaa nos casos do cacau e do dendê uma evolução paulatina dos níveis de produtividade, contudo, não atingindo as médias programadas para o exercício, alcance de 80,6% no cacau. O Pará, no entanto, alcançou 846 Kg/ha, acima da meta prevista, de 500 Kg/ha. A seringueira sofre um efeito inverso com queda progressiva da produtividade, reflexo do desestímulo ao setor que possui custo de manutenção elevado e enfrenta adversidades diante de posições baixistas dos preços da borracha no mercado interno.

Tabela comparativa dos indicadores dentro do ciclo do PPA 2012 - 2015

Produtividade	2012		2013		2014		2015
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Cacau nacional (kg de amêndoa/ha)	400	375	450	383	500	403	525
Dendê Bahia (Kg de cacho/ha)	4000	3800	5000	4500	5000	4700	6000
Seringueira Bahia(Kg de látex coagulado/ha)	1600	1456	1700	1415	1800	1341	1850

Fonte: IBGE e CEPLAC

A evolução na produtividade do cacau não foi suficiente para reverter o estado de atenção em que se situa na análise comparativa dos dois últimos anos, de outro lado verificam-se níveis de conformidade nos dados apurados em todos os anos com o dendê. Os dados da seringueira revelam situação de atenção, com tendência de queda para um estado de desconformidade, diante de fatores conjunturais e de mercado do setor. A situação de conformidade em todos os cultivos no ano de definição dos indicadores pode está associada a uma maior precaução no momento de estimação da meta inicial.

4 Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

"O solicitado no item 4 acima está descrito e analisado no item 3.11"

5 Principais desafios:

Fortalecer as câmaras setoriais do cacau, borracha e agroenergia; dar curso aos estudos de sequenciamento do genoma do patógeno Moniliophthora perniciosa e do hospedeiro Theobroma cacau, permitindo com isso uma nova estratégia de controle de pragas do cacaueiro e sistemas associados; articular esforços conjuntos entre CEPLAC, MAPA e Secretarias de Defesa, nos estados da Bahia e Região Norte, para dinamização do plano de contingênciamento da Monilíase do cacaueiro, visando proteger a cacauicultura nacional dos riscos de entrada, dispersão e estabelecimento dessa

grave doença do cacaueiro, ainda não ocorrente em território brasileiro, porém já instalada em países limítrofes, no Norte brasileiro; fomentar parcerias público-privadas para produção em escala comercial do Biofungicida Tricovab, já desenvolvida pela CEPLAC e, articulação com o governo da Bahia na execução do Decreto 15.180, de 2 de julho de 2014, relativo ao manejo florestal, incluindo o cacau cabruca e normatização do cadastro estadual dos imóveis rurais.

3.2.2 Conclusão

A consecução do objetivo se expressa em resultados como: elevação dos níveis de produtividade nacional do cacau; iniciativas de agregação de valor com a adoção de signos distintivos a exemplo de Indicação de Procedência concedida pelo INPI; os processos de indicações geográficas e marcas coletivas em curso nos Estados do Pará, Bahia e Amazonas; experiências de verticalização em pequenas plantas agroindustriais de chocolates e derivados, hoje em torno de 25 unidades e, da valorização já premiada pela política de preços mínimos da agricultura familiar e sociobiodiversidade liderada pelo MDA, e por outros nichos de mercados do cacau silvestre produzido nas várzeas das bacias dos Rios Purus e Madeira, no Amazonas. Os requisitos de melhoria na execução do objetivo estão condicionados a realização de parcerias e cooperações técnicas com os estados e municípios de atuação, além da equalização das limitações orçamenárias, financeiras e de recomposição do quadro de pessoal.

3.3 Descrição

Nome do objetivo	Ser agente de desenvolvimento territorial e inclusão social.
Responsável	Helinton José Rocha

Definição geral

Articular a base de representação dos segmentos públicos e sociedade civil junto aos colegiados de cada território e promover a organização da produção junto às famílias agricultoras, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais assistidos nos 22 territórios cacaueiros situados nos Biomas de Mata atlântica e Floresta Amazônica, tendo como eixo a integração de políticas públicas de inclusão social e produtiva, alinhadas ao Programa "Brasil sem Miséria".

3.3.1 Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando evolução do estágio do objetivo estratégico ocorrida desde a implementação do plano estratégico.

A partir da definição de uma estratégia de desenvolvimento territorial rural e do programa Territórios da Cidadania gestados pelo MDA e Casa Civil a CEPLAC concebeu no seu plano estratégico, em forma de Objetivo, o compartilhamento enquanto agente público da articulação desse desafio de governo nos 22 territórios rurais dos seis estados em que atua. O esforço até então desenvolvido reside na adequação dos territórios como unidades de planejamento nas atividades de ATER e PD&I, processo em construção, com maior avanço no estado da Bahia, onde o governo deliberou também por esse desenho. Diante dos grandes desafios dessa política, focadas no enfrentamento da pobreza e da exclusão social, da degradação ambiental, das desigualdades regionais, sociais e econômicas que ainda atingem o meio rural, os esforços empreendidos são de articulação de parcerias e políticas públicas focadas no desenvolvimento territorial sustentável, além de participação e fortalecimento dos colegiados territori-

ais na composição de grupos temáticos, bem como na elaboração de projetos a apoio aos planos de desenvolvimento territoriais rurais sustentáveis - PDTRS.

2. Análise das mudanças obtidas na situação diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico, destacando os avanços obtidos no último exercício.

As mudanças percebidas tem sido lentas na medida em que, no plano interno, esta estratégia não foi absorvida de forma sistêmica, nem pela direção nos seus diversos níveis nem na maioria dos técnicos e demais servidores, agentes potenciais do enraizamento desse processo. Ainda que não institucionalizada, foram criadas em cada território da Bahia, a figura dos agentes de desenvolvimento territorial que mesmo sem função na estrutura atuam como agentes de ATER e animadores desse processo junto aos territórios de jurisdição. A integração das políticas publicas e programas integrados diversos como ATER, PAA, PNAE, crédito rural, crédito fundiário e agroindústria dentro do conjunto das ações do órgão constituem esforço compartilhado do objetivo em fortalecimento às famílias no campo. Um exemplo de dinamismo é o território do Medio Ria das Contas, na Bahia, que tem parcerias com o Consórcio dos Municípios e Polo de fruticultura, na realização de várias iniciativas. O 1º Seminário Territorial de Cacau e Chocolate – AGROCACAU, realizado em 2014 resultou na criação da Câmara territorial do cacau e chocolate, com incentivos aos agricultores tradicionais, produtores de cacau, produtores de chocolate, agricultores familiares, assentados e os participantes em geral. Em parceria com o IFBAIANO de Uruçuca – BA e CEPLAC desenvolveram-se capacitações em cursos, oficinas e aulas praticas em cultivos e verticalização do cacau e demais frutas cultivadas no território, com ênfase na soberania alimentar e nutricional.

3. Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento /entidade externa, com destaque para as superintendências e gerencias estaduais.

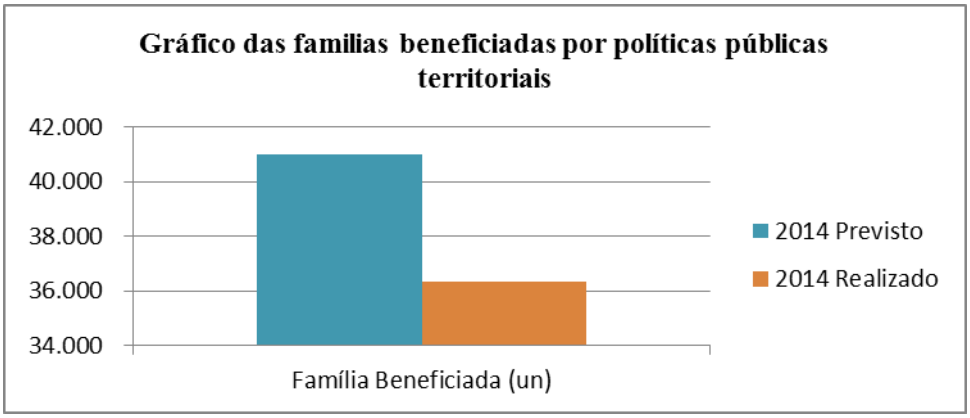


Tabela comparativa do indicador dentro do ciclo do PPA 2012 - 2015

Analise Indicadores	2012		2013		2014		2015
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Famílias Beneficiadas (un)	37.000	41.620	39.000	36.172	41.000	36.339	43.000

Fonte: CEPLAC

Conforme planejado	Merece atenção	Desconforme

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

"O solicitado no item 4 acima está descrito e analisado no item 3.11"

5. Principais desafios:

Articular as políticas públicas e programas transversais ao desenvolvimento territorial rural sustentável; Integrar os macroprocessos de ATER e PD&I às demais ações nos diversos níveis de governo; animar e assessorar o processo de organização das comunidades rurais frente à demanda de serviços públicos para o campo.

3.3.2 Conclusão

Mesmo com a apuração de 36.339 famílias beneficiadas em atividades diversas e atenção à questão da sucessão rural nos territórios, com ações de fortalecimento do setor produtivo e do protagonismo juvenil e sucessão rural constata-se que o desempenho do objetivo ainda é pouco significativo diante do tamanho das demandas e desafios das políticas públicas para o campo. Considerando-se que o esforço nesse objetivo é de coparticipação com outros entes de governo e de complementariedade aos programas voltados para o campo um plano de melhorias requer além de revisão da estratégia institucional, um esforço de internalização na gestão com formação de multiplicadores desse desafio e atração de novos atores e parcerias institucionais.

3.4 Descrição

Nome do objetivo	Incrementar a produção agropecuária com base na conservação produtiva.
Responsável	Helinton José Rocha

Definição geral

Aumentar a renda média marginal das regiões produtoras de cacau do Brasil, por meio de aumento da produção e da produtividade com base na conservação produtiva. Para isso, a matriz operacional contempla uma concepção de conservação que incorpore ao planejamento da propriedade: elementos da paisagem (reservas legais, áreas de preservação permanente-APPs), formas de produção favoráveis à conectividade entre os fragmentos de biodiversidade, a exemplo dos sistemas agroflorestais-SAF's, produção integrada, alternativas de diversificação das unidades produtoras de cacau, sistemas de produção orgânica e de base agroecológica, reincorporação de áreas antropizadas ao processo produtivo, iniciativas de agroindustrialização e verticalização da produção e agregação de valor à matéria-prima. É inegável o forte apelo ambiental da lavoura de cacau e dos cultivos a ela associados, uma vez que o agroecossistema cacaueiro reúne um conjunto de sistemas agrícolas, agroflorestais e arranjos produtivos locais, acrescidos de fragmentos florestais conservados direta ou indiretamente pela cacauicultura. Isso significa que é possível sim conciliar a produção e a conservação dos recursos da natureza e o aumento da produção agropecuária nas regiões cacaueiras do Brasil é indissociável da conservação e se ampara em princípios sustentabilidade.

3.4.1 Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando evolução do estágio do objetivo estratégico ocorrida desde a implementação do plano estratégico.

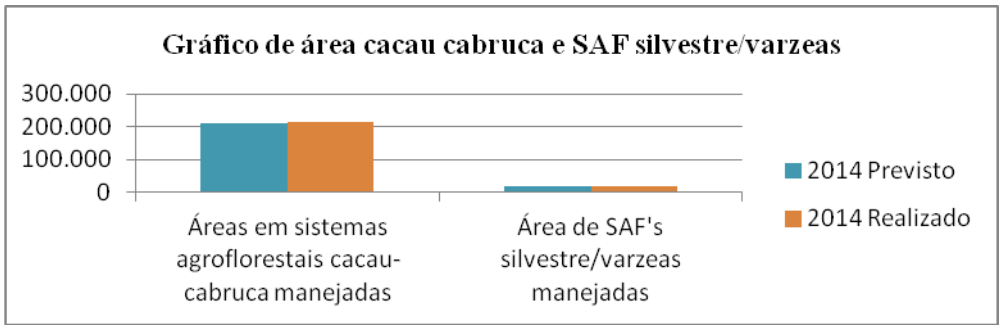
Dentre os sistemas de produção trabalhados em 2014, configura-se de notável importância o sistema "cacau-cabruca" - um precursor dos sistemas agroflorestais-SAF's. Adotado desde os primórdios da

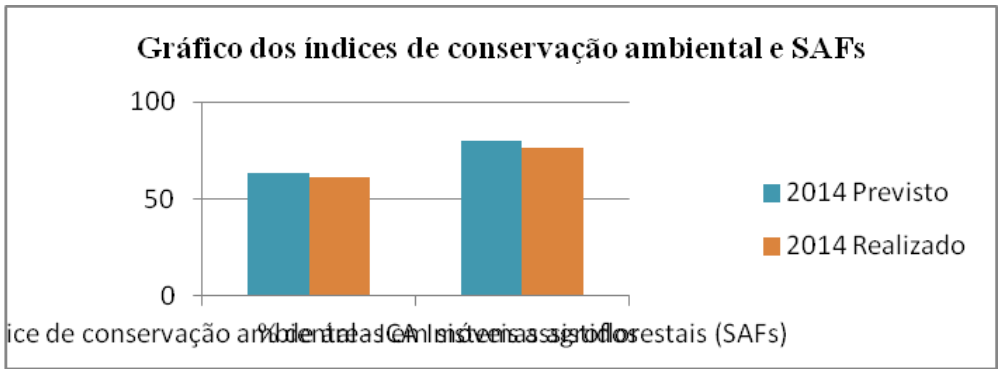
implantação do cacau na Bahia, há mais de 250 anos, esse sistema é a fonte de inspiração de um novo conceito para a prática da cacauicultura - ***conservação produtiva*** **-** cunhado recentemente para tipificar a sustentabilidade da lavoura no seu sentido mais amplo. O cacau-cabruca tem alto valor conservacionista, porque protege os recursos naturais (água, solo, biodiversidade, etc) e presta relevantes serviços ecossistêmicos. É um exemplo de que é possível sim produzir e conservar. Foram desenvolvidas ações de ATER com destaque para o projeto "Barro Preto" que, na prática, representa um grande laboratório de práticas de conservação produtiva e desenvolvimento de ações de pesquisas para aprofundamento do tema. De modo geral, a CEPLAC desenvolveu várias ações nesse período, sendo instaladas Unidades Experimentais com diferentes arranjos de espécies florestais e fruteiras, utilizando clones de seringueira em consórcio com cacau e culturas temporárias. Foram testados modelos de SAF's de alta rentabilidade e especialmente apropriados para recuperação de áreas protegidas. Além da massificação das ações visando o plantio de cacaueiros em sistemas agroflorestais, foram publicados artigos técnicos e o Manual "Cacaueiros em Sistemas Agroflorestais", bem como realizados seminários, palestras, cursos, treinamentos e participação em Festivais do Chocolate, de repercussão nacional e internacional, com vistas à promoção do consumo do chocolate. As áreas de várzeas e terra-firme alteradas, decadentes e/ou degradadas foram também trabalhadas e o aumento da produção se dá pela sua incorporação ao processo produtivo, utilizando o cacau silvestre em SAFs.

2. Análise das mudanças obtidas na situação diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico, destacando os avanços obtidos no último exercício.

A cacauicultura nacional tem sua produção de cacau aumentada, ampliando de 257,4 mil toneladas em 2012 para 281 mil em 2014, om realce na produtividade, a exemplo do Pará que atingiu, em média, 846 kg/ha. Na Bahia, a mais atingida pelos efeitos da crise especialmente da doença vassoura-de-bruxa, a produtividade média estimada da região evoluiu de 297 kg/ha em 2013 para 327 kg/ha em 2014. A lavoura responde bem aos estímulos técnicos, conforme atestam os indicadores de desempenho. A produção cresceu 13,33%, saindo de 158.432 t (2013) para 179.179 t (2014). A área colhida aumentou de 533.249 ha (2013) para 547.483 ha (2014) e a produtividade de 297 Kg/ha (2013) alcançou 327 Kg/ha (2014), com uma variação de 10,10%, a despeito dos do reduzido quadro de servidores e de um orçamento aquém das suas reais necessidades. Acrescente-se a esse cenário, as mudanças relativas à adequação das propriedades rurais aos princípios da sustentabilidade e as ações para a regularização ambiental. Agricultores foram inicialmente sensibilizados e orientados para procederem o registro dos imóveis no CAR-Cadastro Ambiental Rural, como determina a Lei 12.651/12 – novo Código Florestal. De modo geral, apesar de todas as limitações impostas no exercício, pôde-se registrar mudanças que resultam em avanços para a cadeia de produção: a) mudança no perfil do produtor quanto à utilização das tecnologias com vistas à conservação produtiva; b) empoderamento dos produtores; c) inclusão social; d) agregação de valor à matéria-prima; e) melhoria de vida e segurança alimentar; f) intensificação da produção em SAFs.

3. Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento /entidade externa, com destaque para as superintendências e gerencias estaduais.





Área manejada de cacau-cabruca, área manejada de SAF''s silvestre/várzeas, % índice de conservação ambiental/imóveis assistidos e a % de áreas em sistemas agroflorestais (SAFs) são os indicadores de avaliação dos resultados porém, o objetivo estratégico, pela teia de resultados e interface com outras áreas, deve ser aferido também pelos seus efeitos ou sejam, o incremento da produção de cacau (t) e da produtividade (kg/ha). É desejável que se estabeleçam mais indicadores, compatíveis com a dimensão do objetivo estratégico, para melhor expressar os resultados e o desempenho operacional. Propõe-se também a revisão do Plano Estratégico, oportunamente, com vistas a ajustes e adequações. A área cultivada com cacau-cabruca mantem-se na faixa de 250.000 ha e o manejo do sombreamento representa poderosa ferramenta para a recuperação da produção a curto prazo. Embora reconhecido pela Lei Estadual nº 12.377 de 28.12.2011 do Governo do Estado da Bahia como um sistema agroflorestal que proporciona benefícios ambientais, econômicos e sociais, o manejo desse sistema aguarda autorização do órgão ambiental, a partir da publicação do Decreto 15.180, de jul/2014, que trata da sua regulamentação.

INDICADORES	2012		2013		2014		2015
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Área manejada de cacau cabruca (ha)	200.000	207.000	210.000	198.000	210.000	213.000	250.000
Área manejada de SAF's, silvestre/várzeas (ha)	20.000	16.556	20.000	17.358	20.000	17.390	25.000
% Índice de conservação ambiental - Imóveis assistidos	57	61,4	63	62,47	63	61,54	60
% de áreas em sistemas agroflorestais (SAFs)	75	74,41	80	76,49	80	76,51	90

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

   "O solicitado no item 4 acima está descrito e analisado no item 3.11"

5. Principais desafios:

Aumentar a produção brasileira para suprir a demanda interna, obter a autossuficiência e gerar excedentes para exportação, objetivando aumentar a renda média marginal das regiões produtoras de cacau do Brasil. Esse desafio implica planejar o imóvel rural com foco na conservação produtiva e no uso múltiplo; recuperar áreas de cacauais decadentes; adequar o imóvel rural à legislação ambiental e trabalhista; implantar SAF's em espaços de cultivos monoculturais; conservar indivíduos e fragmentos remanescentes nos biomas onde a cacauicultura está inserida; proteger, recuperar e conservar o patrimônio florestal e os recursos naturais; desenvolver e utilizar tecnologias de baixo custo e de baixo impacto ambiental; estimular o cooperativismo de produção e agroindustrialização como forma de sustentação econômica para a consolidação da cacauicultura. Ampliar a produtividade da lavoura, atualmente no patamar de 403 Kg/ha, considerando que o aparato tecnológico permite alcançar 1.500 kg/ha ou até mesmo níveis mais altos, e a conservação dos recursos naturais. A superação dessa marca resultará na ampliação da renda do produtor e na geração de emprego. Contudo, é sabido que o alto custo da mão-de-obra (corresponde a 70% do custo total de produção), a escassez de mão-de-obra em função da intensa migração para os centros urbanos, o endividamento da lavoura em consequência da ocorrência da vassoura-de-bruxa e a descapitalização dos produtores, são fatores determinantes na recuperação da produção e da produtividade. Dentre as iniciativas de notável importância para a recuperação configura-se o manejo do sistema "cacau-cabruca", tendo por parâmetro o conceito da conservação produtiva.

3.4.2 Conclusão

O manejo integrado da lavoura tem produzido resultados promissores, conforme revelam os indicadores de desempenho em relação à produção de cacau e aos níveis de produtividade, embora se depreende que não bastam os avanços técnicos porque estes devem estar acompanhados da oferta de créditos para financiar o custeio e investimentos e da sensibilidade de toda a cadeia produtiva para a implementação de mais ações e melhoria de resultados. Reposição da força de trabalho da CEPLAC, considerando que o último concurso público para contratação de servidores aconteceu em 1987. Pressionada pela intensa, progressiva e inevitável redução na sua força de trabalho, a CEPLAC vê restringida a sua capacidade de responder aos produtores rurais e aos apelos das regiões cacaueiras do Brasil. Conclusão do processo de regulamentação do programa conservação produtiva, com vistas agilizar e operacionalizar o sistema com segurança jurídica e ambiental. Aceleração dos estudos complementares e desenvolvimento de pesquisas em áreas-piloto com vistas à consolidação do programa. Ampliação e adequação orçamentária da CEPLAC.

3.5 Descrição

3.5.1 Descrição do Objetivo Estratégico

Nome do objetivo	**Ampliar a produção de Agroenergéticos**
Responsável	Hellinton José Rocha

Definição geral

Desenvolvimento de estudos e ações de melhorias e otimização do agronegócio dendê, voltados para a consolidação da agricultura familiar e médias propriedades agrícolas, visando atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica de produção e utilização de óleo, especialmente como matéria-prima para produção de biodiesel na região cacaueiras da Bahia. Contribuirá com a expansão de cultivos agronergéticos e de fontes renováveis para as regiões produtoras de cacau, assim como para a matriz energética do Brasil.

3.5.2 Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando evolução do estágio do objetivo estratégico ocorrida desde a implementação do plano estratégico.

Em 2014, penúltimo ano do atual ciclo do PPA, no contexto do Programa: **2014** – "Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização", do Objetivo: **0750 -** Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética e da Iniciativa **02YO** – Desenvolvimento das potencialidades agroenergéticas das regiões produtoras de cacau. A qual tem status de objetivo no Mapa Estratégico, Ampliar a produção de Agroenergéticos, ancorado financeiramente na Ação: **20ZY** Desenvolvimento das regiões produtoras de cacau. Cujos projetos dessa área têm como desafio a geração de tecnologia que possibilitem o aperfeiçoamento dos processos empregados na cadeia produtiva do dendê. Visando aumentar a sua produtividade e produção em base sustentável, com foco na consolidação da agricultura familiar e médias propriedades agrícolas. E ainda, atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica de produção e utilização de óleo, especialmente como matéria-prima para produção de biodiesel nas regiões cacaueiras da Bahia.

Dos 54.026 ha de dendê estimados no Sul da Bahia em 2014, 4.626 ha foram assistidos correspondendo a 8,56% da área, abrangendo 331 pequenos e minis produtores de dendê subespontâneo com metodologias grupais. Implantou-se uma área como Unidade de Observação e demonstrativa de 3 hectares de dendê na sede regional da Ceplac com o proposito de desenvolver um sistema de produção de dendê em consorcio com a bovinocultura e incentivar os produtores a substituírem o dendê espontâneo pela variedade tenera, mais produtivo e rentável. Para estimular a agregação de valor e melhorar a qualidade do óleo foi instalado uma micro usina de processamento de dendê na Estação Experimental da Ceplac no Município de Una. E para expandir a dendeicultura no extremo sul da Bahia foi incentivada a implantação de 70 ha de dendê, variedade tenera, sendo 40 ha com sementes produzidas pela Ceplac e 30 ha com sementes produzidas pela Embrapa. Outro trabalho desenvolvido pela Ceplac foi motivar os produtores de óleo para melhoria dos roldões visando elevar o nível de qualidade do produto, resultando na redução de acidez do óleo produzido da faixa de 15% para 5%.

2. Análise das mudanças obtidas na situação diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico, destacando os avanços obtidos no último exercício.

Para mudar a situação socioeconômica diagnosticada, durante a elaboração do plano estratégico e estabelecer um novo cenário com um prognóstico descrito no objetivo do Mapa Estratégico, "Ampliar a produção de Agroenergéticos" até 2023. O plano redefiniu e vem executando parcialmente e com limitações um conjunto de projetos de PD&I e ATER na unidade da Federação da Bahia, na região sul, do Bioma Mata Atlântica. Porém, apesar de algumas ações estarem sendo desenvolvidas com certo sucesso no campo da Assistência Técnica e Pesquisa, o esforço empreendido, não têm sido suficiente para gerar os reflexos positivos esperados para alcançar o objetivo. Com muito esforço e superação conseguiu manter os níveis médios de: área plantada, produtividade, produção e preços da cadeia do dendê ao longo deste ciclo. Porém, não teve com avançar muito por limitações internas, (aposentadoria do quadro técnico sem capacidade de substituição e ainda por fatores externos, que estão impactando e influenciando negativamente na execução das metas previstas no Plano Operativo, instalação das Micros Usinas, Expansão e Renovação da área. Em função de limitações creditícia e restrições legais para produção de sementes selecionadas por parte da unidade da Ceplac para distribuição aos agricultores familiares encontra-se paralisada em razão de restrições contidas na MP nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, em conformidade com o inciso II do § 1o e o § 4o do art. 225 da Constituição Federal do Brasil.

Esses entraves têm impactado negativamente e contribuído para anular e ou retardar os benefícios esperados de aumento dos níveis de produção e produtividade da cadeia do dendê com os trabalhos executados Assistência Técnica e Pesquisa. No período, não houve alteração na situação diagnosticada de dendê em virtude de restrições as execuções das principais ações contidas no projeto junto aos agricultores. Como exemplo, pode-se exemplificar a operacionalização de crédito, especialmente aos agricultores familiares, concluir a instalação de mini usinas de processamento de dendê, regularizar o registro da Ceplac para produção de sementes no órgão de controle Renasem-Mapa, treinar viveiristas de mudas de dendê, conduzir áreas experimentais de dendê instaladas na Estação Experimental Lemos Maia, Una – BA, viabilizar e dinamizar o processo de produção e distribuição de sementes melhoradas e pré-germinadas aos produtores e ou viveiristas credenciados, e em fazendas particulares, buscar resultados que respaldem o projeto, implantar áreas de unidades de observação e demonstração na região, incentivar a expansão da dendeicultura para os Tabuleiros Costeiros da Bahia, iimplementar uma campanha de renovação de dendezais decadentes, concluir a instalação das micro usinas de processamento e equipamento para modernização das unidades de extração de óleo, elaborar manual técnico simplificado (cartilha) sobre processamento de cachos de dendê em pequenas unidades de extração e do cultivo do dendezeiro na Bahia. Diante dos fatos evidenciados e dificuldades apontadas, constata-se que o ritmo de execução dos projetos, requer atenção, quanto à proposta de revisão da meta física e financeira em apreço, salvo definição de nova estratégia governamental para o setor.

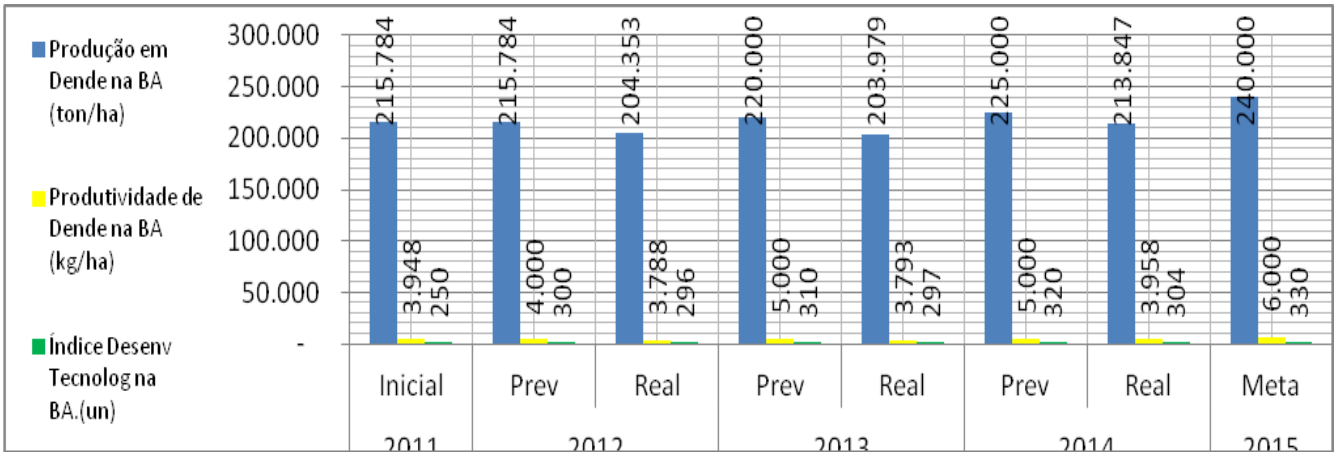
3. Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento /entidade externa, com destaque para as superintendências e gerencias estaduais.

Analisando os números da tabela abaixo, consta-se que não houve alterações sensíveis na situação diagnosticada de dendê. Os níveis de produção, área e produtividade mantem-se inalterados permanecendo estáveis no período 2012-2014, com respectivamente, 213.847 mil toneladas de cachos, 54.026 mil ha e 3.958 Kg/ha.

INDICADORES DE RESULTADO – OBJETIVO - AMPLIAR A PRODUÇÃO DE AGROENERGÉTICOS								
Analise Indicadores	**2011**	**2012**		**2013**		**2014**		**2015**
	Inicial	Prev	Real	Prev	Real	Prev	Real	Meta
Produção em Dende na BA (ton/ha)	215.784	215.784	204.353	220.000	203.979	225.000	213.847	240.000
Produtividade de Dende na BA (kg/ha)	3.948	4.000	3.788	5.000	3.793	5.000	3.958	6.000
Índice Desenv Tecnolog na BA.(un)	250	300	296	310	297	320	304	330

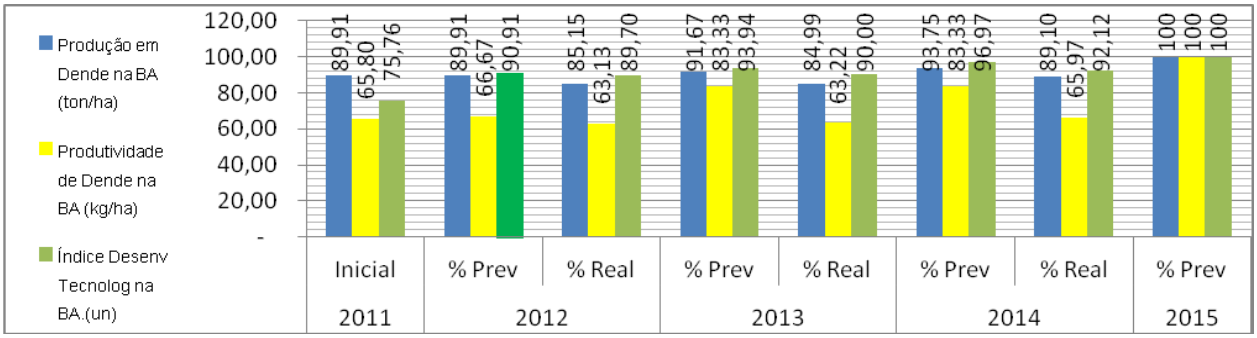
O esforço de execução da meta física do objetivo estratégico Ampliar a produção de Agroenergéticos, contemplado no projeto da CEPLAC-R1.P1 - Expansão e modernização do cultivo de cacau, dendê e seringueira em áreas degradadas, nos Estados do Amazonas, Mato Grosso, Rondônia e mais especificamente no Estado do Pará, como forma de alavancar a produção e exportação dessas commodities agrícolas.

INDICADORES DE RESULTADO – OBJETIVO - AMPLIAR A PRODUÇÃO DE AGROENERGÉTICOS



Como dito antes, o esforço empreendido, em função da conjuntura vivenciada com a carência de mão de obra e limitações legais, não gerou os resultados esperados. E sim, manteve-se uma ligeira tendência de queda com estimativa de recuperação no último. Conforme detalhamento dos números da tabela e gráfico acima, restando respectivamente os seguintes resultados de produções anuais de dendê (Cacho de Coco) em amêndoas (segundo o IBGE), em 2012, 2013 e 2014 de 204.353, 203.979 e 213.847 mil toneladas, representando um decréscimo consecutivamente nos dois primeiros anos do período de 5,30%, 0,18% e uma estimativa de aumento de 4,84%. E resultou em uma produtividade de 3.788, 3.793, 3.958 Kg por hectare ano, representando um decréscimo consecutivamente nos dois primeiros anos do período de 4,05%, 0,13% e uma estimativa de aumento de 4,36%.

INDICADORES DE RESULTADO – OBJETIVO - AMPLIAR A PRODUÇÃO DE AGROENERGÉTICOS



Analisando os Indicadores de Macroprocessos constata-se que, em 2014, foi utilizado o mesmo voltado para o objetivo de pesquisa. Pois, os projetos desse objetivo estão inseridos no conjunto dos projetos de pesquisa previstas em nº de 100 e resultando em 320 tecnologias a ser disponibilizadas, tendo sido realizadas 132 pesquisas, representando 132% da meta prevista, gerando 304 tecnologias disponibilizadas, que representa 92,12% da meta de tecnologia.Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

Análise Orçamentária	Orçamento Previsto (Loa + Adicionais)		Orçamento Realizado (empenho liquidado)		Físico Previsto		Físico Realizado		Unidade de Medida
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	RAP	RAP	RAP	RAP	
DESENAGRO13	754.083,00		257.737,24	74.380,44	3.250		4.626		
Total	754.083,00/		257.737,24	74.380,44					

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

"O solicitado no item 4 acima está descrito e analisado no item 3.11"

5. Principais desafios:

Reequipar a estação de produção de mudas e sementes melhoradas Lemos Maia;

Melhorar a produtividade dos dendezais subespontâneos substituindo-os por plantios tecnicamente formados com materiais melhorados;

Contratar profissionais para suprir o quadro técnico (4) que gera tecnologia e presta assistência técnica ao projeto, pois praticamente todos se aposentaram.

3.5.3 Conclusão

Avaliação do resultado

Tendo em vista, os entreves burocráticos e escassez de recursos, os trabalhos de assistência técnica e pesquisa, desenvolvidos no período ainda não alcançaram os resultados esperados, mantendo-se constante os níveis médios de produção, área e produtividade. Não houve alteração na situação diagnosticada de dendê em virtude das restrições impostas no tocante às execuções das principais ações contidas no projeto. Apesar de alguns avanços como a distribuição de cerca de 150.000 mil mudas oriundas de sementes melhoradas, correspondente a uma área de aproximadamente 1.000 ha,

ainda faltam ser implantados outras metas contidas no projeto por limitação de recursos financeiros e humanos.

Ações para melhoria de desempenho

Simplificação das condições de acesso ao crédito para financiamento dos plantios;

Contratação imediata de profissionais qualificados para cuidar das demandas fitossanitárias e nutricionais da cultura, ao longo do período, bem assim na análise de qualidade do óleo;

Liberação dos recursos orçamentários e financeiros definido no projeto;

Participação efetiva de empresas produtoras de biocombustíveis na consolidação da demanda para fins agroenergéticos;

Aquisição imediata de equipamentos para facilitar, agilizar e oferecer segurança ao trabalhador, no processo de produção de sementes melhoradas de dendê, na estação experimental Lemos Maia.

Articulação para o efetivo envolvimento de instituições interessadas no desenvolvimento da dendeicultura na Bahia.

Regularização do registro de credenciamento da Ceplac como produtora de sementes e mudas;

Contratação de técnicos: pesquisadores e extensionistas e mão-de-obra terceirizada para manutenção das áreas e produção de sementes melhoradas.

3.6 Descrição

Nome do objetivo	Fortalecer a agricultura familiar.
Responsável	Helinton José Rocha

Definição geral

Inclusão socioprodutiva da agricultura familiar, e desenvolvimento territorial rural por meio da ampliação e qualificação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural junto às famílias agricultoras, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais assistidos nos 22 territórios cacaueiros situados nos Biomas de Mata Atlântica e Floresta Amazônica.

3.6.1 Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando evolução do estágio do objetivo estratégico ocorrida desde a implementação do plano estratégico.

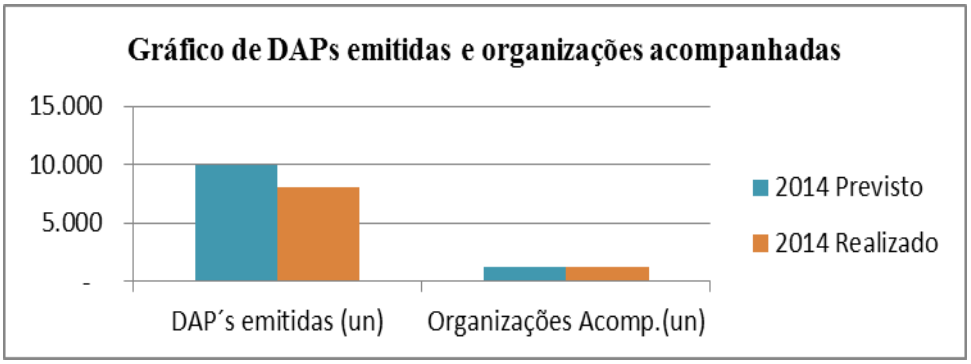
Consiste na priorização dos macroprocessos de ATER e inovações tecnológicas para o público alvo da agricultura familiar, considerando a sua participação da ordem de 75% do contingente dos 70 mil produtores cadastrados. Diante do atual contexto do campo, influenciando demandas de modernização tecnológica e organização socioprodutiva, focaram-se as atividades no assessoramento e assistência técnica nas atividades produtivas primárias, agroindústria e comercialização, bem como na ampliação do acesso aos programas e políticas públicas transversais ao desenvolvimento rural sustentável. As comunidades beneficiárias incluem famílias agricultoras, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais em atividades de cultivos e criações diversificadas nos 22 territórios rurais de atuação. Em sintonia com estas demandas territoriais rurais o Objetivo em apreço dedica especial atenção à questão da sucessão rural, de modo a desestimular o movimento migratório dos jovens para os centros urbanos, a partir de ações que venham favorecer suas permanências na propriedade rural com trabalho,

renda e cidadania, estimulando com isso a formação de empreendimentos produtivos por jovens rurais. Ressaltam-se, neste ano de 2014, as comemorações do Ano Internacional da Agricultura Familiar, instituído pela Resolução 66/222 da Organização das Nações Unidas (ONU), em sua 66ª Sessão. Os principais objetivos do Ano Internacional da Agricultura Familiar, definidos pelo Comitê Organizador Nacional, são a promoção de políticas públicas, o fortalecimento das organizações representativas e o aumento da conscientização na sociedade sobre a importância de apoiar a agricultura familiar.

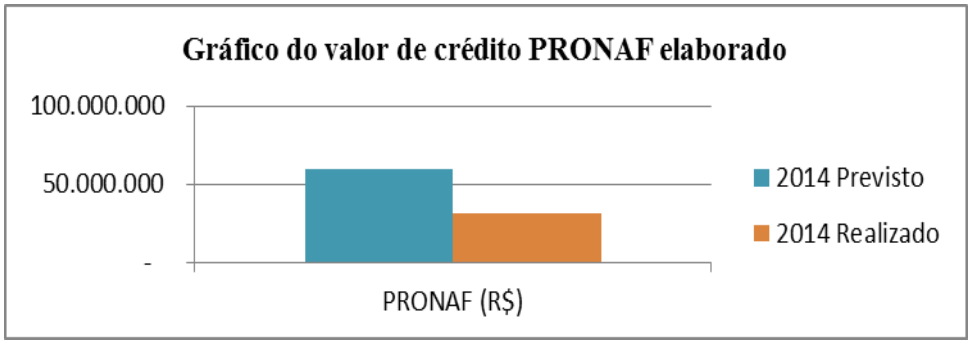
2. Análise das mudanças obtidas na situação diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico, destacando os avanços obtidos no último exercício.

A partir dos anos 1990, acentuou-se a migração de jovens do sexo feminino com 15 a 19 anos e do sexo masculino de 20 a 24 anos, comprometendo a sucessão rural geracional. Até então, o êxodo rural afetava predominantemente adultos entre 30 a 39 anos. Diante dos fatos a formação de jovens empreendedores rurais mereceu atenção nesse exercício, tendo como resultado a formação já acumulada de 615 jovens rurais em 15 turmas, com incremento no ano de 90 jovens incluídos, num esforço recente de cooperação técnica com o MDA e Governo do Estado da Bahia. Além de manutenção do contingente de 37 mil famílias beneficiadas ano, ampliaram-se as capacitações tecnológicas, consolidando a qualificação de 33,9 mil trabalhadores e agricultores em cultivos, criações e processos diversos de aproveitamentos de produtos e gestão da propriedade rural. Por meio da emissão das declarações de aptidão ao PRONAF- DAPs garantiram-se acesso ao crédito rural qualificado, bem como ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, do Governo Federal em articulação com os conselhos de desenvolvimento rural sustentável nos municípios.

3. Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento /entidade externa, com destaque para as superintendências e gerencias estaduais.



A medição da quantidade de declarações de aptidão ao PRONAF afere o esforço desenvolvido pelos agentes de assistência técnica no acesso às políticas públicas focadas no desenvolvimento rural sustentável, em especial o crédito rural, PAA e PNAE. Foram emitidas 8.013 DAPs no exercício com alcance de 80% do previsto e superação às 1.200 organizações do campo a serem acompanhadas.



O crédito de PRONAF elaborado no exercício apresenta resultado pouco significativo com um volume de apenas 31,2 milhões de reais elaborados, alcance de 52,0% diante do programado. As causas frequentes estão ligadas a inadimplência, irregularidades fundiárias e documentais e disponibilidade de crédito.

Tabela comparativa dos indicadores dentro do ciclo do PPA 2012 - 2015

Analise Indicadores	2012		2013		2014		2015
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
DAP´s emitidas (un)	10.000	7.305	10.000	8.181	10.000	8.013	10.000
Organizações Acomp. (un)	650	949	950	1.182	1.200	1.206	750
Crédito Rural (R$)	60.000.000	48.190.096	80.000.000	35.803.262	100.000.000	41.173.225	120.000.000
PRONAF (R$)	40.000.000	48.190.096	50.000.000	18.707.067	60.000.000	31.240.051	80.000.000

Fonte: CEPLAC

Conforme planejado	Merece atenção	Desconforme

Verificam-se desconformidades na viabilização dos indicadores de crédito de Pronaf e organizações acompanhadas, ressaltando-se nesta última o acompanhamento em conformidade no ano de 2014. Quanto à emissão de DAPs e elaboração de projetos de crédito geral, constata-se estado de atenção em todo o ciclo analisado, situação decorrente de fatores como regularização fundiária, disponibilidade de linhas de créditos e inadimplência.

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

"O solicitado no item 4 acima está descrito e analisado no item 3.11"

5. Principais desafios:

Alinhar aos esforços nacionais de consolidação do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PNDRSS; Incrementar estratégias de organização, inclusão socioprodutiva e inserção competitiva nos mercados da produção familiar; consolidar mecanismos de promoção da sucessão geracional no campo; adotar métodos de pesquisa ação e pesquisas participativas; apropriar saberes e práticas das comunidades envolvidas e avançar na interação de políticas públicas nos eixos de ATER, desenvolvimento rural, agrárias, ambientais e cidadania.

3.6.2 Conclusão

Como resultado do atendimento, orientações e assessoria em nível dos escritórios regionais e locais assim como na assistência técnica diretamente nas propriedades rurais e comunidades possibilitaram-se melhor interação entre técnicos e produtores, fortalecidos, sobretudo pela adoção de metodologias participativas e realização de eventos coletivos como seminários, cursos, dias de campo e excursões técnicas. Merece realce a formação de jovens empreendedores e diagnóstico do segmento da agricultura familiar, iniciado na Bahia com expansão para os demais estados. A parceria CEPLAC cooperativa de agricultores familiares do Sul da Bahia – COOFASULBA opera o PAA na aquisição e distribuição da produção dos 420 associados e no PNAE com a entrega de 30 toneladas de achocolatado, processado em cooperação com a CEPLAC e destinados à merenda escolar em 20 municípios baianos. Consolidam-se no ciclo do PPA a emissão de 23.499 DAPs, destas 8.013 no exercício, com elaboração de 1.025 projetos de Pronaf no valor de R$31.240.051,00 e contratados R$11.455.73,00. As melhorias associadas ao desempenho do objetivo estão condicionadas à recomposição do quadro de pessoal técnico, ampliação das parcerias institucionais e recuperação dos níveis orçamentários, com normalização do fluxo de liberação dos recursos financeiros.

3.7 Descrição

Nome do objetivo	Promover a diversificação agropecuária regional.
Responsável	Helinton José Rocha

Definição geral

Apoio às cadeias produtivas complementares: fruticultura, palmiteiros, apicultura, seringueira e pecuária. Objetiva integrar e promover novos arranjos produtivos, com foco nos níveis de eficiência produtiva, qualidade dos produtos e verticalização da produção.

3.7.1 Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando evolução do estágio do objetivo estratégico ocorrida desde a implementação do plano estratégico.

Não obstante a definição de foco nas cadeias produtivas do cacau, dendê e seringueira os esforços desse objetivo, por meio dos macroprocessos de PD&I e ATER, contemplam outros cultivos agrícolas e exploração animal conforme vocação dos agrossistemas nos territórios de atuação. Destacam-se os arranjos produtivos em sistemas agroflorestais – SAFs e assistência técnica e pesquisas nos cultivos diversificados em fruticultura, palmiteiros (pupunha, açaí, juçara), apicultura, pecuária e cultivos alimentares. Na área da fruticultura merece destaque a criação do polo de fruticultura do Território Médio Rio das Contas, abrangendo 16 municípios da Bahia, contribuído para a ampliação dos plantios de graviola, cajá, maracujá, banana, e utilização de outras já estabelecidas, para produção de polpas, de modo a atender as demandas das agroindústrias já instaladas na região. A apicultura, atividade em recente estabelecimento no sul da Bahia, atingiu crescimento rápido e adesão de grande parcela de produtores principalmente da agricultura familiar. Na pecuária os trabalhos pesquisa desenvolvidos com foco na área de alimentação animal - pastagens geraram resultados importantes que podem ser obser-

vados na capacidade de suporte das áreas atualmente assistidas. Além do dendê, destacam-se outras palmáceas com foco na produção de palmitos e frutos para alimentação humana e animal.

2. Análise das mudanças obtidas na situação diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico, destacando os avanços obtidos no último exercício.

Validação e recomendação de sistemas agroflorestais para os Biomas da Mata Atlântica e Floresta Amazônica com base cacau, em múltiplos arranjos e diferentes consortes como seringueira, palmáceas, fruteiras, café e essências florestais. Além do processamento local com duas indústrias médias e dezenas de pequenas processadoras de polpa de fruta o Médio Rio das Contas é grande exportador de polpas de frutas para as principais capitais do nordeste, como resultado das ações articuladas do polo de fruticultura, Ceplac, Sebrae e outras instituições. A evolução da produção de mel nos últimos anos foi marcante atingindo cerca de 450 toneladas em 2014. Aumento da produtividade na pecuária bovina associado aos novos cultivares de gramíneas e leguminosas forrageiras e novas tecnologias de manejo das pastagens. Instalação de uma unidade agroindustrial piloto - casa de farinha mecanizada para processamento de farinha de pupunha, localizada na estação experimental da Ceplac, no município de Una, Ba.

3. Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento /entidade externa, com destaque para as superintendências e gerencias estaduais.

Não foi possível mensurar nem comentar indicador específico, na medida em que não houve definição nem apuração na série histórica apreciada. Por conseguinte, não houve análise de indicadores.

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

   "O solicitado no item 4 acima está descrito e analisado no item 3.11"

5. Principais desafios:

Busca de aporte orçamentário e de pessoal técnico para a instituição no sentido de continuidade dos processos de pesquisas e extensão rural no aprimoramento das tecnologias e sistemas de produção sustentável dos cultivos diversificados. Proceder avaliação das cadeias produtivas dinâmicas e demandantes de tecnologia e organização do setor.

3.7.2 Conclusão

Os resultados pontuais apresentados, ainda que insuficientes para promover mudanças transformadoras no cenário socioeconômico das regiões produtoras de cacau, oferecem muitas janelas de oportunidades de ampliação da capacidade de renda e alternativas de saída da dependência da monocultura, diante da diversidade agropecuária vocacionada nesses agrossistemas e do seu potencial de agregação de valor. O nível de priorização do órgão nessas atividades finalísticas, diante das dificuldades de recursos e pessoal, não reflete o tamanho do esforço empreendido pelas unidades locais no atendimento dessas demandas. Um exemplo de atuação da Ceplac nessa atividade é a coordenação de eventos estadual e nacional, a exemplo do VI Congresso Baiano de Meliponicultura e do VII Seminário Brasileiro de Própolis e Pólen, que será realizado de 7 a 10 de julho de 2015. O plano de melhorias requer avaliação das reais demandas apresentadas diante da capacidade operativa e dos recursos disponibilizados para esta temática.

3.8 Descrição

Nome do objetivo	Agregar valor à produção.
Responsável	Helinton José Rocha

Definição geral

A agregação de valor ao cacau continuará a ser prioridade através da difusão de tecnologia de processamento, com fomento a investimentos da iniciativa privada em fábricas de chocolate, bem como através de parcerias com os produtores rurais para garantir maior produtividade, produção e matéria-prima de qualidade. Consoante este esforço, a certificação orgânica e indicação de origem serão fomentadas, assim como a produção de cacau fino de qualidade Premium.

3.8.1 Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando evolução do estágio do objetivo estratégico ocorrida desde a implementação do plano estratégico.

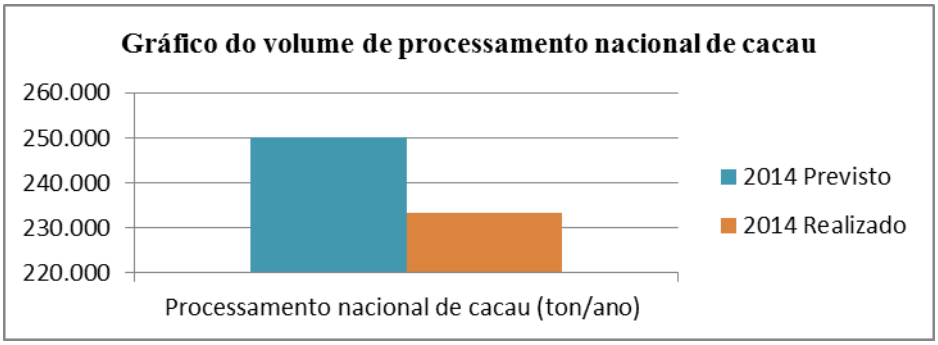
Em relação à dinâmica do parque processador de cacau instalado no país a atividade focal do objetivo consistiu na consolidação das estatísticas de moagem nas grandes matrizes industriais do cacau instaladas nos polos de Ilhéus-Bahia, no Espírito Santo e em São Paulo. No âmbito das cadeias produtivas regionais residem nas atividades de PD&I e ATER, tanto no desenvolvimento e transferência de tecnologias como no estímulo às iniciativas de certificação de sistemas de produção e produtos à exemplo das experiências de produção orgânica, processos de indicação geografia e métodos de manejo de pós colheita para obtenção de qualidades diferenciadas com vistas a novos mercados. As atividades envolvem também qualificação dos produtores de cacau que querem produzir chocolate, as participações da instituição e o público alvo em seminários, fóruns e festivais. Seus técnicos contribuem com os eventos na realização de palestras e divulgação dos produtos processados na unidade agroindustrial da ceplac em parceria com cooperativas e associações. Na política de qualidade, além da classificação e certificação das amêndoas, desenvolvem-se pesquisas em análise sensorial dos produtos processados.

2. Análise das mudanças obtidas na situação diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico, destacando os avanços obtidos no último exercício.

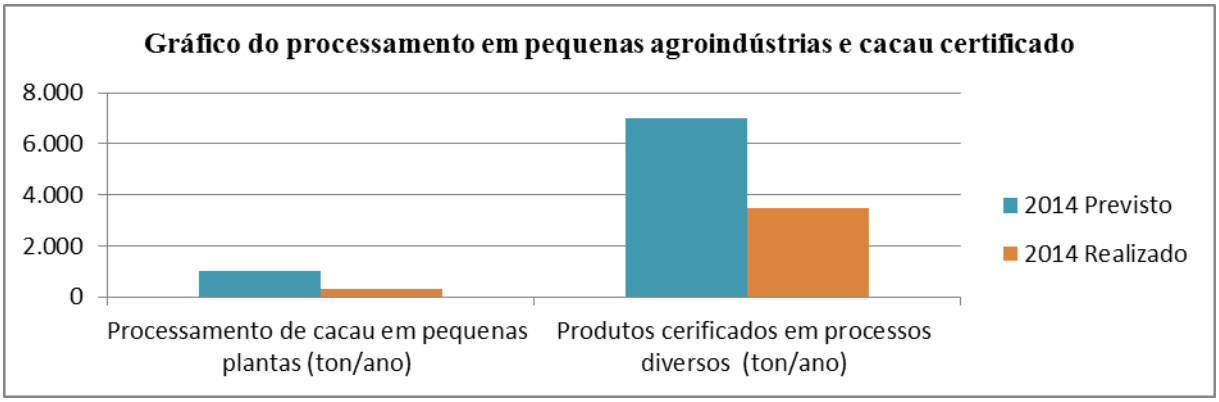
Na verticalização da cadeia do cacau se expressam no incremento de tecnologias de produtos e de processos, já desenvolvidas pela CEPLAC, bem como nos avanços na área de equipamentos, tecnologias já transferidas e replicadas em linhas de processamento com porte adequado para cooperativas de produtores rurais, oferecendo perspectivas de saída da condição de exportador de amêndoa para produtor de chocolates e derivados. O desenvolvimento de tecnologia de processamento de chocolate fino e de equipamentos para pequenas plantas industriais tem contribuído significativamente para um novo salto tecnológico na agroindústria regional e na capacitação de produtores e mão-de-obra na verticalização da produção. As estimativas, incluídas as unidades domésticas não formalizadas e cozinhas industriais alcançarão até o final do PPA volume aproximado de 400 toneladas de cacau processados diretamente por empreendimentos individuais e associativos dos produtores rurais. Através da unidade agroindustrial - piloto instalado no centro de pesquisas da Bahia, além de apoiar como incubadora de negócios agroindustriais estimula e desenvolve ações no sentido de preparar agricultores via associações e cooperativas, a verticalizarem a produção. Foram realizadas 6.646 análises sendo 3.796 físico-química e 2.850 microbiológica de produtos processados. Acompanha ainda o processo de comercialização e formação de mercado final com o objetivo de elevar a renda da agricultura regional. O volume de cacau processado nas 25 unidades de pequeno

porte para chocolate e derivados de cacau, instaladas nos estados da Bahia, Espírito Santo e Pará, alcançou em 2014 a marca das 321 toneladas de cacau, com incremento de 41,35% em relação às 133 toneladas processadas em 2012, inicio do PPA.

3. Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento /entidade externa, com destaque para as superintendências e gerencias estaduais.



Estatística de moagem nacional com dados da Associação Brasileira das Indústrias Processadoras de Cacau – ABICAR, aferindo déficit de 2,56% sob 2013 e 6,67% diante do programado no ano.



Os indicadores de processamento em pequenas Agroindústrias e certificação de sistemas de produção e processos são estratégicos, sendo o primeiro concebido como indicado do Programa 2042, no PPA. Apesar do aparente baixo desempenho em relação ao programado no ano, 32,1% e 49,4%, respectivamente, constata-se evolução significativa dentro do ciclo do PPA.

Tabela comparativa dos indicadores dentro do ciclo do PPA 2012 - 2015

Analise Indicadores	2012		2013		2014		2015
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Processamento nacional de cacau (ton/ano)	225.000	245.172	250.000	239.436	250.000	233.293	250.000
Processamento de cacau em pequenas plantas (ton/ano)	197,2	133	300	285	1.000	321	1.000
Produtos cerificados em processos diversos (ton/ano)	5.392	1.085	5.882	3.360	7.000	3.461	7.843

Fonte:ABICAR e CEPLAC

Conforme planejado	Merece atenção	Desconforme

Apesar do déficit apurado no ano de 6,67% diante do programado, constata-se conformidade nos níveis de moagem de cacau em todo o ciclo do PPA analisado. Quanto às pequenas agroindústrias e processos de certificação, denotam-se pontos de atenção e desconformidades originadas pela superestimação das metas na concepção da estratégia e dos referidos indicadores.

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

   "O solicitado no item 4 acima está descrito e analisado no item 3.11"

5. Principais desafios:

Ensaios de análise sensorial, utilizando 23 variedades clonais, permitiram distinções entre os chocolates das diversas variedades, identificáveis mesmo por painel de consumidores normais, com a participação de importantes empresas da área de chocolate gourmet nesse projeto de pesquisa. O mercado identificou ampla diversidade de sabores e aromas que só o Brasil, pelo seu largo espetro de variedades clonais, pode oferecer. O país passou nos últimos anos a ser reconhecido como produtor de amêndoa de cacau fino e está consolidando iniciativas nos processos de indicações geográficas e marcas coletivas nos Estados do Pará, Bahia e Amazonas. Diante das atuais e promissoras janelas de oportunidades para o setor, os desafios residem em: intensificar ações e programas de apoio às estratégias de **agregação de valor**; Apoiar com a secretaria de relações internacionais - SRI/MAPA a formação de um **política exportadora** de produtos das cadeias de SAF, especialmente cacau ***Premium***; ampliar as Redes de Franquias ora surgidas no mercado interno e planejar suas extensões a outros mercados, fomentando as iniciativas e empreendimentos de agregação de valor às cadeias produtivas regionais.

3.8.2 Conclusão

A cadeia do cacau no Brasil representou em 2014, valor estimado de doze bilhões de reais, com participação da ordem de dois bilhões do setor primário. Realizou-se no exercício a 6ª edição do Festival do Chocolate na Bahia e a primeira no estado do Pará, com participação de mais de cem empreendedores no setor de chocolate e derivados do cacau, com representação marcante de segmentos da agricultura familiar. Na busca de melhoria na qualidade para produção de cacau fino, viabilizou-se a participação de associações e produtores individuais nos Salões Internacionais de Chocolate a exemplo da 3ª edição do Salão de Paris e uma edição realizada em Salvador, Bahia, em 2013. Parcelas destes produtores são hoje empreendedores no setor, processando e acessando nichos de mercado de chocolate Premium em vários países, com 35 marcas de chocolate fino já disponíveis também no mercado interno. Merece destaque a parceria com a Coofasulba, cooperativa de agricultores familiares do Sul da Bahia que processa cerca de 30 toneladas/ano de achocolatado e distribui para 20 prefeituras dentro do PNAE. As melhorias para o objetivo residem na superação de resistência do setor produtivo para avançarem na verticalização e formação de mercados; no estímulo e fortalecimento do capital social local como instrumento de desenvolvimento regional; na ampliação de domínio tecnológico dos processos; na melhoria da qualidade da matéria-prima e nas relações de mercado; além do fortalecimento institucional do órgão na sua estrutura orçamentária e de pessoal.

3.9 Descrição

3.9.1 Descrição

Nome do objetivo	Ser Excelência em P D&I
Responsável	Hellinton José Rocha

Definição geral

A busca pela excelência em PD&I consiste no desafio de aumentar a eficiência técnica e produtiva nas regiões produtoras de cacau e tem como requisito na ação principal da Ceplac, gerar e desenvolver tecnologias sustentáveis para o desenvolvimento agrossilvopastoril nas regiões produtoras de cacau do Brasil.

3.9.2 Análise Projeto: Inovação Tecnológica nas pesquisas realizadas

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando evolução do estágio do objetivo estratégico ocorrida desde a implementação do plano estratégico.

Em 2014, penúltimo ano do atual ciclo do PPA, no contexto do Programa: 2042 – "Inovações para a Agropecuária", do Objetivo: 0845, equivalente ao objetivo do Mapa Estratégico, "Ser Excelência em PD&I" e da Iniciativa 03GM, ancorada financeiramente à Ação: Cujos projetos dessa área têm como desafio, a geração de tecnologia que possibilitem o aperfeiçoamento dos processos empregados nas cadeias produtivas de cacau dendê, seringueira e outras. Visando aumentar a sua produtividade e produção em base sustentável, com foco na geração de emprego, renda, geração de excedentes.

Destaca-se a ênfase dada nesses últimos três anos aos novos projetos de pesquisas visando ao melhoramento genético preventivo, relacionado à doença Monilíase do Cacaueiro, causada pelo fungo *Moniliophthora roreri,* uma ameaça iminente às plantações de cacau do Brasil. E que vem causando sérios prejuízos socioeconômicos aos produtores dos países onde essa doença se instalou. Em 2013, e no presente exercício foram aprovados e implantados projetos de pesquisa nesse sentido envolvendo, inclusive, a cooperação dos países aonde já ocorre a doença, ampliando consideravelmente assim os trabalhos nessa área, abrindo perspectivas para o domínio da tecnologia necessária ao controle dessa doença, caso venha a se instalar no Brasil.

Nesse contexto merece destaque a concentração de pesquisas nas áreas de Biotecnologia e Biologia Molecular, ferramentas que tem possibilitado a compreensão dos diversos mecanismos epidemiológicos e de resistência de plantas a doenças, possibilitando a realização de melhoramento genético monitorado, antecipando e dando mais segurança aos resultados alcançados. Outro fato que merece destaque são os avanços no campo da Genômica, com foco no mecanismo de desativação de genes de patógenos, pela técnica de silenciamento de genes.

No exercício de 2014, foi gerado, significativo, conhecimento sobre controle de pragas entomológicas do cacaueiro a exemplo da cochonilha rosada (*Maconellicoccus hirsutus, Green),* praga quarentenária diagnosticada na Bahia, em 2013. E que neste ano de 2014, se instalou ao norte e ao sul da região cacaueira induzindo o desenvolvimento de pesquisas sobre a biologia, dispersão e controle químico e biológico dessa praga, cujos resultados obtidos já estão sendo disponibilizados. Pesquisas importantes também foram desenvolvidas sobre o controle químico do ácaro da gema (*Aceria reyesi*, Nuzzaci), que ultimamente tem ocorrido na região.

Nesse período, as tecnologias disponibilizadas possibilitaram o aperfeiçoamento de modelos sustentáveis de produção, com o uso de sistemas agroflorestais (SAFs), envolvendo cacau, seringueira e outros cultivos, com ampla receptividade e adesão pelos produtores da agricultura familiar, como também dos médios e grandes produtores. Os SAFs são efetivamente, uma alternativa mais competitiva que os modelos convencionais de produção, tanto pelas interações biológicas dos sistemas, como pelos resultados mais expressivos obtidos, sob todos os aspectos da sustentabilidade.

2. Análise das mudanças obtidas na situação diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico, destacando os avanços obtidos no último exercício.

O quadro de demandas diagnosticadas durante a elaboração do plano estratégico e a necessidade de vislumbrar um novo cenário com um prognóstico vislumbrado no objetivo do Mapa Estratégico "Ser Excelência em PD&I até o novo ciclo 2020/2023" e no Objetivo: 0845, contemplado no PPA. Neste contexto, o objetivo de PD&I de perfil estruturante e que serve de ancora e suporte com o objetivo de ATER para o conjunto de 21 objetivos do Mapa Estratégico, tem contribuído ao longo de seis décadas com alguns resultados e projetos estratégicos. E para reverter a situação diagnosticada e alcançar o objetivo, redefiniu e vem executando um conjunto de 134 projetos de PD&I nas seis unidades da Federação e nas diversas áreas de conhecimento. Visando o desenvolvimento e expansão das atividades socioeconômicas, mais especificamente direcionados ao público alvo dos trabalhadores e produtores rurais, e outros alinhados a cadeia do cacau, dendê seringueira etc. Com foco nos níveis de eficiência, eficácia, economicidade e efetividade no que tange ao aumento de produtividade, produção, renda e geração de emprego das cadeias produtivas regionais de forma sustentável.

Esse esforço estratégico está resultando no aumento de produtividade e produção, influenciado pelos bons preços de cacau. Segundo o link[1] *http://uol.com.br/noticias/bloomberg...* "Entre 1993 e 2007, a média de preços do cacau foi de US$ 1.465 por tonelada; durante os seis anos seguintes, a média foi de US$ 2.736 -- um aumento de 87%." "E até 2020, haverá um déficit entre a quantidade produzida e o volume demandado pelo mercado consumidor de milhão de toneladas, e de previsão de 2 milhões em 2030". Esse fato conjuntural e positivo tem contribuído para criar um novo ambiente de trabalho e esperança para o agronegócio regional, com boas perspectivas de: Produção de cacau, suprimento de 100% da demanda do maior parque moageiro nacional; Retorno da possibilidade de geração de excedentes exportáveis de forma competitiva; Possibilidade de alavancar o ingresso de divisas externas no País; E elevação da participação do Brasil no mercado mundial de cacau. Na área social, vem criando novos postos de trabalho, com mais qualidade de vida, principal demanda dos produtores regionais.

A execução integrada dos objetivos de PD&I e ATER em parceria com a: Secretarias de Governos Municipais, Estaduais e entidades sem fins lucrativos: Associações, Consórcios, Cooperativas de Produtores e Trabalhadores; e outras: SEBRAE, EMBRAPA, UNIVERSIDADES e BIOFÁBRICA, unidade de produção de mudas em grande escala, têm gerado reflexos positivos, com mais ênfase para a cadeia do cacau. Oportunizando no período de 2008 para 2012 um aumento real de: 17,46% de produtividade e 25,33 de produção, refletindo um aumento de 315,01 Kg/ha para 370,01 e produção de 202.030 ton. para 253.211. De 2009 para 2013 houve um aumento real de: 8,19% de produtividade e 17,25 de produção, refletindo um aumentando de 343,55 Kg/ha para 371,67 e produção de 218.487ton. para 256.186. De 2010 para 2014 houve um aumento real de: 12,98% de produtividade e 19,34 de produção, refletindo um aumento de 356,27 Kg/ha para 402,50 e aumento de produção de 235.389 ton. para 280.923. Estes resultados têm contribuído para manutenção da mão-de-obra do parque moageiro de cacau, retorno dos níveis médios de processamento nacional e contribuído com os níveis de redução

[1] http://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2014/11/14/chocolate-corre-perigo-em-meio-a-esforcos-de-cientistas-para-melhorar-cepas-de-cacau.htm

da importação de matéria prima por parte das indústrias do setor de produção de chocolate. Este quadro, recolocar o país no novo cenário da economia mundial da cadeia produtiva do cacau.

3. Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento /entidade externa, com destaque para as superintendências e gerencias estaduais.

Para avaliar o desempenho desse objetivo, a Ceplac adotou quatro (4) indicadores, sendo dois de **macroprocessos**, utilizados para medir os níveis de execução, em percentual, do cronograma operacional, físico financeiro dos projetos de pesquisas. E o outro, para aferir o nível de contribuição de cada departamento e ou unidade, com destaque, para as superintendências e gerencias estaduais, cujo produto é "*tecnologia disponibilizada*. ´É produto resultado de uma pesquisa e que tenha gerado um conhecimento novo a título de tecnologia disponibilizada, que possa ser incorporada e utilizada diretamente no processo produtivo ou que caracteriza um dado conclusivo de uma determinada fase da pesquisa. Esta tem uma estreita relação com o produto da lei "*pesquisa desenvolvida*". E para analisar e aferir os benefícios e ou ganhos qualitativos gerados em prol do público alvo, em nível de contribuição de cada departamento e ou unidade, com destaque, para as superintendências e gerencias estaduais, criou-se dois indicadores de **resultados**. "Incrementar a produção de cacau do Brasil" e **Incrementar a produtividade de cacau no Brasil,** todos previstos no PPA.

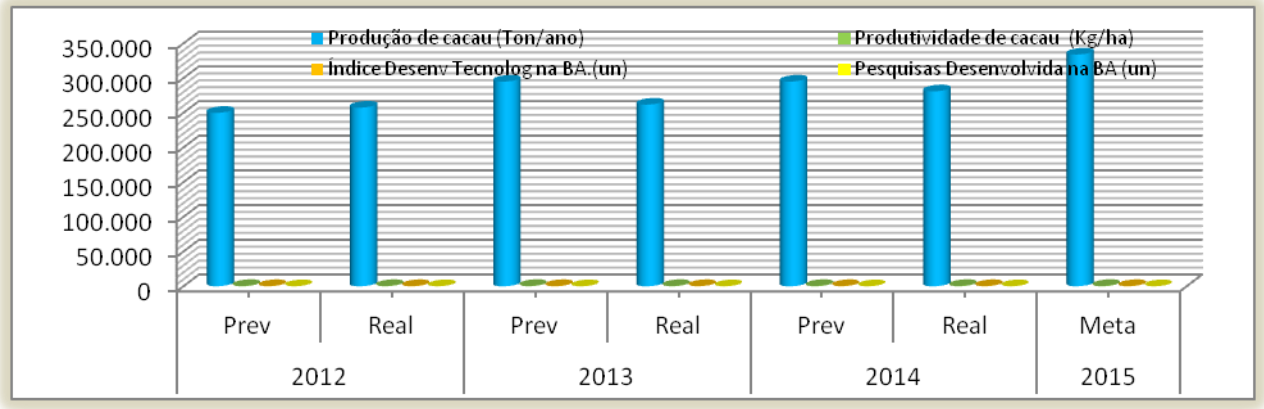
INDICADORES DE PROCESSO E RESULTADOS - OBJETIVO - SER EXCELÊNCIA EM PD&I							
Analise Indicadores	**2012**		**2013**		**2014**		**2015**
	Prev	Real	Prev	Real	Prev	Real	Meta
Produção de cacau (Ton/ano)	250.000	257.417	295.000	261.788	295.000	280.923	334.000
Produtividade de cacau (Kg/ha)	400	375	450	383	450	403	480
Índice Desenv Tecnolog na BA.(un)	300	296	310	297	320	304	330
Pesquisas Desenvolvida na BA (un)	100	122	100	123	100	132	100

- **Legenda para coluna "Realizado"**

Conforme planejado	Merece atenção	Desconforme

O esforço da Ceplac de promover as inovações tecnológicas requeridas pelo objetivo de pesquisa "Aumentar a produção de cacau do Brasil" executada através projeto da "CEPLAC-R1.P1" como forma de alavancar a produção e exportação dessas commodities agrícolas, tem registrado uma crescente tendência ao aumento de produtividade e produção de cacau, principalmente na Bahia e no Pará nos últimos quinze anos, segundo dados da série histórica do IBGE.

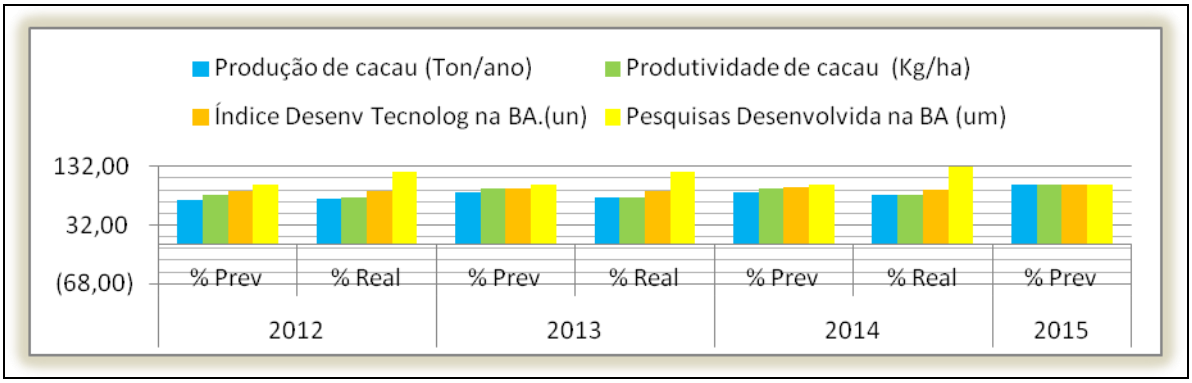
INDICADORES DE PROCESSO E RESULTADOS - OBJETIVO - SER EXCELÊNCIA EM PD&I



Salvo a ocorrência de alguns desvios de efeito climático, até este período, prevalece a tendência ao longo dos anos de recuperação da produtividade e produção. Essa tendência se observa também no último ciclo do PPA, onde se obteve respectivamente, produções anuais de cacau em amêndoas (segundo o IBGE), em 2012, 2013 e 2014 de 253.211, 256.186 e 280.923 mil toneladas, representando um crescimento nesse período consecutivamente de 1,89%, 1,17% e 9,66%. E produtividade de 370, 372, 403 Kg por hectare ano, representando um crescimento nesse período consecutivamente de 1,37%, 0,54% e 8,33%.

Analisando os Indicadores de Macroprocessos constata-se que, em 2014, foram previstas 100 pesquisas e 320 tecnologias a ser disponibilizadas, tendo sido realizadas 132 pesquisas, representando 132% da meta prevista, gerando 304 tecnologias disponibilizadas, que representa 92,12% da meta de tecnologia. Sendo que, nos dois últimos anos anteriores, em 2013 obteve-se, respectivamente 123 pesquisas, representando 123% da meta prevista, gerando 297 tecnologias disponibilizadas, que representa 90,00% da meta de tecnologia disponibilizada. E em 2012 obteve-se, respectivamente 122 pesquisas, representando 122% da meta prevista, gerando 296 tecnologias disponibilizadas, que representa 89,70% da meta de tecnologia.

GRÁFICO DE INDICADORES DE RESULTADO - OBJETIVO - SER EXCELÊNCIA EM PD&I



Os resultados obtidos em 2014 são, portanto classificados como conforme planejado (legenda de cor verde), pois as ações e boas práticas desenvolvidas possibilitaram ultrapassar a meta preestabelecida. O atendimento às demandas emergenciais, a exemplo do controle de pragas entomológicas do cacaueiro, e a liberação de resultados de pesquisas concentrados nesse último trimestre de 2014, contribuíram para suplantar a meta prevista.

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

"O solicitado no item 4 acima está descrito e analisado no item 3.11"

5. Principais desafios:

O principal desafio da Ceplac relacionado diretamente com esse objetivo estratégico é gerar tecnologias para o aumento da produtividade e produção do cacau em bases sustentáveis, e rentabilidade do cultivo. No entanto, são necessários ainda, novos avanços na modernização dos processos voltados a cacauicultura visando à redução de custos de produção, aumento de produtividade e agregação de valor tornará a atividade mais viável, sócio e economicamente. Nos sistemas de plantio em regime de cabruca - SAF urge a adoção do manejo do sombreamento, o que será possibilitada após a publicação de portaria do órgão regulador ambiental da Bahia, a qual define as regras para execução

dessas práticas de manejo. Essa medida, aliada ás demais técnicas de manejo recomendada pela Ceplac possibilitará um aumento significativo de produtividade e produção nesses sistemas de plantio.

A Monilíase do cacaueiro é uma doença cuja entrada no Brasil é iminente. Encontra-se a 250 km das nossas fronteiras com os países onde essa doença já está instalada a exemplo do Peru, Equador, Costa Rica e Colômbia com características de disseminação de forma rápida e devastadora. Para tal, os Centros de Pesquisas do Cacau da Ceplac tem desenvolvido uma série pesquisas preventivas e avanços nas áreas de melhoramento genético relacionado à Monilíase. No entanto, esses trabalhos necessitam ser intensificados, principalmente com a realização de pesquisas colaborativas com os países onde essa doença já está instalada a exemplo do Peru, Equador, Costa Rica e Colômbia. Do ponto de vista institucional, a redefinição de um novo modelo institucional e a limitação de pessoal técnico e especializado para enfrentar esses desafios constitui-se um grande problema. Sem realizar contratação de pessoal há 28 anos, a Ceplac se encontra com a sua capacidade operacional extremamente limitada, ao ponto de em algumas áreas de pesquisa já estarem em vias de desativação por absoluta falta de pesquisadores e condições de trabalho. Somem-se a isso as reduções orçamentárias que a instituição vem sofrendo ao longo dos anos. Observa-se ao longo do tempo, um volume crescente de demandas e, paradoxalmente a capacidade operacional do órgão com capacidade de atendê-las, é cada vez decrescente, de forma até agora inevitável a cada ano.

3.9.3 Conclusão

Avaliação do resultado

Os resultados alcançados ultrapassaram a meta prevista para o indicador *tecnologia disponibilizada*, em 38%, constituindo se em um resultado muito bom. Deve-se considerar ainda que o esforço tem-se concentrado em demandas prioritárias para a solução dos grandes gargalos tecnológicos identificados nas cadeias produtivas trabalhadas. E, os resultados obtidos vêm contribuindo significativamente para a sua solução do problema e refletido em ganhos para os produtores a exemplo do cacau que nesses últimos quinze anos têm apresentado produtividade e produção crescente, fato também observado para as três últimas safras.

Os avanços na inovação tecnológica dos processos de produção dos cultivos assistidos pela Ceplac vêm se acumulando ao longo dos anos de atuação da instituição, sempre atendendo as demandas, com vistas a melhorar e tornar mais eficientes esses processos. Pautando a disponibilização de tecnologias em relação à situação diagnosticada por ocasião da elaboração do plano estratégico, constatam-se avanços significativos no desenvolvimento de novas variedades de cacau, mais produtivas e resistentes às pragas e doenças e já incorporadas ao sistema de produção. Assim como nas técnicas de manejo da cultura, com ênfase no controle integrado de pragas, adubação e nutrição mineral do cacaueiro, além de avanços na melhoria da qualidade do produto e no estímulo ao crescimento da agroindústria.

Conclui-se que, não havendo algum fenômeno meteorológico novo, e se não fosse às restrições impostas por politicas agrícolas insuficiente no decorrer dos exercícios. Estima-se que, com base nos resultados obtidos nos últimos quinze anos, o atingimento das metas previstas para o final do PPA em 2015 de 334.267 toneladas de produção e de 480,00 Kg/ha, seria facilmente alcançadas.

Ações para melhoria de desempenho

Embora os resultados tenham sido considerados satisfatórios algumas ações podem ser implementadas visando à melhoria do desempenho nos próximos exercícios. Nesse sentido, a contratação de pessoal nos diferentes níveis, é uma necessidade premente desde do último concurso, em 1987, para garantir a continuidade dos projetos em execução, assim como para atender às crescentes desafios e demandas institucionais. Como se sabe, a tendência histórica das duas curvas é inversamente proporcional, en-

quanto a curva da força de trabalho é decrescente progressivamente, a curva de demanda por serviços é crescente progressivamente. O órgão Ceplac está vivenciando uma redução gradual do seu quadro de pessoal, culminando no cenário atual, preocupante, onde o seu contingente encontra-se reduzido a menos da metade daquele existente na década de 80.

No ano de 2014, a exemplo dos últimos três anos os recursos orçamentários destinados a custeio e investimento foram reduzidos. inviabilizando manutenção predial, impermeabilização da cobertura, recuperação de toda a instalação elétrica, hidráulica e esgotamento, recuperação dos laboratórios, casas de vegetação e suas estações experimentais, além da necessidade de substituição de equipamentos dos laboratórios dos três Centros de Pesquisa do Cacau da Ceplac nas unidades da Bahia, Pará e Rondônia. A maioria deles necessitam ser substituídos, pois estão obsoletos e os custos não justificam a sua recuperação. As ações voltadas para contornar e ou sanar esses problemas vão repercutir na melhoria do desempenho das pesquisas e consequentemente na inovação tecnológica necessária ao aperfeiçoamento dos processos produtivos das cadeias trabalhadas.

3.10 Descrição

Nome do objetivo	Garantir excelência em ATER e transferência de tecnologia.
Responsável	Helinton José Rocha

Definição geral

Principal macroprocesso da CEPLAC, a ação extensionista rural desenvolvida nos territórios rurais das regiões cacaueiras do Brasil tem revelado forte inserção junto às comunidades rurais, em especial nos segmentos antes identificados como de pequena produção e que atualmente compõe espectro mais amplo denominado agricultura familiar.

3.10.1 Análise

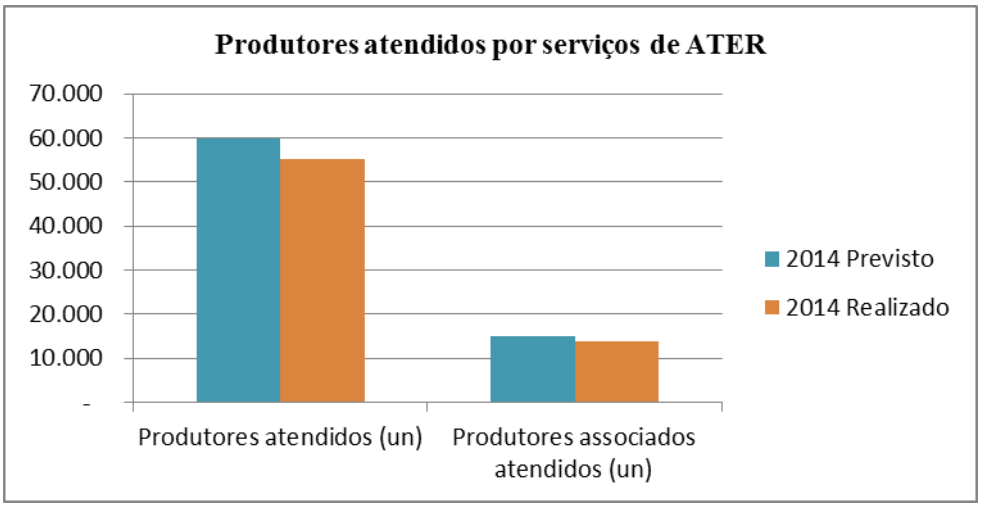
1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando evolução do estágio do objetivo estratégico ocorrida desde a implementação do plano estratégico.

Consoante aos pressupostos e desafios da política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Ação programática no PPA o objetivo em apreço representa o principal macroprocesso do órgão. Opera-se por meio das atividades de assistência técnica nos territórios rurais, incluindo produtiva e socialmente famílias agricultoras com cerca de 70 mil produtores rurais cadastrados em sistema próprio de gerenciamento da extensão rural e apoio gerencial e associativo a 1.206 cooperativas e associações rurais acompanhadas. Circunscrita ao recorte regional das regiões cacaueiras do Brasil o Objetivo contempla população superior a seis milhões de habitantes, distribuída em 17 territórios da cidadania, além de 5 territórios rurais de identidade nos 223 municípios dos seis estados produtores de cacau no Brasil. A estratégia de qualificação das metodologias participativas na abordagem junto às comunidades rurais estimulou a organização e eficácia na gestão do sistema associativo e/ou cooperativista rural, com saldos positivos na elevação da competitividade e oferta de produtos e serviços, por meio de esforço solidário na verticalização e integração das cadeias produtivas regionais. Em sintonia com o atual cenário do campo dedicou-se especial atenção à questão da sucessão rural, de modo a desestimular o movimento migratório dos jovens para os centros urbanos, capacitando-os, a partir de ações que venham favorecer suas permanências na propriedade rural com trabalho, renda e cidadania.

2. Análise das mudanças obtidas na situação diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico, destacando os avanços obtidos no último exercício.

Avançou-se na superação de gargalos intrínsecos ao desenvolvimento rural nas regiões, especialmente nas formas de organização dos produtores, renegociação das dívidas rurais e acesso a nichos de mercado, bem como na modernização das tecnologias com a participação dos produtores na instalação de unidades demonstrativas. Na Amazônia compartilham-se iniciativas no eixo de fomento à produção sustentável, no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAM e no Projeto Xingu, coordenados pela secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Realçam-se, na sua consecução, as parcerias no âmbito dos estados, municípios, MDA, SENAR e segmentos privados. No contexto apreciado, a regulamentação da Lei nº 12.897/2013, que autorizou a instituição da Agencia Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER consagra realce ao Objetivo diante do reconhecimento da CEPLAC e garantia da sua representação no Conselho Assessor da Agência, Decreto 8.252, de 26 de maio de 2014. Dentre os resultados apurados no exercício destacam-se cobertura de ATER em 2,84 milhões de hectares em cultivos diversificados, com foco nos 735.840 hectares assistidos em cacau, seringueira e dendê; assistência direta a 55.284 produtores rurais, acumulando 62.337 nesse ciclo do PPA e acompanhamento a 1.206 organizações associativas com 37 mil famílias beneficiadas e 33,9 mil trabalhadores e agricultores treinados em cultivos, criações e processos diversos de aproveitamentos de produtos e gestão da propriedade rural.

3. Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento /entidade externa, com destaque para as superintendências e gerencias estaduais.



Estes indicadores retratam o atendimento ao público-alvo da extensão rural por meio das atividades de assistência técnica ao produtor rural tanto de forma individualizada na unidade produtiva como na utilização de métodos coletivos e participativos nas comunidades, assentamentos, aldeias, cooperativas e associações. São concebidos, também, como metas do Objetivo 0968, no PPA. Na consolidação dos resultados do exercício constata-se atendimento a 55.284 produtores rurais, em 2014, com alcance de 92,14% em relação aos 60 mil programados. Representa o esforço descentralizado de atendimento nos territórios e estados de atuação, conforme regionalização descrita a seguir: Amazonas – 6.130; Bahia – 18.775; Espírito Santo – 1.281; Mato Grosso – 461; Pará – 18.244 e Rondônia – 10.393, com o seguinte resultado consumado por região: 1.570 no Centro Oeste; 36.681 no Norte; 22.740 no Nordeste e 1.346 no Sudeste. Realça-se o atendimento destacado aos produtores organizados em associações, com alcance de 93% da meta prevista no exercício.

Tabela comparativa dos indicadores dentro do ciclo do PPA 2012 - 2015

Analise Indicadores	2012		2013		2014		2015
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Produtores atendidos (un)	55.000	48.847	60.000	50.912	60.000	55.284	70.000
Produtores associados atendidos (un)	6.000	8.767	9.000	14.676	15.000	13.970	12.000

Fonte: CEPLAC

Conforme planejado	*Merece atenção*	*Desconforme*

Analisando-se o ciclo do PPA em curso constata-se evolução nos números absolutos, não obstante oscilações aferidas conforme índices: 0,89, 0,85 e 0,92, respectivamente às metas programadas nos anos de 2012, 2013 e 2014, evoluindo-se de um estado de atenção para uma situação de conformidade. Quanto ao atendimento aos produtores associados, sai-se de uma situação de desconformidade nos dois primeiros anos, motivada por realizações além do programado, com adequação da conformidade em 2014, motivada muito mais pela correção dos valores programados, diante das metas subestimadas nos anos de 2012 e 2013. O alcance no ano foi de 13.970 agricultores associados assistidos, representando índice de 93,13% em relação ao programado para o exercício.

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

   "O solicitado no item 4 acima está descrito e analisado no item 3.11"

5. Principais desafios:

Atuar na modelagem da **nova ATER** em colaboração com a ANATER, com vistas a ampliar o acesso ao crédito e demais políticas agrícolas; alinhar a estratégia com agendas das Câmaras Setoriais do Cacau, Borracha e Agroenergia; aprimorar e adequar metodologias frente ao novo cenário do campo; ampliar as parcerias institucionais que otimizem a utilização dos recursos públicos; consolidar a integração pesquisa e extensão rural; promover transversalidade nas políticas públicas federais, estaduais e municipais afins; estimular a organização dos produtores e das cadeias produtivas regionais; apropriar e adequar processos e saberes nas parcerias com os segmentos produtivos; avançar nas iniciativas de agregação de valor; estimular a formação de mercado interno e padrão de qualidade; ser agente ativo na sucessão rural e mobilidade social nas regiões produtoras de cacau.

3.10.2 Conclusão

A consecução desse objetivo estratégico guarda relação direta com a execução do Objetivo 0968, Programa 2042 – Inovações para a Agropecuária do PPA, financiado dentro da Ação 20ZY – Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau pelo PO – 002 – Difusão e Transferência de Tecnologias. Resultados consolidados no exercício constata atendimento a 55.284 produtores rurais, com alcance de 92% em relação aos 60 mil programados. A meta que realça o esforço na organização socioprodutiva registra acompanhamento a 1.206 organizações com 13.970 associados assistidos no ano dentro da meta estimada de 15 mil. Quanto às unidades produtivas registrou incremento de novos 51.530 hectares, consumando cobertura de assistência técnica dentro do ciclo do PPA, a uma superfície de 735.840 hectares, somando-se os três cultivos priorizados: cacau, seringueira e dendê, tanto em cultivo único como em sistemas agroflorestais - SAFs. Não obstante esforços na ampliação das parcerias institucionais para mitigação dos riscos de execução, diante das limitações orçamentárias e de pessoal técnico,

um plano de melhorias do desempenho requer medidas decisivas na recomposição do orçamento e realização do concurso público no exercício de 2015. Os seis centros de extensão rural nos estados, com duas estações de fomento e 81 unidades de extensão carecem de recursos para manutenção e investimento tanto predial como na frota veicular e embarcações, sob riscos de comprometimento das atividades e depreciação patrimonial de imóveis e equipamentos.

3.11 Resultados físicos/fin. previstos e obtidos nas principais ações orç. relacionadas ao obj. estratégico

3.11.1 Análise

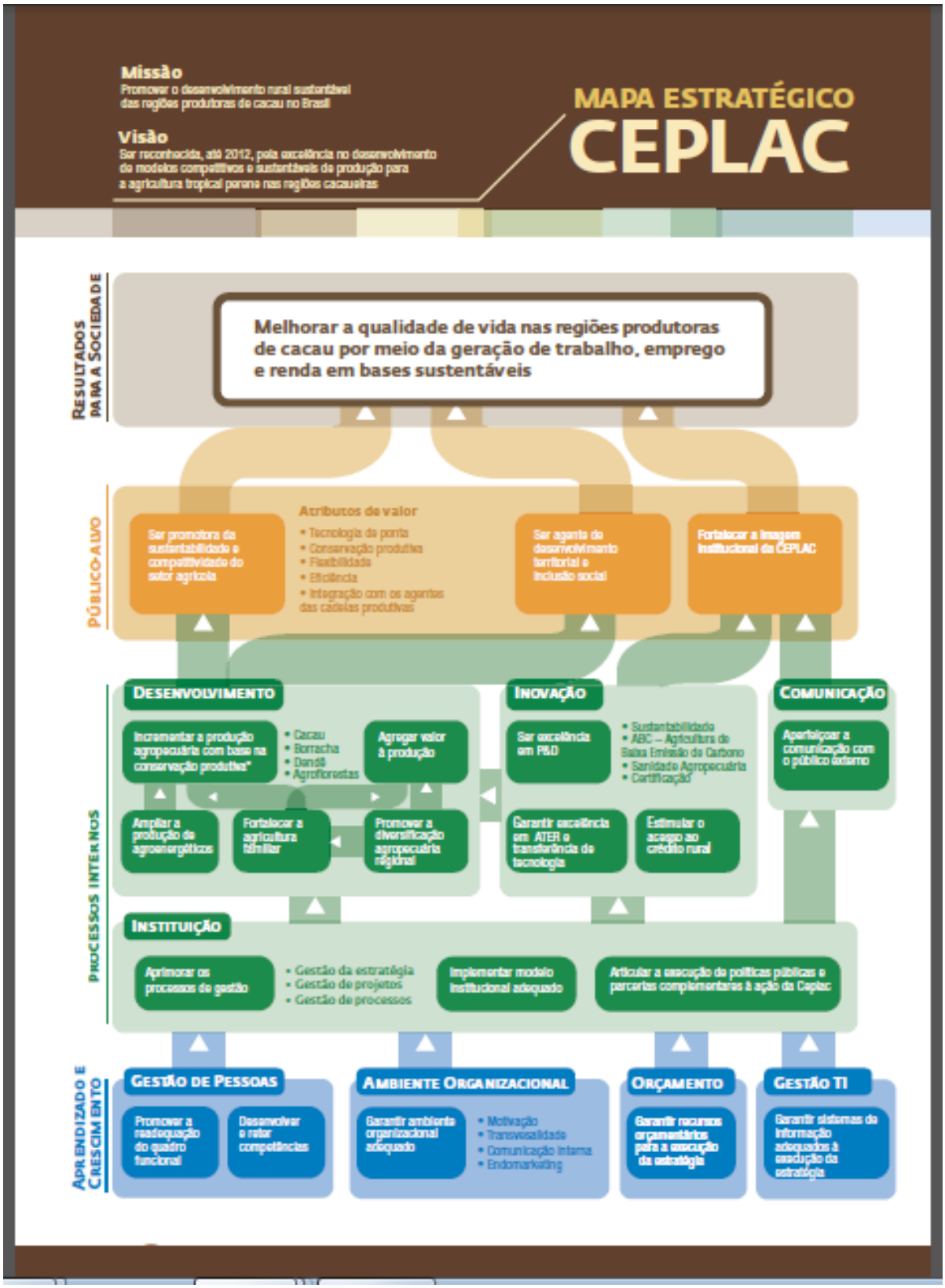
Análise Orçamentária	Orçamento Previsto (Loa + Adicionais)		Orçamento Realizado (empenho liquidado)		Físico Previsto		Físico Realizado		Unidade de Medida
Ação/PO	Exercício	RAP	Exercício	RAP	PROG	RP	REAL	RP	
20ZY/PO 001	586.507	311.400	0	311.400	3	0	0	0	UN
20ZY/PO 002	6.430.990	437.303	3.575.380	461.894	60.000	0	55.284	0	UN
20ZY/PO 003	9.773.237	387.639	7.710.415	880.179	7	0	7	0	UN
20ZY/PO 004	5.597.941	97.252	3.609.125	60.500	100	0	132	0	UN
20ZS/PO 005	754.083	356.057	257.737	830.636	13.000	0	4.626	0	ha
20ZW/PO 003	2.094.676	396.407	1.581.727	530.499	550.000	0	550.000	0	ha

Fonte: CGAF/CGEST/CEPLAC

Os resultados da execução física e financeira do exercício, conforme Ações e POs na tabela acima representam esforços de gestão orçamentária e de compartilhamento na execução do conjunto dos objetivos estratégicos, na medida em que não há dotação orçamentária específica para o Plano de Gestão Estratégica e sim para a estrutura programática do PPA, na LOA. Na Ação 20ZY – Desenvolvimento das regiões produtoras de cacau, os POs 001, 002 e 004, financiam os macroprocessos finalísticos de PD&I e ATER, contemplando o conjunto de objetivos estratégicos finalísticos situados na perspectiva da sociedade, do público alvo e dos processos internos, em particular nos eixos de desenvolvimento rural e inovações tecnológicas, mapa estratégico, abaixo. O PO 003, da mesma ação é específico para os processos de gestão, financiando de forma compartilhada todos os objetivos voltados para a área meio, especialmente os situados na perspectiva de aprendizado e crescimento, conforme mapa. Na Ação 20ZS – Desenvolvimento da agroenergia, o PO 005 tem uma especificidade para as iniciativas de agroenergia mais compartilha a execução de objetivos focados no fortalecimento da agricultura familiar, agregação de valor e desenvolvimento territorial. O PO 003 da Ação 20ZW – Promoção da defesa agropecuária financia atividades focadas no controle da doença vassoura de bruxa e compartilhamento com os objetivos de Excelência em PD&I e ATER, dentro do eixo de inovações tecnológicas. Na atual estrutura de gestão, não foi possível o financiamento destacado por iniciativa – projeto, dificultando a mensuração de gastos por objetivo estratégico.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
Rua "G" – Setor Sudoeste – Campus do INMET - Cruzeiro DF CEP: 70680-900
Fone: (61) 3966-3250 – Fax (61) 3966-3282 E-mail: diret@ceplacdf.gov.br

Figura 01



TEM 4 – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Sugere-se que não ultrapasse **quatorze páginas** para este item.

Para cada tema de objetivos estratégicos internos: Inovação / Comunicação/ Instituição / Gestão de pessoas/ Ambiente organizacional/ Orçamento/ Gestão de TI

4.1 Descrição - Inovação

De conformidade com os objetivos previstos no PE/CEPLAC e descrito no Mapa Estratégico (ver figura 01, item 3.11), Inovação é macro dos objetivos "ser Excelência em P&D, Garantir Excelência em ATER e Estimular o acesso ao crédito rural", analisados em 3.9 e 3.10.

4.2 Descrição - Comunicação

Descrição Geral
Desenvolver canais de comunicação com o público externo de interesse, nos dois sentidos. Visa captar as reais necessidades dos clientes, incrementar e divulgar os programas e ações executadas pela CEPLAC.
Adversidades
Devido as circunstâncias, as ações da imprensa da Ceplac, desde a implantação do plano estratégico, foram redirecionadas e, em Brasília, centralizaram basicamente a partir de contatos com jornalistas local e nacional para divulgação de matérias de interesse da instituição e do setor cacaueiro em todos os estados onde ela atua. A principal estratégia adotada na reorientação foi a de criar conteúdos de matérias jornalísticas a partir da iniciativa de colocar o Diretor da Ceplac em contato direto com os repórteres para produção de entrevistas, o que tem dado bons resultados. Algumas ações foram suspensas devido a falta de recursos orçamentários, financeiros e de pessoal, a exemplo do jornal "Ceplac em Destaque", produzido em Brasília, que pautava os repórteres e registrava os acontecimentos noticiosos da Instituição. Por esta razão passou-se a pautar os assuntos diretamente com as redações da mídia desejada. Os realeases produzidos em Brasília são pertinentes às ações da Diretoria, enquanto que as superintendências, com suas equipes, produzem releases técnicos, folders, jornais temáticos cartilhas com orientações ao setor, divulgação em toda imprensa e redes sociais, com destaque principalmente para os sites do setor.
Riscos
Impossibilidade de divulgação das ações em função do quadro de pessoal e recursos.
Estratégia de enfrentamento
Parcerias com empresas, com a finalidade de facilitar a divulgação das ações institucionais.
Mudanças ocorridas
Maior proximidade com a comunidade da imprensa, haja vista a necessidade de apoio para divulgação das ações.

4.3 Descrição - Instituição

Descrição Geral
O aprimoramento dos processos de gestão e da governança corporativa não se concentra apenas em disciplinar as relações entre as diversas áreas de uma organização e o ambiente externo. A implementação das boas práticas de governança corporativa possibilita uma gestão profissionalizada e transparente, diminuindo a assimetria informacional, minorando problemas e procurando convergir os interesses de todas as áreas temáticas, para o rito da administração e criação de valor. O ajuste de processos organizacionais tem como foco os princípios de eficiência, eficácia, economicidade e efetividade, e buscam aperfeiçoar o fluxo de informação e enfrentamento de desafios dentro e fora do órgão, para facilitar a tomada de decisão, em apoio ao alcance da estratégia.
Adversidades
Decorrente de ações institucionais, no final do ano de 2013 foi publicada a atual versão do Regimento Interno, por meio do qual objetivos e estrutura foram definidos. A partir daí passou o grupo dirigente a investir na consecução de concurso para ingresso dos servidores necessários à implementação dos projetos previstos no Planejamento Estratégico, inclusive o de Modernização da Gestão. Ao final do exercício não se contabilizou avanço significativo, seja pela falta de pessoas e continuo esvaziamento do quadro, como também pelos problemas de liberação de recurso financeiro porque passou a instituição, potencializado pela capilaridade estrutural, haja vista a atuação em seis Estados.
Riscos
Sem oxigenação (pessoas e recursos), haverá oxidação da capacidade de agir, com consequente paralisação das atividades.
Estratégia de enfrentamento
Parcerias com Governos dos Estados, Prefeituras Municipais, Sindicatos, Cooperativas e ONGs, dentre outros, com a finalidade de atrair técnicos, recurso financeiro e instrumental necessário ao funcionamento das unidades. A continuidade do monitoramento e divulgação das ações da instituição com a injeção de profissionais de imprensa, aparelhamento e modernização do setor de informática deverá contribuir para um maior desempenho desse setor.
Mudanças ocorridas
O redirecionamento e monitoramento das ações tem se mostrado positivamente na atuação da Ceplac na mídia escrita, falada televisada, além das redes sociais, com destaque, principalmente para os sites do setor.

4.4 Descrição – Gestão de Pessoas

Descrição Geral
Promover a adequação e renovação do quadro funcional nos diversos níveis de conhecimento técnico, de forma a preservar, assegurar e manter a transferência do conhecimento acumulado há mais de meio século, sobre a economia do cacau no Brasil.
Adversidades
Ampliação da demanda de serviços, por parte da sociedade; Diminuição constante do número de servidores, por aposentadoria e/ou falecimento;

Aumento do número de servidores no quadro de instituidores de abono permanência; Quadro de pessoal com categorias baseadas em plano de cargo diverso; Dificuldades na aprovação de concurso específico para a instituição.
Riscos
1. Perda de produtividade; 2. Diminuição no quantitativo de pessoas disponíveis diariamente; 3. Possibilidade de restrições na realização de ações de projetos previstos no PE, com consequente perda de meta definida; 4. Paralisação das ações da instituição.
Estratégia de enfrentamento
Elaboração de proposta de reestruturação da Instituição.
Mudanças ocorridas
Maior envolvimento de parceiros, na tentativa de contribuir na manutenção das ações institucionais.

4.5 Descrição – Ambiente Organizacional

Descrição Geral
No decorrer do exercício, embora não tenha sido utilizada ferramenta de Análise Ambiental, foram observados no ambiente interno alguns fatores (estrutura organizacional e física, recursos humanos, financeiros, tecnológicos e materiais) que impediram o alcance total dos objetivos almejados. Ressalte-se, que para um ambiente organizacional adequado, além de estrutura compatível com as demandas inerentes ao aperfeiçoamento dos processos de gestão, exige, no plano da administração de pessoas, atributos relativos à motivação dos servidores. Alguns teóricos dessa área enfatizam que as pessoas são essenciais para que as ações planejadas sejam executadas, porém, se faz necessário que elas estejam estimuladas/motivadas para o alcance das metas estabelecidas. Algumas ações foram realizadas no campo da motivação (*com grande esforço*) voltadas para o servidor, como parte do "Programa de Valorização do Servidor", tais como: Encontros, Palestras e Festas Comemorativas, em datas específicas (Dia das mães, dia dos Pais, dia do Servidor Público etc.). Além desses, outros programas de motivação foram contemplados: ação de responsabilidade social; preparação para aposentadoria; qualidade de vida; e saúde institucional. No que se refere à transversalidade considera-se, também, um grande desafio de gestão pública, pois, garantir trabalho eficiente entre diferentes unidades administrativas não é tarefa fácil. Assim, no que tange à CEPLAC, as atividades executadas são por meio das Unidades Descentralizadas, com sede em seis Estados. Considerando o endomarketing, como sendo um dos elementos principais para o alcance de melhores resultados dos objetivos estabelecidos; bem como, um dos instrumentos utilizados na gestão pública, onde foca a qualidade no gerenciamento e na prestação de serviços, parte-se do princípio de que um ambiente de trabalho amistoso e integrado é importante para que haja fluência da comunicação interna. Nessa ótica, os gestores devem preocupar-se com a comunicação interna e bem estar dos colaboradores, para que os mesmos estejam envolvidos e comprometidos com a missão e os objetivos da organização, por serem diretamente responsáveis pela construção e fortalecimento de uma imagem organizacional positiva.
Adversidades
No período em análise observou-se que diante das dificuldades para a realização de determinadas atribuições, servidores se apresentaram com nível de desestímulo capaz de afetar o resultado, traduzido em queixas e insatisfações registradas,

com repercussão, também, na saúde individual. Pode-se elencar dentre as adversidades: pouco ou nenhum recurso financeiro para a execução de determinadas atribuições, como por exemplo, "Capacitação de servidores", contemplado como um dos objetivos estratégicos; carência de recursos humanos para algumas áreas afins; equipamentos e materiais às vezes insuficientes para o desempenho adequado das tarefas.
Riscos
5. Perda de produtividade; 6. Diminuição no quantitativo de pessoas disponíveis diariamente, em função de afastamento por atestado; 7. Possibilidade de restrições na realização de ações de projetos previstos no PE, com consequente perda de meta definida; 8. Paralisação das ações da instituição.
Estratégia de enfrentamento
Elaboração e execução de projeto voltado à melhoria do Ambiente Organizacional, conforme quadro inscrito no item 10.5
Mudanças ocorridas
Diminuição do número servidores afastados por problemas comportamentais, sociais e de saúde.

4.6 Descrição - Orçamento

A condição da instituição depender de orçamento com base em percentual indicado pelos Ministérios do Planejamento e Agricultura, impõe o exercício da gestão voltado à implementação de ações que assegurem a execução dos projetos previstos no PE e atender outras demandas da sociedade onde atua.

Trilha com base na legislação vigente e utiliza como instrumento adicional as ferramentas disponibilizadas por aqueles Ministérios, para acompanhamento e controle de contas, veículos, pessoas e compras.

Outras informações sobre o assunto está contido no item 9.9 - Comentários sobre a execução orçamentária e financeira da CEPLAC em 2014.

4.7 Descrição – Gestão de TI

Nome do objetivo	**Garantir sistema de informação adequada à execução da estratégia**
Responsável	Helinton José Rocha
Definição geral	
Garantir sistemas de informação adequados à execução da estratégia. Incrementar o desenvolvimento de sistemas de TI, alinhados à gestão da estratégia e às necessidades dos processos críticos nos níveis estratégico, tático e operacional.	

4.7.1 Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando evolução do estágio do objetivo estratégico ocorrida desde a implementação do plano estratégico.

Projeto: Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.

No Projeto Ba–41 do Planejamento estratégico da CEPLAC, enfatizou-se a necessidade de se elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI/CEPLAC. No referido projeto fez-se as devidas justificativas e a necessidade de contratação de uma consultoria especializada para a execução de um diagnóstico da situação atual da gestão de TI e a elaboração do PDTI/ CEPLAC. Através deste trabalho será possível propor um planejamento das ações a serem desenvolvidas. O trabalho deverá ser desenvolvido em função da nossa realidade e do conhecimento da arte atual da Tecnologia da Informação (TI), orientados aos objetivos do planejamento estratégico da CEPLAC, definindo as ações baseadas nas disciplinas do COBIT/ITIL.

No que diz respeito aos aspectos internos da função TI, foram desenvolvidas ações no que diz respeito a infraestrutura, ao desenvolvimento e manutenção de sistemas/aplicações e no atendimento e suporte aos usuários, como se segue:

Infraestrutura: melhoria do parque de TI com a instalação de computadores e periféricos; manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de TI; ampliação da rede de computadores com a instalação de redes cabeadas e sem fio; manutenção com ampliação das contas de e-mails para os usuários da CEPLAC; manutenção com atualização nos procedimentos de segurança das informações nos computadores servidores da rede, como backup, firewall e antivírus;

Desenvolvimento e manutenção de sistemas/aplicações (rede local e rede web): manutenção da página web da CEPLAC com atualização constante das informações; manutenção/atualização dos sistemas/aplicações existentes; desenvolvimento de sistemas/aplicações.

Atendimento e suporte aos usuários: orientação para a melhor utilização dos recursos de TI; disponibilização dos recursos de TI; treinamentos específicos aos usuários; apoio a apresentações em eventos na CEPLAC.

2. Análise das mudanças durante a elaboração do plano estratégico, destacando os avanços obtidos no último exercício.

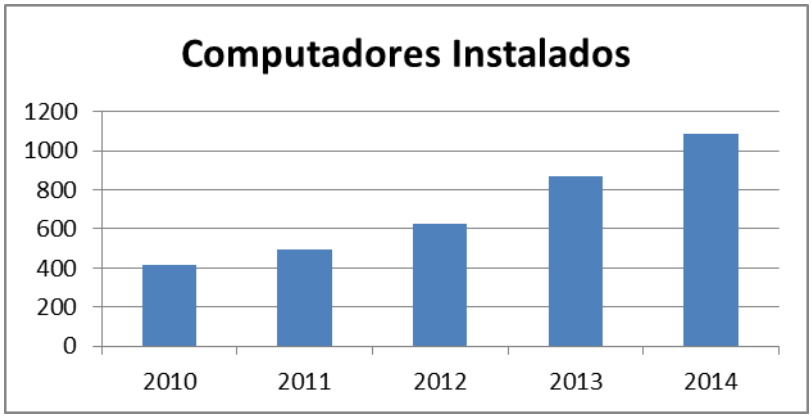
Com a elaboração do Projeto Ba-41 e apresentado no Planejamento Estratégico da CEPLAC a visibilidade proporcionou uma discussão ampla sobre a necessidade de contratação de consultoria para elaboração do diagnostico da situação atual da CEPLAC com uma proposta de melhoria e ampliação da área de atuação de TI na CEPLAC. Elaborou-se um termo de referência para a referida contratação. Ainda em 2014 foi feito o edital para o pregão que foi cancelado em função de divergências entre o edital e o termo de referência. Um novo pregão será feito em 2015.

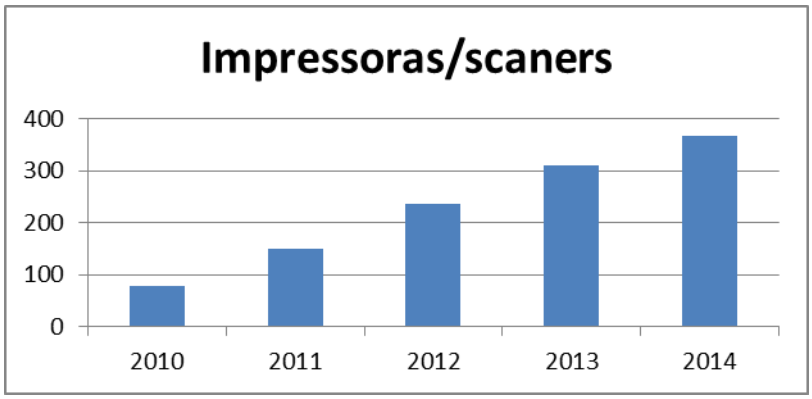
Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa, com destaque para as superintendências e gerencias estaduais.

Infraestrutura de Tecnologia da Informação

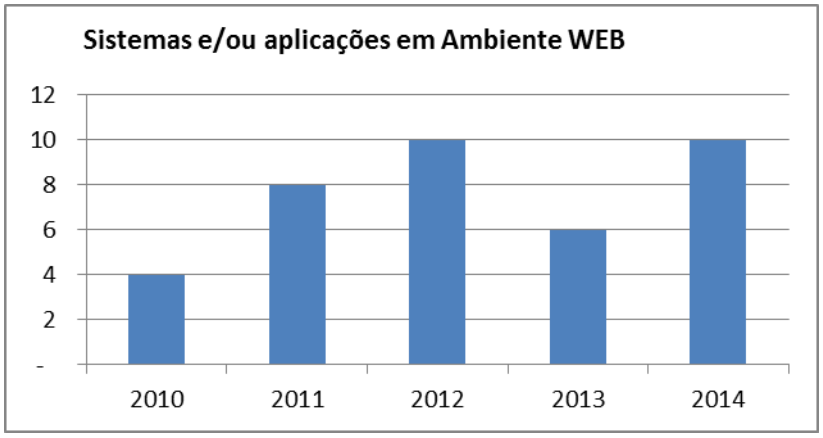
CEPLAC				
UNIDADE	**MICRO**	**NOTEBOOK**	**IMPRESSORA LASER**	**SCANER**
DIRET	66	15	33	03
SUEBA	1084	158	366	60
SUEPA	246	42	163	38
SUERO	122	06	89	06
GERES	14	00	O4	02
GEREM	06	04	05	01
GERAM	09	17	16	01
TOTAIS	1547	242	21	111

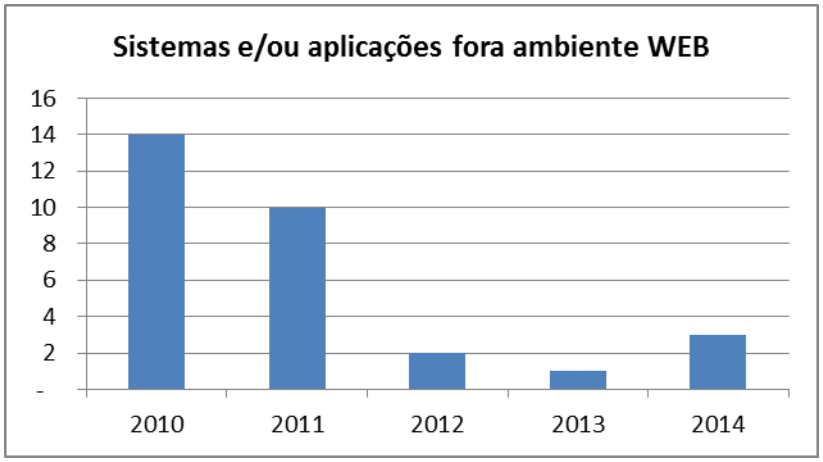
Infraestrutura de Tecnologia da Informação (SUEBA)						
Equipamento/ano	2010	2011	2012	2013	2014	Descrição
Computadores Instalados	419	497	625	871	1.084	Dados cumulativos
Impressoras/scaners	79	149	235	310	366	Dados cumulativos



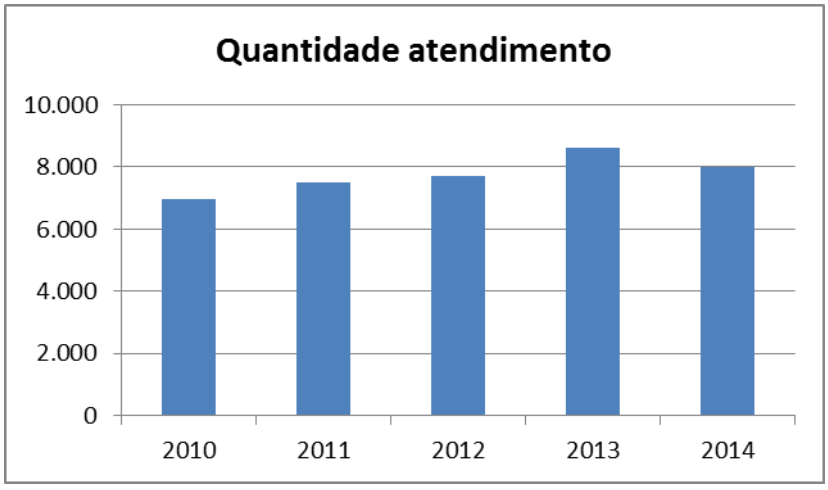


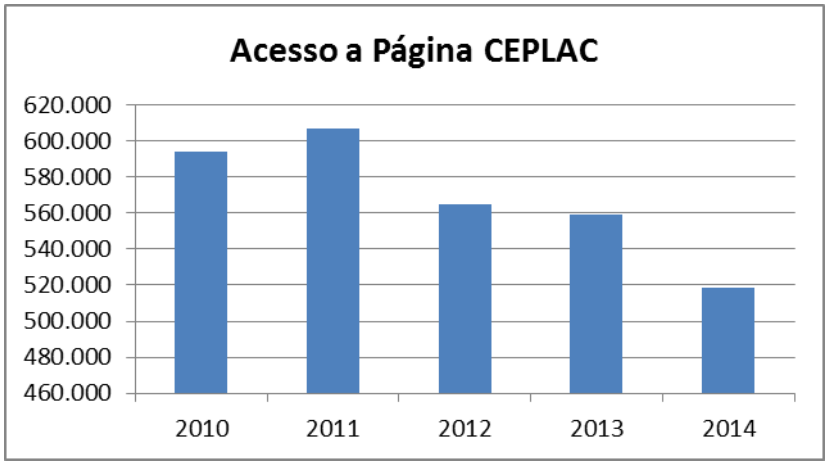
3.2 Sistemas e/ou aplicações desenvolvidas e implantadas (Sueba)					
Ambiente WEB	2010	2011	2012	2013	2014
	4	8	10	6	10
Fora ambiente WEB	14	1	2	1	3





3.3 Suporte/atendimento aos Usuários (Sueba)					
Quantidade atendimento	2010	2011	2012	2013	2014
	6.950	7.498	7.706	8.630	8.014
Acesso a Página CEPLAC	593.982	606.653	564.688	559.184	518.859





4.7.2 Conclusão

Análise dos principais indicadores:

De acordo com o Projeto Ba-41, no que diz respeito a melhoria do parque de TI, foram instalados 217 novos computadores e ainda 58 novos impressoras/scaners, adquiridos no exercício anterior.

Na tabela de sistemas e/ou aplicações desenvolvidas e implantadas, observou-se que em 2014, houve em ambiente web um acréscimo de 66% e um acréscimo de 200% em fora ambiente web.

De acordo com o Projeto Ba-41, no que diz respeito a sistemas e/ou aplicações desenvolvidas e implantadas, desenvolveu-se/implantou-se 05 (cinco) sistemas e/ou aplicações em ambiente web. Desenvolveu-se/implantou-se 04 (quatro) sistemas e/ou aplicações em fora ambiente web.

Na tabela suporte/atendimento aos usuários, observou-se que em 2014, houve um decréscimo de 7,3% na quantidade de atendimento e de um decréscimo de 7,2% no acesso a página CEPLAC.

De acordo com o Projeto Ba-41, no que diz respeito a suporte/atendimento aos usuários, houve um decréscimo de atendimento em função da redução da mão de obra para atendimento aos usuários de TI, bem como a instalação de novos equipamentos de TI, proporcionou-se assim menor manutenção nos equipamentos.

Quanto ao acesso a pagina CEPLAC, houve uma redução de 40.325 acessos ano. Devido a 2014 ter tido menos dias úteis, diminuiu-se os acessos ao webmail (base de e-mails). Houve uma menor quantidade de matérias postadas. Diminuíram-se os acessos ao fale conosco. Assim como neste ano de 2014 houve quantidade menor de eventos (congressos, seminários, etc.) correlacionado pela pagina web CEPLAC. Em contra partida devido a grande quantidade de informações técnicas/científicas, jornais/revistas, álbum multimídia etc. disponíveis na pagina CEPLAC, apresentou-se ainda acima da média de 40.000 acessos mês.

Tabela comparativa de indicadores em três exercícios (SUEBA)

Análise indicadores	2013		2014		2015
	Previsto	**Realizado**	**Previsto**	**Realizado**	**Meta**
Computadores Instalados	-	871	-	1.084	1.176
Impressoras / scaners	-	310	-	366	398
Ambiente WEB	-	6	-	10	10
Fora ambiente WEB	-	1	-	3	2
Quantidade atendimento	-	8.630	-	8.014	8.230
Acesso a Página CEPLAC	-	559.184	-	518.859	568.700

ITEM 5 – RESULTADO DA IMPLANTAÇÃO DO PLAN. ESTRATÉGICO

Sugere-se que não ultrapasse **duas páginas** para este item.

5.1 Avaliação e avanços

a) Estágio de desenvolvimento:

A implementação do Planejamento Estratégico é um processo gerencial de longo prazo que teve seu início no ano de 2013 e encontra-se em curso com avanços, mesmo diante de muitas dificuldades estruturais e de gestão. A finalização do Mapa Estratégico e definição dos objetivos estratégicos à luz das metodologias do *Balance Scorecard* - BSC, ainda no plano corporativo, permitiu formular as grandes iniciativas estratégicas – projetos, em número de 28 no plano nacional, correlacionadas aos objetivos definidos. Com participação das unidades descentralizadas em oficinas nacionais e regionais, construíram-se os Planos Diretores das Unidades – PDU onde os painéis de contribuições de cada superintendência são executados por meio dos projetos assumidos em cada estado, em compartilhamento com as iniciativas corporativas. Considerando-se as condições internas e externas da organização, para tocar o plano de ação constata-se que o esforço de coerência e sustentação das premissas relacionadas à missão, à visão e aos valores apregoados e já afirmados encontra sérios obstáculos nos processos de execução, monitoramento e avaliação.

b) Aplicabilidade e consistência da metodologia de formulação, de avaliação e de revisão dos objetivos estratégicos e dos resultados associados:

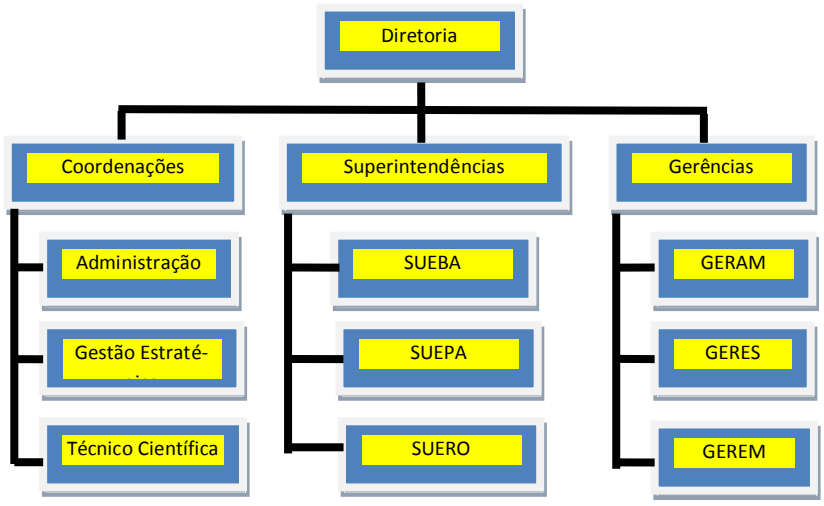
A aplicação das iniciativas estratégicas tanto no plano corporativo como nos PDUs estaduais estão condizentes à metodologia de monitoramento dos painéis no BSC, as dificuldades residem na falta de um sistema informatizado para gestão do processo. Na impossibilidade de aquisição dessa ferramenta, tanto diretamente como pela AGE/MAPA, iniciamos em 2014 uma discussão com os Ministérios do Planejamento e Agricultura na perspectiva de utilização de um *Software* público, o GEPLANES, já desenvolvido pelo governo e em uso pela previdência, esforço ainda não consumado. Avaliações por meio de reunião de análise da estratégia – RAE permitiram dois eventos focados nos resultados estratégicos em 2013, com prejuízos de novas convocações em 2014 diante de limitações de recursos para estes eventos nacionais. A apuração dos indicadores está sendo feita por captação das informações

trimestralmente em planilhas adaptadas aos requerimentos do Plano Estratégico e do PPA. A necessidade de avaliação e revisão do plano é premente, diante do estado experimental de sua implantação aliada às transformações e mudanças no ambiente de gestão.

c) Alinhamento com o PPA e com a Lei Orçamentária Anual:
Análise de acordo com Anexo VI

Os objetivos estratégicos estão alinhados a estrutura programática do PPA, entretanto não há compatibilidade quanto ao financiamento desses objetivos pela LOA. Não há dotação específica para nenhum objetivo estratégico e sim para a Ação e POs conforme Programas em que se insere a CEPLAC: Programa 2042 - Inovações para a agropecuária (Ação 20ZY - Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau: POs – 001- Reforma e adequação dos Centros de Pesquisas, 002 Difusão e transferência de tecnologias, 003 - Sistematização e gestão e 004 – Geração e adaptação de tecnologias); Programa 2028 - Defesa Agropecuária (Ação 20ZW – Promoção da defesa agropecuária: PO 003 – Controle da doença vassoura-de-bruxa) e Programa 2014 - Agropecuária sustentável, abastecimento e comercialização (Ação 20ZS - Desenvolvimento da agroenergia: PO 005 – Desenvolvimento das potencialidades agroenergéticas das regiões produtoras de cacau).

d) Alinhamento com os planos estratégicos de unidades envolvidas na obtenção dos objetivos estratégicos definidos, bem como sua participação na obtenção dos indicadores definidos:



Legenda
Conforme planejado
Merece atenção
Desconforme

A consolidação dos objetivos estratégicos e apuração dos indicadores é resultado do esforço compartilhado de todas as coordenações, superintendências e gerências por meio da execução e monitoramento dos painéis de contribuições, com iniciativas e projetos desenvolvidos nos estados do AM, BA, ES, MT, PA e RO. Em razão das dificuldades de captação das informações, ora em planilhas e relatórios, o status de obtenção dos indicadores ainda é merecedor de atenção e ajustes em todas as unidades.

e) Revisões ocorridas no planejamento estratégico, sua descrição e periodicidade:
Não houve ainda nenhuma revisão, apesar de constatação da sua necessidade, tanto no ambiente corporativo como das unidades descentralizadas

f) Atuação e envolvimento da alta direção (Diretor e Coordenadores Gerais), bem como demais departamentos e órgãos envolvidos na consecução de seus objetivos setoriais:

Mudanças na direção geral, nas superintendências da Bahia, Pará, Rondônia e gerência do Espírito Santo, já no primeiro ano de implantação, trouxeram dificuldades na internalização do processo sem, contudo acarreta prejuízos no envolvimento das unidades operativas descentralizadas, em particular das suas unidades de planejamento.

5.2 Análise dos indicadores de desempenho relacionados com o processo de gestão estratégica

Diante das dificuldades de implementação total do modelo de gestão proposto, estando o monitoramento restrito às iniciativas estratégicas e painéis de contribuições das unidades, não se definiram indicadores relacionados ao processo de gestão do BSC institucional.

5.3 Principais dificuldades e mudanças previstas

Resumo, análise e tratamento das principais dificuldades e entraves enfrentados no exercício para a plena implantação do processo de gestão estratégica, além de mudanças previstas para o exercício de 2015:

A evolução esperada na execução, monitoramento e avaliação esbarra em dificuldades como: internalização do modelo frente a uma cultura linear de gestão, inexistência de um sistema de gerenciamento da estratégia, limitações orçamentárias/financeiras no alinhamento com o PPA e da drástica redução do quadro de pessoal, com 61% em abono de permanência e agravamento nos dois últimos exercícios, já que há 27 anos não se realiza concurso público para o órgão.

ITEM 6 – INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

6.1 Atividades de correição:

a) Base normativa aplicável:

Análise das principais infrações e medidas de prevenção: A base normativa é nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, em consonância com os princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

No tocante aos processos administrativos disciplinares, foram observadas as normativas presentes na Lei 8.112/90, bem como na Portaria CGU n. 335/2006, inciso I do seu artigo 4º., que trata das investigações preliminares – procedimento investigativo preliminar.

Todos os processos administrativos disciplinares observaram os normativos supracitados, inclusive no tocante às investigações preliminares. Ademais, obrigatoriamente, receberam manifestações das Consultorias Jurídicas da União em seus respectivos Estados e em Brasília, conforme sua competência territorial.

b) Apuração dos ilícitos administrativos cometidos por servidores:

COMISSÕES INSTAURADAS					
UNIDADE	ESTOQUE ATÉ 2013	AUTUADAS 2014	JULGADAS EM 2014	ESTOQUE ATUAL (até 31-12)	CUSTO ENVOLVIDO EM 2014
DIRET	01	01	01	01	(*)
SUEBA	02	08	01	07	(*)
SUEPA	00	02	00	02	(*)
SUERO	02	03	02	01	(*)

(*) Para que possa a UJ informar o custo envolvido com a apuração dos ilícitos, há necessidade que seja definida a grade de critérios, haja vista que diversos itens estão na lista de possíveis causas de custo na averiguação dos fatos, conforme exemplo a seguir, motivo porque não foi informado o que solicita o item.

1. Treinamento do pessoal envolvido;
2. Diária;
3. Combustível
4. Infraestrutura;
5. Salário dos servidores designados.

Análise das principais infrações e medidas de prevenção:

UG 130.122 SUEBA - Conforme termo de julgamento, publicado no BP nº 29, de 20/10/2014, o servidor descumpriu dever funcional capitulado no inciso XI, art 116, da Lei 8.112/90, que determina a aplicação da sanção administrativa de advertência, o que foi aplicado, conforme Portaria SUEBA/CEPLAC nº 053, de 18/11/2014, publicado no BP nº 33, de 28/11/2015.

UG 130.136 SUEPA – Os processos números 21078.000079/2102-97 e 21078.000139/2014-33 ainda se encontram em fase de apuração.

UG 130.128 SUERO - No ano de 2014, nos termos do artigo 143 da Lei 8.112/90 e da Portaria CGU n. 335/2006, inciso I do seu artigo 4º., forma abertos 2 (dois) procedimentos de investigação preliminar: i) um contra a servidora Zilda Maria Alves Barbosa, lotada no Escritório Local da CEPLAC em Ariquemes-RO, sobre uma ocorrência que envolveu a servidora e outra servidora terceirizada. O relatório final da investigação preliminar apontou a existência de questões de ordem pessoal, de cunho meramente particular e nos termos do artigo 144, parágrafo único, inciso I da Lei 8.112/90, o Gestor determinou o arquivamento do Processo de Investigação Preliminar por falta de objeto, conforme consta à fl. 14 do Processo n. 21079.000234/2014-27, Despacho CEPLAC/SUERO/GAB. Nº 037/2014. ii) para apurar possível conduta inadequada de servidor Luiz Santana Moraes dos Santos, Gerente do Escritório Local da CEPLAC em Jaru-RO, para com superior hierárquico, Processo n. 21079.0000284/2014-12. E, após a apresentação do relatório final desta investigação, o Gestor acatou o parecer final do relator e decidiu enviar o Processo para Direção maior do Órgão em Brasília, CEPLAC/DIRET, uma vez que o superintendente estava na reunião que ocorreu o episódio da investigação e consequentemente

foi ouvido, e declarou-se, desta forma, impedido para autorizar a abertura de um PAD – Processo Administrativo Disciplinar, conforme consta no Despacho CEPLAC/SUERO/GAB. Nº 039/2014, de 12 de dezembro de 2014.

Tem-se adotado o Procedimento Investigativo Preliminar no intuito de diminuir custos e maximizar esforços no sentido de resolver as questões/atividades de correições na esfera administrativa, e, neste sentido, os resultados têm sido positivos.

c) Informações sobre o cumprimento, pela instância de correição da UJ, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043/2007, da Controladoria Geral da União – CGU:

Em função da vinculação da CEPLAC ao MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na estrutura não há unidade de correição.

6.2 Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos

A avaliação deve ser orientada pelos critérios descritos no Anexo VIII.

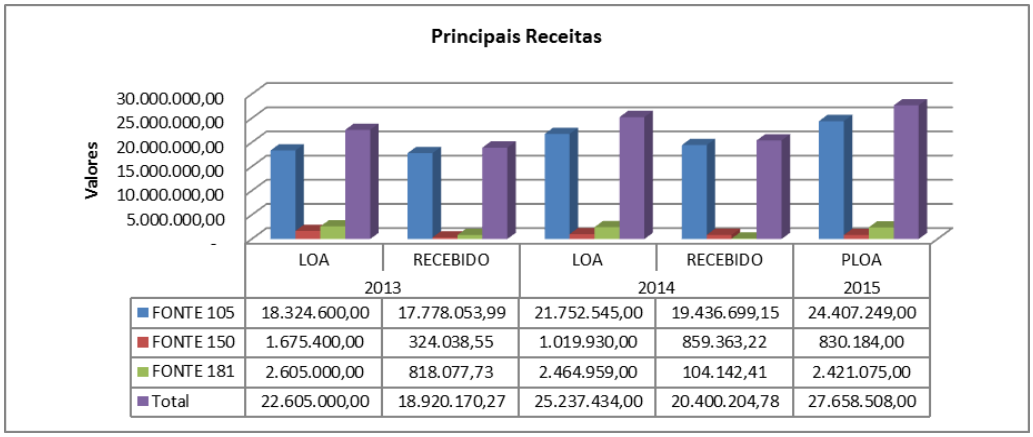
6.3 Balanço recomendações do plano permanente de providências da CGU

Com o objetivo de facilitar os trabalhos dos Gestores, permitir o acompanhamento e o monitoramento eficientes das providências a cargo das Unidades Pagadoras (UPAGs), com vistas a regularizar as possíveis inconsistências apontadas pelas Trilhas de Auditoria de Pessoal, a Secretaria Federal de Controle Interno da CGU – SFC/CGU, por meio da Diretoria de Auditoria das Áreas de Previdência, Trabalho, Pessoal, Serviços Sociais e Tomada de Contas Especial (DP), desenvolveu o Sistema de Trilhas de Auditoria de Pessoal, em ambiente Web, para que o Gestor/Servidor operacional, previamente autorizados e cadastrados, registrem o posicionamento da sua Unidade sobre as referidas trilhas, e para que os auditores da CGU emitam suas Análises sobre as respostas informadas pelos Gestores (Justificativas realizadas para cada inconsistência apontada pelas Trilhas de Auditoria de Pessoal).

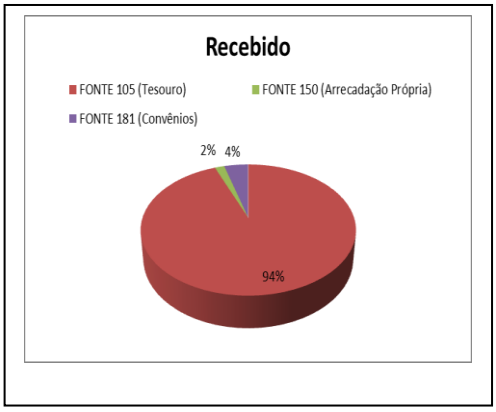
Sendo assim, constantemente são respondidas as Notificações sobre supostas inconsistências detectadas pelas trilhas de auditoria, bem como, encaminhado documentos comprobatórios das respostas, através do Sistema de Trilhas ou e-mail pessoal do auditor que analisa os questionamentos. Ressalte-se que todas as respostas encaminhadas são socializadas com a DISAF/SUEBA e a DIGEP/CGAF para conhecimento e acompanhamento.

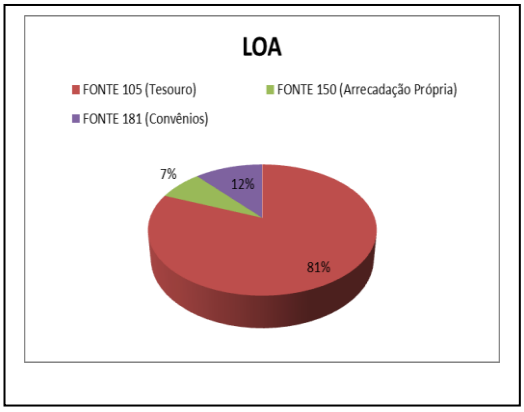
ITEM 7 – PRINCIPAIS RECEITAS E DESPESAS

Sugere-se que não ultrapasse **uma página** para este item.



	LOA 2013	RECEBIDO 2013	LOA 2014	RECEBIDO 2014	PLOA 2015
FONTE 105	18.324.600,00	17.778.053,99	21.752.545,00	19.436.699,15	24.407.249,00
FONTE 150	1.675.400,00	324.038,55	1.019.930,00	859.363,22	830.184,00
FONTE 181	2.605.000,00	818.077,73	2.464.959,00	104.142,41	2.421.075,00
Total	22.605.000,00	18.920.170,27	25.237.434,00	20.400.204,78	27.658.508,00

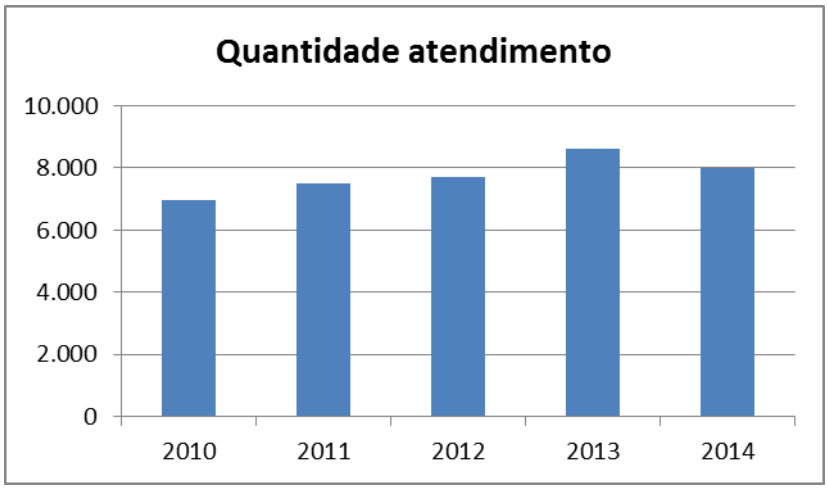


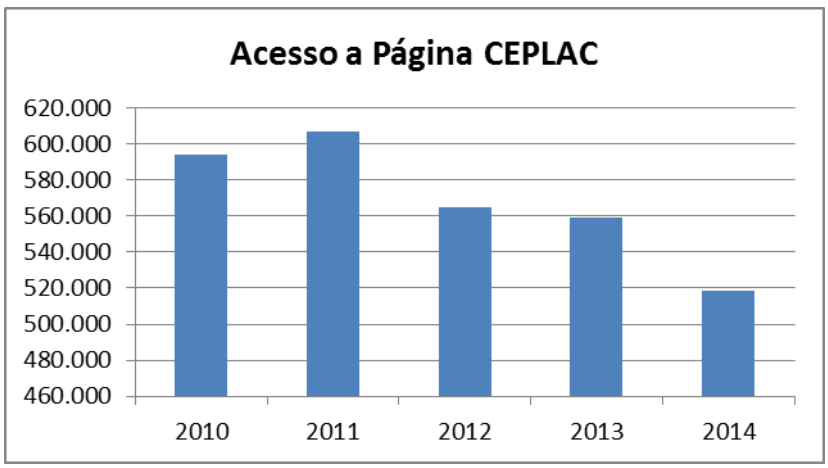


ITEM 8 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

8.1 Canais de acesso do cidadão e informações sobre o atendimento

Suporte/atendimento aos Usuários					
Quantidade atendimento	2010	2011	2012	2013	2014
	6.950	7.498	7.706	8.630	8.014
Acesso a Página CEPLAC	593.982	606.653	564.688	559.184	518.859





8.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Informações referentes à elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão. De forma complementar, realizar análise quantitativa e qualitativa dos serviços de acordo com Anexo IX.

Análise do Atendimento ao Público Externo

A análise quantitativa, qualitativa dos serviços demandados, serviços atendidos, prazo médio de atendimento, lacais de atendimento ao Público Externo e, avaliação qualitativa em conformidade com o Anexo IX, ficou prejudicada em função desta Carta de Serviços ao Cidadão da CEPLAC-MAPA, ter sido elaborada e publicada no site do MAPA, no link: http://www.agricultura.gov.br/carta-de-servico-ao-cidadao/Ceplac e com perspectiva de divulgação em toda a rede de escritórios locais e regionais de atendimento ao produtor e no site da CEPLAC até o final do 2º semestre de 2015.

A implantação da carta nas condições previstas requer treinamento e reciclagem. do corpo técnico de extensionistas rurais, lotados na rede dos respectivos escritórios locais, regionais e unidades de atendimento, objetivando promover os ajustes necessários no atendimento e reciclar e ou capacitar a equipe das unidades estaduais, responsáveis pela execução operacional e monitoramento tático destes serviços, bem como das demais equipes no nível estratégico visando atender as demandas solicitadas nas mesmas condições previstas na Carta de Serviços ao Cidadão. O conteúdo abordado versará sobre o rol dos serviços prestados, as formas de acesso a esses serviços por parte do público direto e indireto dos municípios dos seis estados produtores de cacau do Brasil o respectivo padrão de qualidade de atendimento assegurado pelo órgão para cada tipo de serviço. Esse evento, deverá iniciar e ocorrer, até o primeiro semestre do ano de 2015, prorrogável por igual período em função das limitações orçamentárias.

A análise quantitativa e qualitativa das demanda dos serviços, descritos na carta, e registrada nos sistemas de protocolo do Órgão e tabela constante do Anexo IX da parte C do Anexo II a essa Portaria. Como informado no paragrafo anterior, encontra-se, em fase de revisão e reestruturação para fins de adequação, no que tange ao conteúdo da carta de serviço, requalificação do processo de sistematização dos dados e informações requeridas, análise quantitativa e qualitativa das demandas do público alvo, em função das mudanças necessárias, dado aos requerimentos de aderência com o PPA atual e próximo, no novo ciclo de 2016/2019. Em cumprimento, ao "Decreto Nº 6932 de 11 de agosto de 2009 que dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão"... "e institui a Carta de Serviços ao Cidadão" e da outras providencias.

Segundo a coordenação do comitê gestor da Carta de Serviço do MAPA, encontra-se em fase de desenvolvimento e implantação, em abril de 2015, um sistema informatizado, pela área de TI. Cujo sistema, visa aferir especificamente o que é demandado, bem como o grau de satisfação do usuário com relação à qualidade dos produtos e serviços relacionados nas Cartas de Serviços ao Cidadão das respectivas unidades de atuação do MAPA. Portanto, a adoção de novas medidas como implantação de sistemas informatizados estruturantes e calibrados ao processo, isso é, adequados a essas rotinas, irá facultar uma análise mais real sobre a percepção da verdadeira contribuição do rol dos serviços contemplados na carta. E consequentemente, melhorar o foco nas respectivas atividades, projetos, ações, iniciativas essenciais ao atingimento dos Objetivos Estratégicos, constantes no Mapa Estratégico da CEPLAC e aderentes ao PPA atual de 2012/2015 e supostamente do novo ciclo do PPA 2016/2019.

A adoção de toda e quaisquer novas medidas no que se refere à adaptação, ajustes e correção de rumo, que torne o processo de planejamento, execução, monitoramento e, analise do conjunto de dados e informações executadas nas Unidades da Ceplac, nos Estados da Federação, vinculados aos objetivos

estratégicos e ao PPA, irão contribuir e muito para requalificar e elevar o nível de transparência dos serviços e produtos ofertados, e ainda, teremos as condições mínimas de poder medir e aferir o grau de satisfação do publico alvo direto e indireto.

8.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

Mecanismos utilizados:

- ✓ Câmaras setoriais das cadeias agropecuárias;
- ✓ Câmaras setoriais estaduais;
- ✓ Ouvidoria do mapa;
- ✓ Projeto piloto de coleta de informações de clientes externos, por meio de urnas.

8.4 Acesso às informações da Ceplac

Endereço eletrônico	Relatório	Periodicidade de Atualização
http://www.ceplac.gov.br/paginas/planejamentoestrategico/PEC-MapaEstrategico.pdf	Mapa Estratégico	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/planejamento_estrategico/planejamento.asp	Planejamento Estratégico	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/planejamento_estrategico/atualidadesdopec.asp	Rel. Evol. dos Obj. Estratégicos	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/planejamentoestrategico/PEC-Cartilha.pdf	Ind. de Des. utilizados na Gestão	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/relatorios/relatorios.asp	Balanços Fin. e Orçamentários	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/relatorios/relatorios.asp	Relatórios de Gestão	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/relatorios/relatorios.asp	Relatório de Auditoria de Gestão	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/estrutura/estrutura.asp	Estrutura Organizacional	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/regimento/regimento.asp	Regimentos Internos	Ocorrência

8.5 Avaliação de desempenho da Ceplac

No exercício de 2014 a área de TI (Tecnologia da Informação) não aplicou pesquisa de satisfação para avaliar os seus usuários, nem internos nem externos.

PARTE B - INFORMAÇÕES DOS ITENS DE 9 A 16 REF 6 A 13 DN

ITEM 9 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

9.1 **Demonstração da execução das despesas**

Natureza	Provisão Recebida	Créditos Concedidos	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Crédito não Utilizado
339014	991.374,23		989.429,04	989.429,04	987.293,79	1.945,19
339030	2.763.403,68		2.760.353,35	1.895.231,40	1.839.836,19	2.940,51
339033	327.127,78		327.127,78	319.040,35	306.571,18	
339035	13.116,00		13.116,00	13.116,00	13.116,00	
339036	349.908,64		347.529,64	274.105,64	263.299,64	2.379,00
339037	4.912.093,75		4.912.093,75	4.786.031,84	4.249.865,56	
339039	9.528.126,57	60.000,00	9.445.025,55	7.871.433,67	7.653.583,45	23.210,84
339047	10.502,22		10.102,22	10.102,22	10.102,22	400,00
339092	28.391,16		28.391,16	28.391,16	28.391,16	
339093	148.775,11		147.199,83	144.775,96	144.775,96	1.575,28
339139	82.777,96		82.777,96	53.761,68	53.761,68	
339147	48.080,79		47.890,79	28.602,20	28.602,20	190,00
339192	8.230,27		8.230,27	8.230,27	8.230,27	
449039	20.324,40		20.323,41	8.000,00	8.000,00	0,99
449051	14.500,00		14.500,00	14.500,00	14.500,00	
449052	1.049.329,80		1.032.507,67	71.059,82	71.059,82	16.822,13
Total:	**20.296.062,36**	**60.000,00**	**20.186.598,42**	**16.515.811,25**	**15.680.989,12**	**49.463,94**

9.2 **Informações sobre despesas com ações de publicidade e propaganda**

Não se aplica.

9.3 **Demonstração e justificação de eventuais passivos reconhecidos no exercício, contabilizados ou não, sem respectivo crédito autorizado no orçamento.**

Não se aplica.

9.4 **Demonstração da movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores**

RESTOS A PAGAR - GERAL CEPLAC		
	2013	**2014**
Restos a Pagar Inscritos	3.521.424,70	2.169.489,76
Restos Pagar Liquidados	3.058.006,19	1.951.689,90
Restos a Pagar Anulados	0,00	506.024,25
Restos a Pagar Pagos	724.944,77	1.123.418,45
Restos a Pagar a Pagar	542.421,34	217.799,86

OBS: Os valor inscritos em RESTOS A PAGAR correspondem a despesas empenhadas no final do exercício. Este fato decorre da liberação orçamentária concentrada no último bimestre de cada ano.

UG 130.122- SUEBA/DIRET/CEPLAC **RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES**				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2014**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2014**
2013	875.679,67	652.317,10	221.482,57	1.880,00
2012	1.502.609,61	1.154.795,61	98.536,63	249.277,37
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2014**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2014**
2013	181.313,88	165.964,25	2.418,75	12.930,88
2012	99.742,64	25.947,00	-	73.795,64

UG – 130.125 – GERES/DIRET/CEPLAC **RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES**		
Exercício Anterior	Movimento Dezembro-2014	Saldo em Dezembro- 2014
Restos a Pagar Inscritos	0,00	20.497,65
Restos a Pagar Recebidos	0,00	0,00
Restos a Pagar Transferidos	0,00	0,00
Restos a Pagar Anulados	0,00	(1.949,26)
Restos a Pagar Pagos	0,00	18548,39
Restos a Pagar a Pagar	0,00	0,00
Inscrição RP Exerc. Anterior	0,00	0,00
Restos a Pagar Exerc. Corrente	3.392,14	3392,14

UG – 130.127 – GERAM/DIRET/CEPLAC **RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES**				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2014**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2014**
2013	65.373,58	55.777,92	1.645,66	7.950,00
2012	215.988,93	208.494,69	7.494,24	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2014**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2014**
2013	18.715,38	18.715,38		
2012	4.400,00	4.400,00	0,00	0,00

UG – 130.129 / GEREM/DIRET/CEPLAC RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2014**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2014**
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2014**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2014**
2014				21.111,64

UG 130.132- CEPLAC/CENEX/BA RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2014**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2014**
2013	871.932,51	796.534,61	14.681,70	60.716,20
2012	715.895,15	702.235,12	13.660,03	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2014**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2014**
2013	138.177,13	138.177,13	0,00	0,00
2012	93.119,46	65.543,16	27.576,30,	0,00

UG – 130.133 / CEPEC/SUEBA/CEPLAC RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2014**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2014**
2013	94.642,28	94.642,28		
2012	105.548,96	105.548,86		
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2014**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2014**
2013	1.642.320,26	1.088.619,33	490.615,99	105.153,62
2012	1.796.272,76	1.328.786,39	159.015,66	308.470,71

9.5 Informações sobre transferências de recursos mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres

UG 130.010 – DIRET/CEPLAC
CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - DIRET									
CNPJ: 00.396.895/0088-86			**UG/GESTÃO: 130010 - 0001**						
Informações sobre as Transferências									
Mod.	**Nº do instrumento**	**Beneficiário**	**Valores Pactuados**		**Valores Repassados**		**Vigência**		**Sit.**
			Global	**Contrapartida**	**No Exercício**	**Acumulado até o Exercício**	**Início**	**Fim**	
1	01.100736.00	FUNPAB	5.999.999,92	2.000.000,00	392.200,00	1.067.866,20	27.12.2010	27/12/2016	1
1	755734/2011	FAPESPA	3.636.000,00	0,00	0,00	1.818.000,00	23.12.2010	26/07/2015	1
LEGENDA									

Modalidade:	**Situação da Transferência:**
1 - Convênio	1 - Adimplente 2 - Inadimplente
2 - Contrato de Repasse	3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído
3 - Termo de Cooperação	5 - Excluído 6 - Rescindido
4 - Termo de Compromisso	7 - Arquivado

UG – 130.133 / CEPEC/SUEBA/CEPLAC
CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Nome: INSTITUTO TECNOLÓGICO VALE - ITV
CNPJ: 12.308.301/0001-66 | UG/GESTÃO: 130133

Informações sobre as Transferências

Mod.	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3			85.200,00		56.600,00	56.600,00	26/12/13	26/12/16	1

UG – 130.133 / CEPEC/SUEBA/CEPLAC
RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	INSTITUTO TECNOLÓGICO VALE - ITV					
CNPJ:	12.308.301/0001-66					
UG/GESTÃO:	130133					
Modalidade	**Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício**			**Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R$ 1,00)**		
	2014	**2013**	**2012**	**2014**	**2013**	**2012**
Termo de Cooperação				56.600,00		
Totais				56.600,00		

UG 130.129 – GEREM/DIRET/CEPLAC
RESUMO DOS INST. CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	GEREM					
CNPJ:	003968950086-14					
UG/GESTÃO:	130129/000001					
Modalidade	**Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício**			**Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R$ 1,00)**		
	2014	**2013**	**2012**	**2014**	**2013**	**2012**
Termo de Cooperação	3	4	4			
Totais	3	4	4			

9.6 **Informações sobre suprimento de fundos, contas tipo B e CPGF**

UG 130.010 – DIRET/CEPLAC
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Código da UG 1	130010	**Limite de Utilização da UG**			9.000,00
Portador	**CPF**	**Valor do Limite Individual**	**Valor**		**Total**
			Saque	**Fatura**	
NAPOLEÃO PEREIRA MOTTA	454.657.896/20	9.000,00	890,70	7.495,99	8.386,69
Total Utilizado pela UG			890,70	7.495,99	8.386,69

UG 130.122 – SUEBA/DIRET/CEPLAC
DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO "B" E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2014			14	3.561,00	17	25.442,75	29.003,75
2013			05	1.452,00	08	11.341,92	12.393,92
2012			07	1.287,00	12	14.119,46	15.406,46

UG 130.122 SUEBA/DIRET/CEPLAC
DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Código da UG 1		Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Jose Teixeira de Souza Filho	083.699.685-20	2.000,00	-	903,88	903,88
Marie Anne do Nascimento	107.244.515-87	3.500,00	1.070,00	6.268,66	7.338,66
Jose Carlos Santana de Jesus	172.004.585-20	1.000,00	-		
Severino Heleno de Melo	647.174.708-00	8.000,00	2.491,00	18.270,21	20.761,21
Total Utilizado pela UG			3.561,00	25.442,75	29.003,75

UG – 130.127 – GERAM/DIRET/CEPLAC
CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	130127	Ceplac/Geram			05	6.531,04	2.000,00
2012	130127	Ceplac/Geram			04	3.717,41	3.000,00

UG – 130.127 / GERAM/DIRET/CEPLAC
UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	130127	Ceplac/Geram			05		6.531,04	6.531,04

UG 130.128 –SUERO/DIRET/CEPLAC
PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" E CPGF)

Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2014		2013		2012		2014		2013		2012	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
PC Aprovadas	0	0	0	0	0	0	3	16.478,62	5	3.456,93	5	14.605,30

UG 130.128 – SUERO/DIRET/CEPLAC
DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO "B" E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Suprimento de Fundos (RS 1,00)							
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2014	0	0	0	0	3	16.478,62	16.478,62

UG 130.128 – SUERO/DIRET/CEPLAC
DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO "B" E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

2013	0	0	0	0	5	3.456,93	3.456,93
2012	0	0	0	0	5	14.605,30	14.605,30

UG 130.129 – GEREM/DIRET/CEPLAC
DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Código da UG 1	130129	**Limite de Utilização da UG**	10.000,00		
Portador	**CPF**	**Valor do Limite Individual**	**Valor**		**Total**
			Saque	**Fatura**	
Fernando César Oliveira da Silva	095966905-15	10.000,00		472,18	472,18
Lino Pereira	079177911-49	2.000,00		3.456,39	3.456,39
Total Utilizado pela UG					3.928,57

UG 130.132 CENEX/SUEBA/CEPLAC
DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO "B" E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Suprimento de Fundos							
Exercícios	**Conta Tipo "B"**		**CPGF**				**Total (R$)**
			Saque		**Fatura**		
	Quantidade	**(a) Valor**	**Quantidade**	**(b) Valor**	**Quantidade**	**(c) Valor**	**(a+b+c)**
2014	0,00	0,00	0,00	0,00	387	47.309,76	47.309,76
2013	0,00	0,00	0,00	0,00	273	30.391,00	30.391,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00	530	61.702,75	61.702,75

UG 130.132 CENEX/SUEBA/CEPLAC
DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Código da UG 1		**Limite de Utilização da UG**			
Portador	**CPF**	**Valor do Limite Individual**	**Valor**		**Total**
			Saque	**Fatura**	
CLENILDO AZEVEDO CRUZ	125.462.085-00	20.000,00	0,00	9.158,06	9.158,06
GIDEON TORRS BANDEIRA	368.040.535-91	20.000,00	0,00	9,200,00	9.200,00
ELIETE SLVES LEMOS	082.610.755-91	20.000,00	0,00	8.500,00	8.500,00
JAILTON PINTO BORGES	100.335.726-34	20.000,00	0,00	9.000,00	9.000,00
JOSENILDO DE C. LIMA	078.604.984-72	20.000,00	0,00	9.451,70	9.451,70
DAMARIS N. S. BARRETO	339.378.505-20	20.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00
Total Utilizado pela UG			0,00	47.309,76	47.309,76

UG 130.132 –CENEX/SUEBA/CEPLAC
PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" E CPGF)

Suprimento de Fundos												
	Conta Tipo "B"						**CPGF**					
Situação	**2014**		**2013**		**2012**		**2014**		**2013**		**2012**	
	Qtd.	**Valor**	**Qtd.**	**Valor**	**Qtd.**	**Valor**	**Qtd.**	**Valor**	**Qtd.**	**Valor**	**Qtd.**	**Valor**
PC Aprovadas							**17**	**47.309,76**	**14**	**30.391,00**	**20**	**61.702,75**

UG – 130.133 / CEPEC/SUEBA/CEPLAC
UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	130133	Ceplac/Cepec			64	18.104,00	55.692,53	73.796,53
2013	130133	Ceplac/Cepec			58	13.721,00	69.835,41	83.556,41

UG – 130.133 / CEPEC/SUEBA/CEPLAC CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS							
Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	130133	Ceplac/Cepec/Secad			23	73.796,53	8.000,00
2013	130133	Ceplac/Cepec/Secad			67	83.556,41	8.000,00
2012	130133	Ceplac/Cepec/Secad			65	95.185,00	8.000,00

9.7 **Informações sobre renúncia de receitas**

Não se aplica.

9.8 **Gestão de precatórios**

Não se aplica.

9.9 **Comentários sobre a execução orçamentária e financeira da CEPLAC em 2014**

Embora tenha logrado executar praticamente todo o orçamento disponibilizado no exercício, devem ser registrados alguns fatores que comprometeram a economicidade e eficiência da Ceplac na aplicação dos recursos, como se segue:

1. As restrições orçamentárias impostas a Ceplac nos últimos anos vêm causando impactos negativos mais fortes na conservação e manutenção de imóveis e instalações. Os esforços desenvolvidos para a recuperação de diversas instalações não tem se revelado suficientes e o adiamento de uma ação mais efetiva neste sentido tem causado prejuízos não apenas na operação, mas também, comprometendo ainda mais os recursos de manutenção e conservação. Os esforços para a recuperação de instalações foram frustrados pela indisponibilidade de recursos suficientes para sua execução.

2. Após um período de continua redução nos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual-LOA, a CEPLAC, em 2014, experimentou uma reposição de recursos orçamentários em comparação a 2013, da ordem de 12%. Contudo, devido à política de contingenciamento adotada pelo Governo Federal, 20% do valor total previsto na LOA não pode ser executado. Com isso, a execução orçamentária apresentou um crescimento de apenas 8% em relação a 2013, com impactos diretos nos gastos com a gestão, tendo em vista a priorização das ações finalísticas do Órgão.

3. A errática disponibilização de recursos durante o exercício, embora tenha sido menos comprometedora do que a de 2013 impediu um correto planejamento na programação de aquisição e renovação de contratos e serviços. Até a última semana do exercício, a Ceplac trabalhou com a incerteza de não dispor da totalidade dos recursos de custeio previstos no seu QDD, na fonte 100;

4. Os recursos de investimento ficaram limitados aos obtidos com leilões de produtos decorrentes das pesquisas desenvolvidas nos *campi.* A comercialização de borracha, gado, dendê e cacau formaram a única fonte de recursos de investimentos disponibilizados. A premente necessidade de aquisição de máquinas de campo e equipamentos de laboratório consumiu os recursos disponíveis na fonte 150, o que impediu que se pudesse implantar, por exemplo, projeto de vídeo conferencia que não apenas re-

duziria a excessiva carga sobre os técnicos e pesquisadores para atender às diversas localidades onde atuamos, como também pela redução dos gastos com o seu deslocamento;

5. Os resultados alcançados com os recursos aplicados foram obtidos dentro do previsto no planejamento estratégico, sendo a área de gestão a mais sacrificada por estarmos priorizando as áreas de pesquisa e extensão rural. Por dispor de equipes de gestores de boa experiência em suas principais unidades, a Ceplac continua mantendo certa agilidade em sua capacidade executiva. Contudo, a contínua redução do quadro de servidores tem comprometido sensivelmente nossa qualidade da operação, principalmente no que diz respeito às atividades ligadas a Governança, Risco e Conformidade;

6. No que diz respeito a qualidade da execução do orçamento, destacamos, mais uma vez, o descompasso entra as datas de liberação dos recursos e a real necessidade de sua aplicação. Uma observação do cronograma de execução praticado em 2014 indica duas fases de retenção. A primeira entre os meses de janeiro e abril, onde a execução fica limitada por conta da aprovação e sanção da LOA e a segunda, entre os meses de julho e outubro, em decorrência dos ajustes praticados pelo Governo Federal. Tal situação recomenda a adotada uma execução compartimentalizada para a execução dos projetos ou a introdução de uma visão quadrimestral na peça orçamentária.

A CEPLAC opera cinco programas de aplicação, sendo quatro deles técnicos e um de administração. Embora o programa de administração concentre 45% do valor total executado, cumpre lembrar que quase 70% de seu valor são destinados a contratos de locação de mão de obra, fornecimento de combustíveis e de manutenção de veículos destinados aos centros de pesquisas, estações experimentais e em ações de extensão, ou seja, nas áreas finalísticas. Tal consideração permite concluir que o Órgão ainda mantém os gastos com sua gestão em valores inferiores a 10% dos limites orçamentários aprovados.

Foram executadas ações de redução da atomicidade na execução de aquisições de bens e serviços, visando maior economicidade na aplicação dos recursos. Tal situação de execução descentralizada reflete o modelo gerencial da CEPLAC, onde a diretoria e as coordenações gerais exercem funções de orientação e atuam como instancia final de resolução e contratação das unidades. Como exemplo, podemos citar o contrato de gestão de fornecimento de combustíveis, aquisição de passagens aéreas e a tentativa de se contratar empresa para o fornecimento de diagnóstico da gestão de TI e elaboração de PDTI.

ITEM 10 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MOB E CUSTOS RELACIONADOS

Estrutura de pessoal da unidade jurisdicionada, contemplando as seguintes perspectivas.

10.1 **Demonstração da força de trabalho**

FORÇA DE TRABALHO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1824		01	109
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1824		01	109
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	18		01	
4. Total de Servidores (1+2+3)	1842		02	109
Fonte: SEREG/DISAF/SUEBA/CEPLAC				

10.2 **Demonstração da distribuição da força de trabalho, discriminando efetivos e temporários, especialmente no âmbito das áreas técnicas responsáveis por macroprocesso finalístico**

Não há temporários contratados.
A força total de trabalho de servidores ativos está definida no quadro inserido no item 10.1

QUADRO DE PESSOAL ATIVO PERMANENTE POR ÁREA DE ATUAÇÃO														
CARGO	**DIRET**		**SUEBA**		**SUEPA**		**SUERO**		**GERES**		**GERAM**		**GEREM**	
	Fim	Meio	Fim	Meio	Fim	Meio	Fim	Meio	Fim	Meio	Fim	Meio	Fim	Meio
Nível auxiliar	00	00	350	59	74	14	19	05	14	02	14	02	05	00
Nível intermediário	00	36	574	220	60	16	22	77	03	07	02	08	00	01
Nível profissional	00	11	133	31	36	02	11	8	03	00	02	00	01	00
TOTAL POR ÁREA	00	47	1.059	310	170	32	52	90	20	09	18	10	06	01
TOTAIS	47		1369		202		142		29		28		07	
TOTAL AREA FIM	1325													
TOTAL AREA MEIO	499													
TOTAL GERAL	1824													

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SER. DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA													
Unidade Contratante													
Nome: SUEBA/DIRET/CEPLAC													
UG/Gestão:130122 - Ceplac/Adm/Ba				**CNPJ:00.396.895/0082-90**									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2009	L	O	32/2009	01.383.525/0001-53	2009	2014	26	26	16	16	0	0	P
2014	L	O	26/2014	07.770.857/0001-30	2014	2015	28	28	22	22	01	01	P
Fonte: NAGEC/SUEBA													

Unidade Contratante													
Nome: CEPLAC – GERENCIA - ES													
UG/Gestão: 130.125					**CNPJ: 00.396.895/0078-04**								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2011	V	O	**05/2011**	**08.944.765/0001-91**	**30/11/11**	**30/11/12**	**04**	**04**	-	-	-	-	P
Observações: Contrato de vigilância armada na Estação Experimental "Filogônio Peixoto" da GERES. Prorrogado por aditivos até 30/11/2015.													
Fonte: GERES/CEPLAC													

Unidade Contratante													
Nome: GERES/CEPLAC													
UG/Gestão: 130.125					**CNPJ:** 00.396.895/0078-04								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2010	12	0	**02/2010**	**07.213.314/0001-11**	**30/04/10**	**30/04/11**	**11**	**11**	-	-	-	-	P
Observações: Contrato de Prestação de Serviço Agrícola nas áreas de experimentos e pesquisa. Contrato Prorrogado por aditivos até 30/04/2014.													
Fonte: GERES/CEPLAC													

UG 130128 - SUERO/DIRET/CEPLAC
CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SER. DE LIMPEZA E HIGIENE E VIG. OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome:CEPLAC/SUERO													
UG/Gestão: 130128 – CEPLAC/ADM/RO - 00001					**CNPJ: 00.396.895/0089-67**								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2010	L	O	016/2010	84.580.141/0001-10	09/09/2010	09/09/2014	02	02					P
2012	L	O	002/2010	10.927.661/0001-10	18/01/2012	18/01/2016	06	07					P
2013	V	O	007/2013	12.159.225/0001-74	17/06/2012	17/06/2015	08	07					P
Observa´~a													

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

UG 130.122 – SUEBA/DIRET/CEPLAC
CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERV COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

UG/Gestão:130133/130132					**CNPJ:00.396.895/0080-29 e 00.396.895/0081-00**								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2009	L	O	35/2009	07.770.857/0001-30	2009	2014	60	60	32	32	0	0	P

2009	L	O	49/2009	07.015.165/0001-86	2009	2014	49	49	30	30	0	0	P

Fonte: NAGEC/SUEBA/CEPLAC

UG 130.127 – GERAM/DIRET/CEPLAC
CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante

Nome: GERAM/CEPLAC

UG/Gestão: 130127 / 00001 | **CNPJ: 00.396.895/0085-33**

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	**11**	**O**	**04/2012**	**06.032.743/0001-20**	**03.12.12**	**02.12.14**	**08**	**08**	**02**	**02**	**-**	**-**	**P**

Observações

Fonte: **Ceplac/Geram**

UG 130.128 – SUERO/DIRET/CEPLAC
CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante

Nome: CEPLAC/SUERO

UG/Gestão: 130.128 | **CNPJ:00.396.895/0089-67**

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	12	O	**028/2009**	**07.047.898/0001-00**	15/09/2009	**15/03/15**	**18**	**22**					P
2009	3	O	**028/2009**	**07.047.898/0001-00**	15/09/2009	**15/03/15**			**01**	**01**			P
2009	9	O	**028/2009**	**07.047.898/0001-00**	15/09/2009	**15/03/15**			**01**	**01**			P
2012	12	O	**003/2012**	**84.580.141/0001-10**	23/02/2012	**22/02/15**			**04**	**04**			P

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem;
5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; 12. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

UG 130.132 CENEX
CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERV COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

UG/Gestão: 130.132-CEPLAC/CENEX/BA | **CNPJ: 00.396.895/0081-00**

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	49/2009	07.015.165/0001-86	2009	2015	60	60	32	32	0	0	P

UG 130.133 – CEPEC/SUEBA/CEPLAC
CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERV. DE LIMP. E HIGIENE E VIG. OSTENSIVA

Unidade Contratante

Nome: CEPEC/SUEBA/CEPLAC

UG/Gestão: 130133 / 00001 | **CNPJ: 00.396.895/0080-29**

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	49/2009	01.383.525/0001-16	25.01.2010	24.01.2015	1	1					P

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

UG 130.133 – CEPEC/SUEBA/CEPLAC
CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante

Nome: CEPEC/SUEBA/CEPLAC

UG/Gestão: 130.133 / 00001 | **CNPJ: 00.396.895/0080-29**

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	11	O	35/2009	07.770.857/0001-30	30.11.09	30.11.14	41	41					P
2009	11	O	36/2009	07.015.165/0001-86	30.11.09	30.11.14	12	12					P

Observações:

UG 130.136 – SUEPA/DIRET/CEPLAC
CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERV DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante

Nome:Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - Ceplac

UG/Gestão:130122 | **CNPJ:00.396.895/0082-90**

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	32/2009	01.383.525/0001-53	2009	2014	26	26	16	16	0	0	P

UG 130.136 – SUEPA/DIRET/CEPLAC
CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERV DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante

Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARÁ

UG/Gestão: 130.126 | **CNPJ:** 00.396.895/0091-81

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	1	O	005/2012	05915153/0001-82	01/08/2012	31/07/2015							P

2014	1	O	015/2009	09409620/0001-53	15/10/2014	14/10/2015							A
2012	3	O	002/2012-	02589131/0001-81	01/03/2012	30/05/2015							P

Observação: (01) Vigilância Ostensiva. (02) Limpeza e Higiene, (03) Área de Informática – Nas unidades da SUEPA
Fonte: SESAF/SUEPA/CEPLAC

10.3 **Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade jurisdicionada, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim.**

Estudos e esforços têm sido empreendidos para alocar pessoas nas unidades, especialmente na atividade fim, contudo as dificuldades determinadas pela falta de ingresso de pessoas há 27 anos inviabilizam qualquer tentativa de distribuir pessoas no âmbito da UJ, agravado pelo constante e diário desligamento de servidores do quadro, em função da falecimento e direitos pela aposentadoria.

10.4 **Qualificação da força de trabalho**

Tipologias do Cargo	**Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade**								
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
1. Provimento de Cargo Efetivo		**2**	**385**	**135**	**864**	**342**	**54**	**43**	**16**
1.1. Membros de Poder e Ag. Políticos									
1.2. Servidores de Carreira		2	385	135	864	342	54	43	16
1.3. Serv. com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão			**3**	**1**	**40**	**25**	**4**	**8**	**4**
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e As. Superior					4	12	1	8	3
2.3. Funções Gratificadas			3	1	36	13	3		1
3. Totais (1+2)		**2**	**388**	**136**	**904**	**367**	**58**	**51**	**20**

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SEREG/DISAF/SUEBA/CEPLAC

10.5 **Descrição das iniciativas da UJ para capacitação e treinamento dos servidores nela lotados**

Projeto: Desenvolvimento de pessoas e motivação permanente e continuada

As atividades empreendidas no ano de 2014 tiveram como objetivo capacitar os servidores da Ceplac, seja gerentes ou colaboradores, de acordo com a demanda diagnosticada pelo levantamento de necessidades de treinamento (LNCT), desenvolver habilidades e competências dos estagiários, assim como motivar servidores visando a promoção na qualidade de vida.

No período foram capacitados 1.553 colaboradores, sendo: 1º trimestre (90); 2º trimestre (295); 3º trimestre (810); e 4º trimestre (358).

Algumas ações foram realizadas no campo da motivação, voltadas para o servidor, como parte do "Programa de Valorização do Servidor", tais como: Encontros, Palestras e Festas Comemorativas, em datas específicas (Dia das mães, dia dos Pais, dia do Servidor Público etc.). Além desses, outros programas de motivação foram contemplados: ação de responsabilidade social, preparação para aposentadoria; qualidade de vida; e saúde institucional.

Utilizando a estrutura do PAEC/MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e sob a coordenação da DGP/CGAF/DIRET, a área de Desenvolvimento de Recursos Humanos da DIRET viabilizou a participação de 17 servidores em cursos de capacitação.

10.6 **Custos associados à manutenção dos recursos humanos**

QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	**2014**										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	**2014**	395.022.248,59	1.338.521,76	22.964.226,50	21.505.008,80	25.415.667,97	37.952.266,83	5.053.574,78	85.410,32	5.804.834,18	**515.141.759,73**
	2013	356.728.439,07	1.286.807,08	22.856.226,99	20.533.330,87	24.428.410,90	33.220.355,12	4.527.982,02	2.194.781,22	4.650.127,19	**470.426.460,46**
	2012	161.545.446,70	1.571.859,74	11.532.576,60	11.999.101,89	6.905.558,72	9.068.053,99	0,00	101.867,73	1.325.168,77	**204.049.634,14**
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	**2014**										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	**2014**	2.771.676,18	84.322,08	150.980,44	83.122,64	104.600,88	258.446,60	22.686,00	6.355,30	5.023,53	**3.487.213,65**
	2013	2.013.809,52	51.641,04	121.123,34	81.907,81	65.179,14	121.630,30	4.491,72	0,00	0,00	**2.459.782,87**
	2012	1.055.584,27	57.962,64	76.577,38	79.282,17	0,00	55.074,96	0,00	0,00	8.915,88	**1.333.397,30**
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	**2014**										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	**2014**	13.254.226,41	91.595,52	941.427,30	662.680,48	519.453,54	945.956,06	31.144,58	4.888,90	240.088,81	**16.691.461,60**
	2013	11.481.363,58	54.409,52	903.164,28	535.229,97	464.115,03	702.488,70	41.477,21	57.305,65	152.843,54	**14.392.397,48**
	2012	5.778.932,43	152.770,80	439.199,09	359.460,60	87.552,00	215.571,16	0,00	0,00	50.393,28	**7.083.879,36**
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	**2014**	13.000.793,05	108.630,72	764.461,76	485.053,81	842.332,65	1.142.361,11	211.633,52	5.028,98	169.876,14	**16.730.171,74**
	2013	10.818.290,64'	99.532.84	666.464,38	519.326,08	860.590,70	1.054.223,01	203.959,24	0,00	0,00	**14.222.386,89**
	2012	4.308.998,78	63.507,60	314.712,40	321.123,24	227.064,00	289.789,12	0,00	0,00	26.967,96	**5.552.163,10**

10.7 Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada

Mensalmente está sendo realizada Auditoria Preventiva na folha de pagamento da CEPLAC através de monitoramento pelo Sistema SIGA - Notificação, sob a responsabilidade da Secretaria de Gestão – MPOG.

Com a mesma periodicidade a Secretaria de Gestão Pública - SEGESP/MPOG pelo Sistema de Trilha de Auditoria de Pessoal sob os cuidados da Secretaria Federal de Controle Interno - CGU/PR, com resultados altamente positivos.

Periodicamente a CGU – Controladoria Geral da União realiza auditoria nos processos de aposentadoria e pensão para, em seguida, serem encaminhados eletronicamente ao TCU – Tribunal de contas de União, para registro final dos atos.

10.8 Descrever os principais riscos identificados na gestão de pessoas da unidade jurisdicionada e as providências adotadas para mitigá-los

Riscos

- Incapacidade de cumprir suas atribuições devido ao número insuficiente de servidores para executar as atividades, em decorrência de:
  - ✓ Que o último concurso com vagas específicas para a instituição ocorreu há 27 anos;
  - ✓ Envelhecimento do quadro de pessoal, aposentadorias e falecimentos sem que haja preenchimento das vagas abertas;
  - ✓ 61% dos servidores percebendo abono de permanência, com direito à aposentadoria no instante que assim decidir;
- Perda do conhecimento agregado por cada um servidor que aposenta ou falece, haja vista que não há como transferir as informações para um novo.

Providência

Constantes gestões junto aos Ministérios da Agricultura e do Planejamento, com a finalidade de obter aprovação para abertura de concurso público que atenda as necessidades específicas da instituição.

10.9 Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas

O Sistema de Avaliação de Desempenho - SISAD, do Ministério da Agricultura, é a ferramenta utilizada para realizar a avaliação do desempenho institucional e Individual dos servidores, conforme descreve o decreto nº 7.133 de 19 de março de 2010 e a portaria nº 1.031, de 22 de outubro de 2010, diagnosticar e analisar a atuação da força de trabalho e da instituição, promovendo o crescimento pessoal, profissional e institucional e, consequentemente, aprimorando o desempenho do órgão e de seus servidores. Além disso, o SISAD – Sistema Avaliação de Desempenho fornece informações que auxi-

liam na revisão de estratégias e metodologias de trabalho, minimizando os problemas encontrados e melhorando as práticas de trabalho.

10.9.1 Inf. sobre a contratação de mão de obra de apoio e sobre a política de contratação de estagiários

A contratação de estagiários ocorre seguindo a seguinte metodologia:

Inicialmente é feito estudo para definir o número de vagas e distribuição dos aprovados, que se dá com base na demanda apresentadas pelas unidades usuárias.

Tais informações são passadas aos interessados em participar do processo seletivo a vagas remuneradas. Neste caso, para estudantes do ensino médio, técnico e superior é necessário que esteja cadastrado no CIEE, a quem cabe encaminhar os candidatos à unidade de pessoas da CEPLAC para participarem do processo seletivo.

O processo seletivo e acompanhamento das atividades de estágio ocorre de acordo com critérios definidos na Lei de nº 11.788 de 25/09/2008.

Os estágios obrigatórios e não obrigatórios (curricular e extra curricular) seguem a mesma Lei.

ITEM 11 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

11.1 Gestão da Frota de Veículos por UG

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
- Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A frota de veículo à disposição da CEPLAC tem como função atender as demandas provenientes da implementação dos projetos voltados ao atendimento do público alvo preferencial - o agricultor, nos seis Estados onde se faz presente.

Também atua na colaboração com órgãos governamentais e entidades parceiras para suprir as necessidades informadas por elas, seja em programas de saúde, eleitoral ou em calamidade decretada.

Os veículos de transporte coletivo tem como finalidade precípua a condução de servidores para o ambiente de trabalho.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra "c" supra;

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Os quadros a seguir contem dados relativos às alíneas C, D e E

UG – 130.010 DIRET/CEPLAC

Grupo	Utilização		Qtde	Média km ou Hora trator	Observação	Descrição	Idade Média
IV veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Pessoal	01	10Km/L	Parati 1.6	Ano,2008/2008-Gasolina/Etanol	06
		Pessoal	01	08Km/Lt	Astra 2.0	Ano,2009/2010-Gasolina/Etanol	05
		Pessoal	01	8,7Km/Lt	Corola 2.0	Ano, 2007/2008-Gasolina/Etanol	07
		Pessoal	01	10 Km/Lt.	Peugeot	Ano, 1997	17
		Pessoal	04	10Km/Lt	Palio	Ano, 2007/2007-Gasolina/Etanol	07
		Pessoal	01	9Km/Lt	Siena	Ano, 2003/2004-Gasolina	11
		Pessoal	01	10Km/Lt	Gol	Ano, 2004/2005-Etanol	10
		Pessoal	01	10Km/Lt	Sandeiro	Ano, 2011/2011 - Gosolina	03
		Misto	01	10Km/Lt	Strada	Gasolina/Etanol	

Grupo	Utilização		Qtde	Média km ou Hora trator	Observação	Descrição	Idade Média
		Coletivo	01	08Km/Lt	Van Boxe-330M	Ano, 2011/2011-Diesel	03
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Carga	01	08Km/Lt	S10	Ano, 1998/1998-Gasolina	16
			14				

CUSTO AGREGADO					
Prefixo	Placa	Marca	Serviços	Outros	Total
	APS-5476	Parati	0,00	1.037,55	1.037,55
	BVZ-9078	S-10	0,00	310,15	310,15
	HIG-5851	Astra	2.808,08	5.009,60	7.817,68
	JFP-8015	Siena	140,00	834,54	974,54
	JIL-2071	Van Boxi-330M	350,00	1.766,66	2.116,66
	JJE-7521	Corola	152,20	1.632,29	1.784,49
	JQQ-3032	Palio	497,18	2.284,92	2.782,10
	JQQ-3131	Palio	158,50	1.376,51	1.535,01
	JQQ-3133	Palio	148,50	1.306,80	1.455,30
	NFQ-1592	Gol	244,58	85,58	330,16
	GMF-5777	RANGER	0,00	0,00	0,00
	GMF-5275	Peugeot	0,00	0,00	0,00
	MIT-4391	Sandeiro	0,00	0,00	0,00
	GMF-5312	Strada	0,00	0,00	0,00
TOTAIS			4.499,04	15.644,60	20.143,64
CUSTO MÉDIO(*)			2.014,64		

(*) Apenas os veículos que estavam em uso foram considerados para obtenção do custo médio.

UG – 130.122 SUEBA/DIRET/CEPLAC

Grupo	Utilização		Qtde	Média km ou Hora trator	Observação	Descrição
IV veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Pessoal	09	13Km/L	Fiat, Uno	Ano, 2005/2007- Gasolina
		Pessoal	04	10Km/Lt	Gol	Ano,1995/1999/2001- Gasolina
		Pessoal	03	14Km/Lt	Celta	Ano, 2012-Flex
		Pessoal	01	10 Km/Lt.	GM-Cadete Ambulância	Ano, 1997
		Pessoal	01	13 Km/Lt.	VW-Kombi	Ano, 2011
		Pessoal	05	15Km/Lt	Motocicleta Honda CG-125	Ano,2005/2008- Gasolina
		Coletivo	01	10Km/Lt	Van Pegeot	Ano, 2011
		Coletivo	03	5,0 Km/Lt.	Micro ônibus	Ano,1997
	No transporte de	Carga leve	04	10 Km/Lt	Caminhonete Ford Ranger	Ano, 2004,2011

Grupo	Utilização		Qtde	Média km ou Hora trator	Observação	Descrição
	carga e realização de atividades específicas	Carga pesada	08	3,35 KM/Lt.	Mercedes Benz ônibus	Ano,1997,2010
		Carga Pesada	02	4,0 Km/Lt.	Mercedes Benz 608	Ano, 1979
		Carga pesada	04	5,0 Km/Lt.-	Ford Cargo Caminhão	Ano,1998/2010
		Carga Pesada	01	10 Km/Lt.	Ford- F-4000	Ano, 2011
		Carga Pesada	01	8 Km/Lt.	Mercedes Benz Caçamba	Ano, 1987
		Carga Pesada	01	8 Km/Lt.	Ford Cargo Baú	Ano, 2010
			48			

Prefixo	Placa	Marca	SERVIÇOS	OUTROS
162	JOE-3143	MERC.BENZ-608-D	4.648,96	0,00
225	JOE-3279	MERC.BENZ 608-D	3.750,79	4.871,32
228	JOE-2758	MERC.BENZ 608 - D	1.138,83	2.807,07
649	JOE-8182	M.BENZ/LK 1118	460,46	1.825,06
804	JME-4421	GM/CADETE/IPANEM	1.688,62	1.963,73
819	JME-4451	MICRO ÔNIBUS	8.319,23	1.258,70
835	JME-6801	MERC.BENZ/ONIBUS	2.564,54	9.258,80
836	JME-6811	MERC.BENZ/ONIBUS	2.976,41	5.761,26
837	JME-6821	MERC.BENZ/ONIBUS	10.815,90	12.711,28
838	JME-6831	MERC.BENZ/ONIBUS	3.312,83	11.567,43
839	JME-6841	MERC.BENZ/ONIBUS	5.143,52	9.640,24
846	JME-7471	MICRO ÔNIBUS	4.341,75	3.804,28
870	JME-7411	MICRO ÔNIBUS	6.472,79	2.331,84
874	JLE-9787	AGRALE/MICRO	847,08	2.567,87
895	JOE-0605	FORD CARGO	5.921,58	2.062,29
925	JOE-7543	VW GOL	995,21	2.353,67
926	JOE-7503	VW GOL	1.065,90	2.866,81
942	JQC-8311	FORD RANGER	5.791,60	2.869,19
950	JQC-5021	FIAT UNO	297,01	1.824,06
956	JLV-9322	VW GOL	1.316,85	1.874,07
963	JQQ-3134	FIAT UNO	4.178,18	3.977,58
964	JQQ-3056	FIAT UNO	4.466,17	3.281,11
965	JQQ-3057	FIAT UNO	1.256,70	3.981,01
1018	JQQ-3138	FIAT UNO	1.791,38	3.674,09
1053	JQQ-3015	FIAT UNO	4.115,88	2.974,92
1054	JQQ-3118	FIAT UNO	3.568,35	2.827,72

Prefixo	Placa	Marca	SERVIÇOS	OUTROS
1083	JSY-9715	FORD RANGER	1.262,31	2.364,24
1102	NTE-0337	FIAT UNO	2.951,97	2.874,29
1123	JIL-6871	FIAT UNO	2.809,95	2.827,72
1111	NTN-3854	ÔNIBUS	3.641,09	8.853,90
1112	NTN-5390	ÔNIBUS	5.086,91	11.739,38
1113	NTN-4053	ÔNIBUS	2.786,10	14.678,74
1130	NYR-0760	FORD F-4000	9.077,79	4.530,04
1132	NYS-1567	FORD CARGO/BAÚ	4.908,96	7.547,55
1136	NYT-4435	FORD CARGO/CAMIN	3.665,31	2.298,14
1148	NYX-8018	VW KOMBI	3.987,99	1.808,16
1149	NYX-0924	FORD CARGO/MUNK	1.086,24	2.040,26
1153	NZO-1716	VAN/PEUGEOUT	1.298,63	2.798,75
1154	NZP-5511	CELTA	174,75	285.89
1155	NZP-4216	FORD RANGER	3.644,43	6.243,88
1156	NZP-5161	FORD RANGER	1.316,33	2.922,51
9012	JQT-1461	MOTO	2.393,64	1.238,55
9014	JQC-7341	MOTO	667,38	1.425,10
9016	JQC-9202	MOTO	18,62	958,85
9018	JRI-3513	MOTO	648,76	868,99
	TRA	TRATOR ESTEIRA	5.222,82	2.350,25
	PAT	PATROL	6.811,57	1.895,27
	TRA	TRATOR RODAS	6.288,62	1.789,65
	TRA	TRATOR PNEU	6.804,62	2.325,50
TOTAL			167.801,31	191.601,01
			359.402,32	
CUSTO MÉDIO			7.487,54	

UG – 130.125 GERES/DIRET/CEPLAC

Grupo	Utilização		Qtde.	Média km ou Hora trator	Marca/Tipo	Descrição	Idade Média
IV veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Pessoal	03	13Km/L	Fiat, Uno	Ano, 2007(Gasolina)/2010-Flex	05 anos
		Pessoal	01	12Km/Lt	Fiat, Pálio	Ano, 2007- Gasolina	07 anos
		Pessoal	02	14Km/Lt	Chevrolet - Celta	Ano, 2012 - Flex	02 anos
		Pessoal	01	08 Km/Lt.	Toyota- Band.-Jeep	Ano, 1998 - Diesel	16 anos
		Pessoal	01	0 Km/Lt.	Honda-	Ano,1987 Gasolina	27 anos

Grupo	Utilização		Qtde.	Média km ou Hora trator	Marca/Tipo	Descrição	Idade Média
					Motocicleta – CG 125		
		Pessoal	02	9,3 Km/Lt	Ford-Ranger	Ano, 2010/2012-Diesel	03 anos
		Coletivo	01	5,0 Km/Lt	Agrale Microônibus	Ano, 1997 - Diesel	17 anos
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Carga Pesada	01	3,36 Km/Lt.	GMC 6.150 Caminhão	Ano, 1996 - Diesel	18 anos
		Agrícola	04	Lt/Hora	Valmet; New Holland; Agrale e Tramontine	1975/1978/1998/2009	24 anos
Total			16				

CUSTO ASSOCIADO				
Prefixo	Placa	Marca	Total	Outros
1168	NZP6588	2011/2011	7.414,01	3.480,35
1109	NTF 2660	2010/2010	7.230,38	4.195,02
1110	NTF 0013	2010/2010	3.793,05	1.798,93
1126	NYQ 4123	2010/2011	4.265,99	1.603,94
-x-	OVE-5477	2012/2012	1.662,01	145,32
700	JME 3291	1996/1996	682,79	0,00
844	JME 7441	1997/1998	8.257,36	5197,03
-x-	JIL3811	2011/2012	933,07	357,06
1058	JQQ 3132	2007/2007	2.960,97	2.059,23
1003	JQQ 3025	2007/2007	2.291,30	1844,28
852	JME 7371	1998/1998	1.974,68	1454,24
9008	JOE 3353	1987	0,00	0,00
1919	TRA0019	1975	2.033,25	1.196,13
1920	TRA0032	1978	1.290,46	512,49
1922	TRA3030	1998	4.132,97	2.460,53
-x-	TRA3031	2009	1.745,46	814,71
TOTAIS			**50.667,75**	**27.119,26**
			77.787,01	
CUSTO MÉDIO			**4.861,68**	

UG – 130.127 GERAM/DIRET/CEPLAC

Grupo	Utilização		Qtde	Média km ou Hora trator	Marca/Tipo	Descrição	Idade Média
IV veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Pessoal	01	10KmLt	Gol	1997 gasolina	17 anos
		Pessoal	01	12Km/Lt	Motocicleta	1998 gasolina	16 anos
		Pessoal	03	14Km/Lt	Motocicleta	2011 gasolina	03 anos
		Pessoal	01	14KmLt	Motocicleta	2010 gasolina	04 anos
		Pessoal	01	14 Km/Lt.	Motocicleta	2013 gasolina	01 ano
		Pessoal	02	13Km/Lt	Fiat Uno	2007 gasolina	07 anos
		Pessoal	01	09Km/Lt	Gol	2005 gasolina	09 anos
		Pessoal	01	12Km/Lt	Fiat Um	2010 gasolina	04 anos
		Pessoal	01	11Km/Lt	Fiat Palio	2007 gasolina	07 anos
		Pessoal	03	20L/H	Motor Popa Yamaha	2010/2012 gasolina	04 anos
		Pessoal	10	18L/H	Motor de Popa Mercury	2013 gasolina	02 anos
		Pessoal	08	14L/H	Motor de Popa Sailon e Johnson	2002/2009 gasolina	08 anos
		Coletivo	01	04KmLt	Micro ônibus	1988 diesel	16 anos
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Carga leve	01	09 Km/Lt	Volkswagen saveiro	2002 gasolina	12 anos
		Carga Leve	01	08 Km/Lt	Ford Ranger	2012 diesel	02 anos
		Carga Leve	01	08 Km/Lt	Chevrolet S-10	2011 diesel	03 anos
		Carga Pesada	01	04L/H	Barco Regional	2010 diesel	04 anos
		Carga Pesada	01	04L/H	Barco Regional	1997 diesel	17 anos
		Carga Pesada	01	06KmLt	Trator Agricola MF	1979 diesel	34 anos
TOTAL			40				

CUSTO ASSOCIADO				
Prefixo	**Placa**	**Marca**	**Total**	**Outros**
1	BAR-0001	BARCO, REGIONAL,MADEIRA	14.065,50	2.670,00
2	BAR-0002	BARCO, REGIONAL,MADEIRA	3.500,00	1.050,00
3	NOU-0985	MOTOCICLETA, CROSS	195,00	2.430,07
4	JXX-3190	MOTOCICLETA, HONDA	345,00	-
5	OAA-3913	MOTOCICLETA, HONDA	235,00	-

CUSTO ASSOCIADO				
Prefixo	**Placa**	**Marca**	**Total**	**Outros**
6	OAA-3923	MOTOCICLETA, HONDA	2.150,00	-
7	OAA-3933	MOTOCICLETA, HONDA	230,00	-
8	OAI-5641	MOTOCICLETA, HONDA	194,00	-
9	MOP-0001	MOTOR, POPA	1.000,00	-
10	MOP-0002	MOTOR, POPA	1.250,00	-
11	MOP-0003	MOTOR, POPA	798,00	-
12	MOP-0004	MOTOR, POPA	2.500,00	-
13	MOP-0005	MOTOR, POPA	2.500,00	-
14	MOP-0006	MOTOR, POPA	422,90	-
15	MOP-0007	MOTOR, POPA	600,00	-
16	MOP-0008	MOTOR, POPA	1.152,00	-
17	MOP-0009	MOTOR, POPA	1.354,00	-
18	MOP-0010	MOTOR, POPA	1.200,00	-
19	MOP-0011	MOTOR, POPA	-	-
20	MOP-0012	MOTOR, POPA	1.075,00	-
21	MOP-0013	MOTOR, POPA	850,00	-
22	MOP-0014	MOTOR, POPA	669,99	-
23	MOP-0015	MOTOR, POPA	1.850,00	-
24	MOP-0016	MOTOR, POPA	1.000,00	-
25	MOP-0017	MOTOR, POPA	1.000,00	-
26	MOP-0018	MOTOR, POPA	-	-
27	MOP-0019	MOTOR, POPA	700,00	-
28	MOP-0020	MOTOR, POPA	2.450,00	-
29	MOP-0021	MOTOR, POPA	600,00	-
30	TRA-0010	TRATOR, AGRICOLA	4.158,77	2.773,00
31	NZA-9206	VEICULO, CHEVROLET	3.683,50	5.520,00
32	NOQ-6203	VEÍCULO, FORD RANGER	2.986,87	1.950,00
33	JWP-2497	VEICULO, GOL	197,60	-
34	JQC-8721	VEÍCULO, GOL	379,80	-
35	JFP-8792	VEICULO, MICRO ONIBUS	11.985,00	5.211,58

CUSTO ASSOCIADO				
Prefixo	**Placa**	**Marca**	**Total**	**Outros**
36	JQQ-3012	VEÍCULO, PÁLIO	5.741,45	5.337,66
37	JWS-6521	VEICULO, SAVEIRO	300,00	-
38	JQQ-3028	VEÍCULO, UNO MILLE	4.138,50	3.253,32
39	JQQ-3108	VEÍCULO, UNO MILLE	869,10	-
40	JXW-9042	VEÍCULO, UNO MILLE	4.990,45	-
TOTAIS			83.317,43	30.195,63
TOTAL			113.513,06	
CUSTO MÉDIO			2.837,82	

UG – 130.128 SUERO/DIRET/CEPLAC

Grupo	**Utilização**		**Qtde**	**Média km ou Hora trator**	**Marca/Tipo**	**Descrição (anos)**	**Idade Média (anos)**
IV veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Pessoal	19	12	Fiat/Uno-Pálio	2007/2008/2009/2010	7
		Pessoal	03	8	Ford/Fiesta	2010	3
		Pessoal	04	11	VW/Gol	2006	8
		Pessoal	01	5	VW/Kombi	1991	17
		Pessoal	02	10	JEEP/Suzuki	2010	5
		Pessoal	02	10	Chevrolet/Celta	2012	2
		Pessoal	04	27	Motocicleta/Honda-Yamaha	1999/2001/2005/2010	15
		Coletivo	01	3	Micro ônibus/Agrale	1988	26
		Coletivo	02	3	Micro Ônibus/VW/MB	1997	16
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Carga leve	06	9	Ford/Ranger	2005/2010	5
		Carga Leve	03	03	CHEVROLET/Puck Up	2012	2
		Carga Leve	02	7	Toyota/Pick Up	1999	15
		Carga Leve	02	9	Mitsubishi/L-200	2008	6
		Carga Leve	02	9	Chevrolet/Montana	2009	5
		Carga Leve	01	10	Land Rover/Pick Up	2000	14

Grupo	Utilização		Qtde	Média km ou Hora trator	Marca/Tipo	Descrição (anos)	Idade Média (anos)
		Carga Pesada	03	0,74/h	Trator/Agrale e Valmet	1980/1995/2010	19
		Carga Pesada	03	4	Caminhão/VW	1996/1998/2010	13
TOTAL			60				

CUSTO ASSOCIADO					
Prefixo	**Placa**	**Marca**	**Combustível**	**Manutenção**	**Total**
01	73.556	Trator Agrale	277,00	0,00	277,00
02	00030	Trator Agrale	831,00	213,01	1.044,01
03	23.926	Trator Valmet	2.420,28	2.064,26	4.484,54
04	NED-3478	Jeep/Suzuki	5.221,00	280,00	5.501,00
05	NED-3508	Jeep/Suzuki	2.739,00	1.035,00	3.774,00
06	NCA-6809	Micro ônibus/MB	4.139,67	8.232,26	12.371,93
07	NBQ-5869	Micro ônibus/VW	1.482,00	1.887,00	3.369,00
08	NBX-4929	Micro Ônibus/VW	3.049,12	1.042,33	4.091,45
09	NLO-1064	Chevrolet/Montana	598,00	0,00	598,00
10	NDW-9341	L-200/MT	4.359,57	5.175,96	9.535,53
11	NDZ-7629	L-200/MT	5.245,66	2.165,04	7.410,70
12	NBS-5579	Toyota/Pick Up	1.311,77	0,00	1.311,77
13	NBS-5609	Toyota/Pick Up	738,45	2.234,80	2.973,25
14	NBX-3667	Chevrolet/Pick Up	7.309,00	4.879,00	12.188,00
15	NBX-3677	Chevrolet/Pick Up	5.958,53	1.097,09	7.055,62
16	NBX-3847	Chevrolet/Pick Up	4.990,89	5.680,90	10.671,79
17	NYS-4413	Ford/Pick Up	1.716,15	2.136,95	3.853,10
18	NYS-9419	Ford/Pick Up	6.321,75	17.651,49	23.973,24
19	NDE-5167	Ford/Pick Up	324,64	0,00	324,64
20	NDK-1390	Ford/Pick Up	2.759,86	5.075,89	7.835,75
21	NDW-3098	Ford/Pick Up	8.447,91	10.652,90	19.100,081
22	JJL-6648	Ford/Pick Up	15.663,33	7.079,68	22.743,01
23	NCP-6752	Gol/VW	1.404,00	1.855,00	3.259,00
24	NBN-2811	Gol/VW	4.584,44	0,00	4.584,44
25	NCP-2461	Gol/VW	1.684,37	2.141,50	3.825,87
26	NCP-2451	Gol/VW	661,13	27,99	689,12
27	NBR-6021	Fiesta/Ford	7.133,42	5.600,17	12.733,59
28	NBR-6001	Fiesta/Ford	2.553,41	449,40	3.002,81
29	NDR-6031	Fiesta/Ford	5.480,39	741,93	6.222,32
30	JQQ-3104	Uno/Fiat	940,00	2.506,00	3.446,00
31	NBR-3441	Uno/Fiat	620,00	534,00	1.154,00
32	NBR-3531	Uno/Fiat	1.208,00	1.773,00	2.900,81

CUSTO ASSOCIADO					
Prefixo	**Placa**	**Marca**	**Combustível**	**Manutenção**	**Total**
33	NBW-9368	Uno/Fiat	2.048,00	3.500,00	5.548,00
34	NBW-9388	Uno/Fiat	451,00	165,00	616,00
35	NDN-8789	Uno/Fiat	3.092,00	1.300,00	4.392,00
36	JQQ-3115	Uno/Fiat	930,00	1.400,00	2.330,00
37	NDN-8939	Uno/Fiat	2.307,27	1.702,04	4.009,31
38	NDT-9398	Uno/Fiat	1.549,24	538,83	2.088,07
39	NBW-9348	Uno/Fiat	867,49	311,11	1.177,60
40	NBW-9398	Uno/Fiat	1.098,56	111,96	1.210,52
41	JQQ-3014	Palio/Fiat	4.188,19	1.895,46	6.083,65
42	JQQ-3111	Uno/Fiat	1.538,48	3.140,20	4.678,68
43	JQQ-3124	Uno/Fiat	1.449,20	3.167,10	4.616,30
44	JQQ-3109	Uno/Fiat	521,27	55,98	577,25
45	JQQ-3043	Uno/Fiat	700,81	883,26	1.584,07
46	JQQ-3052	Uno/Fiat	1.022,70	2.591,56	3.614,26
47	JQQ-3126	Uno/Fiat	1.002,73	2.861,20	3.863,93
48	JQQ-3053	Uno/Fiat	1.167,36	153,79	1.321,15
49	JFO-1109	Kombi/VW	613,68	1.947,02	2.560,70
50	NBE-4179	Micro ônibus Agrale	150,02	0,00	150,02
51	NBE-4189	Caminhão/VW	1.561,27	181,55	1.742,82
52	NYR-0537	Caminhão/Ford	8.835,22	1.871,99	10.702,21
53	NBQ-5840	Caminhão/Ford	4.475,66	8.306,23	12.781,89
54	NBX-3747	Celta/Chevrolet	2.330,96	592,73	2.923,69
55	NBX-3897	Celta/Chevrolet	1.620,55	113,40	1.733,95
56	NCM-0367	Pick Up /Land Rover	1.461,75	4.920,21	6.381,96
57	NBX-3970	Motocicleta/Honda	209,47	564,95	774,42
58	NCL-2530	Motocicleta/Honda	124,15	378,16	502,31
59	NDR-5190	Motocicleta/Yamaha	90,04	738,41	828,45
60	NLD-1084	Montana/Chevrolet	2.447,20	4.681,85	7.129,05
61	NEE-1782	Motoneta Bis	358,35	163,00	521,35
TOTAIS			**160.386,36**	**142.449,54**	**302.835,90**
CUSTO MEDIO			**5.047,26**		

UG – 130.129 GEREM/DIRET/CEPLAC

TIPO/MODELO	**MARCA**	**PLACA**	**ANO**	**ESTADO DE CONSERVAÇÃO**	**LOTAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
CAMINHÃO 6.150	IMP/GMC	JYM - 3283	1996	BOM1996	ESARI	ATIVO
PERUA/BESTA	KIA MOTORS	JFO 4413	1995	RUIM	ESARI	INATIVO
KOMBI	VOLKSWAGEN	JZB - 2597	1999	REGULAR	ESARI	ATIVO

TIPO/MODELO	MARCA	PLACA	ANO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	LOTAÇÃO	SITUAÇÃO
MOTO XLR 125	HONDA	JYY -4282	1999	RUIM	GEREM	INATIVO
MOTO C100 BIZ	HONDA	JZH - 7147	2000	REGULAR	GEREM	ATIVO
PICK-UP 4x4	MITSUBISHI	JZL - 3108	2001	BOM	GEREM	ATIVO
PICK-UP 4x4	NISSAN	KAB - 8643	2004	BOM	GEREM	ATIVO
PICK-UP 4x4	NISSAN	KFB - 6249	2002	BOM	GEREM	ATIVO
TRATOR COM RODAS	FORD	-	1996	REGULAR	ESARI	ATIVO
PÁLIO	FIAT	JQQ 3006	2007	BOM	ESARI	ATIVO
UNO MILLE	FIAT	JQQ 3116	2007	RUIM	ESARI	INATIVO
UNO MILLE	FIAT	JQQ 3102	2007	BOM	ESARI	ATIVO
VAN BOXER	PEUGEOT	JKH 6991	2005	BOM	GEREM	ATIVO
CAMINHONETE	FIAT	GYU 9472	2010	BOM	ESARI	ATIVO
RANGER OAV-7284	FORD	OAV-7284	2011	BOM	GEREM	ATIVO
RANGER OAV-7294	FORD	OAV-7294	2011	BOM	GEREM	ATIVO
TRATOR AGRAL-LE	AGRALE		2014	BOM	ESARI	ATIVO

CUSTO ASSOCIADO				
VEÍCULO	**PERIODO**	**MANUTENÇÃO**	**COMBUSTÍVEL**	**TOTAL**
CAMINHONETE STRADA	01/01/2014 A 31/12/2014	0,00	1.158,98	1.158,98
VAN BOXER	01/01/2014 A 31/12/2014	0,00	575,97	575,97
PÁLIO	01/01/2014 A 31/12/2014	0,00	1.916,28	1916,28
UNO MILLE	01/01/2014 A 31/12/2014	400,00	499,69	899,69
CAMINHÃO 6.150	01/01/2014 A 31/12/2014	1.459,00	1.278,38	2.737,38
KOMBI	01/01/2014 A 31/12/2014	0,00	172,83	172,83
L-200	01/01/2014 A 31/12/2014	1.243,50	2.503,57	3.747,07
NISSAN KAB-8643	01/01/2014 A 31/12/2014	355,00	1.529,55	1.884,55
NISSAN KFB-6249	01/01/2014 A 31/12/2014	4.967,08	952,19	5.919,27
RANGER OAV-7284	01/01/2014 A 31/12/2014	237,37	10.591,77	10.829,14
RANGER OAV-7294	01/01/2014 A 31/12/2014	608,69	10.226,22	10.834,91
ROÇADEIRA	01/01/2014 A 31/12/2014	0,00	673,60	673,60
TRATOR FORD	01/01/2014 A 31/12/2014	0,00	1.545,50	1.545,50
TRATOR AGRALE	01/01/2014 A 31/12/2014	180,00	442,50	622,50
TOTAL		**9.450,64**	**34.067,03**	**43.517,67**

UG – 130.132 CENEX/SUEBA/CEPLAC

Grupo	Utilização	Qtde	Média km ou Hora trator	Marca/Tipo	Descrição	Idade Média	UG
IV veículos de serviços comuns	Serviço de extensão e assistência técnica	131	5.391	Diversos	Não informado	09	130.132 –CENEX/SUEBA
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	13	9.207	Diversos	Não informado	12	
TOTAL		144					

CUSTO ASSOCIADO					
Prefixo	Placa	Marca	Combustíveis	Manutenção	Total
	Grupo 1	Diversas	141.424,04	173.484,21	314.908,25
	Grupo 2	Diversas	29.837,04	33.788,24	63.625,28
TOTAIS			171.261,08	207.272,45	378.533,53

A informação com dados agrupados foi em decorrência de problemas no funcionamento do SCVA, motivo que impossibilitou a emissão de relatórios completos.

UG – 130.133 CEPEC/SUEBA/CEPLAC

Grupo	Utilização		Qtde	Média km ou Hora trator	Marca/Tipo	Descrição	Idade Média	UG
IV veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Pessoal	27	1.215,99	Fiat Uno, Gol e Celta	Gasolina / Flex	07 anos	130.133 – CEPEC/SUEBA
		Coletivo	10	975,93	Vans e Kombi	Diesel / Flex	03 anos	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Carga leve	15	1.557,48	Pickup e Camionetes Ranger	Diesel e Gasolina	05 anos	
		Carga pesada	04	1.112,33	Caminhões Ford e GMC	Diesel	02 anos	
		Motos e Tratores	22	34,53	Agralle, Honda, Sandown, M Ferguson, Tobata e Valmet	Diesel	22 anos	
TOTAL			78					

CUSTO ASSOCIADO					
Prefixo	Placa	Marca	Combustíveis	Manutenção	Total
699	JME 3311	GMC	2.298,72	7.130,50	9.429,22
714	JME 3761	PICK UP VW	1.406,00	1.224,30	2.630,30
817	JME 3811	FORD F 1000	1.195,94	2.650,56	3.846,50
819	JME 4451	M ÔNIBUS AGRALE	9.176,51	7.556,11	16.732,62
840	JME 9631	SPRINGTER MB	85,67	1.002,48	1.088,15
842	JME 9102	F CARGO 814	581,42	3.741,50	4.322,92
847	JME 7481	M. ÔNIBUS AGRALLE	1.899,85	15.681,56	17.581,41
878	JME 7901	JEEP TOTOTA	1.296,27	11.702,33	12.998,60
883	JME 7851	JEEP TOYOTA	5.553,92	4.203,91	9.757,83
884	JME 8071	JEEP TOYOTA	1.621,67	4.724,78	6.346,45
929	JOE 9983	VW KOMBI	759,50	1.153,22	1.912,72
930	JOE 7911	VW KOMBI	1.728,86	4.919,24	10.105,62
934	JQC 4631	F COURRIER	2.254,20	6.624,68	8.878,88
939	JQT 1524	VW GOL	403,97	105,25	509,22
955	JLV 9323	VW GOL	2.183,47	2.731,16	4.914,63
957	JLV 9321	VW GOL	2.245,81	3.543,44	5.789,25
966	JQQ 3058	FIA UNO	3.742,90	4.811,05	8.553,55
967	JQQ 3059	FIAT UNO	1.655,48	3.415,37	5.070,85
968	JQQ 3061	FIAT UNO	2.189,91	2.782,21	4.972,12
979	JQQ 3046	FIAT UNO	2.590,15	10.168,21	12.758,36
980	JQQ 3042	FIAT UNO	2.015,89	2.651,21	4.667,10
981	JQQ 3107	FIAT UNO	2.577,55	5.084,14	7.661,69
999	JQQ 3016	FIAT UNO	3.104,18	7.997,34	11.101,52
1000	JQQ 3023	FIAT UNO	3.741,81	3.725,90	7.467,71
1002	JQQ 3024	FIAT UNO	2.406,90	3.489,62	5.896,52
1055	JQQ 3129	FIAT PÁLIO	2.550,30	533,25	2883,55
1070	JFO 0979	CHEVROLET S10	2.483,96	1.709,74	4.193,70
1080	JSY 4121	FORD RANGER	5.231,36	14.768,36	19.999,72
1082	JSY 8711	FORD RANGER	6.073,05	41.467,20	47.540,25
1095	JSZ 3297	BOX PEUGEOT	5.498,48	7.695,63	13.194,11
1097	NTE 1435	FIAT UNO	3.732,00	2.491,71	6.623,71
1098	NTE 3483	FIAT UNO	3.059,97	2.985,63	6.045,60
1099	NTE 9660	FIAT UNO	2.528,36	1.327,74	3.856,10
1101	NTE 1690	FIAT UNO	3.768,46	3.487,64	7.256,10
1103	NTE 8040	VW KOMBI	2.479,11	3.239,74	5.718,85
1124	NYN 4313	VW KOMBI	2.937,31	3.045,36	5.982,67
1125	NYO 5401	FORD RANGER	8.509,72	9.763,92	18.273,64
1138	NYT 9579	CELTA	4.640,75	2.102,65	6.743,40
1139	NYT 4602	CELTA	3.559,45	4.193,95	7.753,40

CUSTO ASSOCIADO					
Prefixo	Placa	Marca	Combustíveis	Manutenção	Total
1140	NYT 0114	CELTA	2.760,98	1.901,80	4.662,78
1141	NYT 3091	S 10	3.467,18	6.148,13	9.615,31
1150	JFP 6776	FORD RANGER	5.408,75	10.904,21	16.312,96
1151	NZO 9642	BOXER PEUGEOT	4.992,03	2.147,37	7.139,40
1152	NZO 8341	BOXER PEUGEOT	7.694,27	3.837,04	11.531,31
1160	NZP 3221	CELTA	3.307,12	1.683,20	4.990,32
1161	NZP 6652	CELTA	3.245,23	621,36	3.866,59
1162	NZP 8883	CELTA	2.779,93	163,25	2.943,18
1163	NZP 4568	CELTA	3.162,12	886,26	4.048,38
1165	NZP 4527	FORD RANGER	7.742,23	8.440,86	16.183,09
1166	NZP 5274	FORD RANGER	6.612,28	7.814,50	14.426,78
1167	NZP 1069	FORD RANGER	11.239,01	17.722,68	28.961,69
1180	OKK 3601	S 10	5.142,79	3.026,11	8.168,90
1181	OKK 2773	S 10	5.249,95	2.814,30	8.064,25
1182	OLD 8477	FORD CARGO	8.493,41	3.201,32	11.694,73
1183	OLD 8476	FORD CARGO	6.410,50	4.700,42	11.110,92
1188	ATW 8972	FORD RANGER	494,99	1.026,62	1.521,61
9011	JOE 6216	MOTO HONDA	260,82	290,90	551,72
9019	JRI 9512	MOTO SANDOWN	178,67	290,90	469,57
9020	JRI 2878	MOTO SANDOWN	353,69	653,02	1.006,71
TOTAL			204.764,77	298.406,34	503.324,13

UG - UG 130.126 SESAF/SUEPA/CEPLAC

Grupo	Utilização		Qtde	Média km ou Hora trator	Observação	Descrição	Idade Média
IV veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Pessoal	10	13Km/L	Fiat, Uno	Ano,2005/2007-Gasolina	07 anos
		Pessoal	07	10Km/Lt	Gol	Ano,1995/1999/2001-Gasolina	18 anos
		Pessoal	04	14Km/Lt	Celta	Ano, 2012-Flex	02 anos
		Pessoal	01	10 Km/Lt.	GM-Cadete Ambulância	Ano, 1997	17 anos
		Pessoal	01	13 Km/Lt.	VW-Kombi	Ano, 2011	03 anos
		Pessoal	06	15Km/Lt	Motocicleta Honda CG-125	Ano,2005/2008-Gasolina	08 anos
		Coletivo	01	10Km/Lt	Van Pegeot	Ano, 2011	03 anos
		Coletivo	05	5,0 Km/Lt.	Micro ônibus	Ano,1997	17 anos
	No transporte de carga e realização de	Carga leve	04	10 Km/Lt	Caminhonete Ford Ranger	Ano, 2004,2011	03 anos
		Carga	08	3,35	Mercedes Benz	Ano,1997,2010	14 anos

Grupo	Utilização		Qtde	Média km ou Hora trator	Observação	Descrição	Idade Média
	atividades específicas	pesada		KM/Lt.	ônibus		
		Carga Pesada	02	4,0 Km/Lt.	Mercedes Benz 608	Ano, 1979	35 anos
		Carga pesada	04	5,0 Km/Lt.-	Ford CargoCaminhão	Ano,1998/2010	04 anos
		Carga Pesada	01	10 Km/Lt.	Ford- F-4000	Ano, 2011	03 anos
		Carga Pesada	02	8 Km/Lt.	Mercedes Benz Caçamba	Ano, 1987	27 anos
		Carga Pesada	01	8 Km/Lt.	Ford Cargo Baú	Ano, 2010	04 anos
			57				

UG 130.126 - SESAF/SUEPA/CEPLAC

CUSTO ASSOCIADO				
Prefixo	Placa	Marca	Total	Outros
225	JOE-3279	MERC.BENZ 608-D	4.413,13	1.839,50
228	JOE-2758	MERBENZ 608 - D	6.039,73	1.798,20
232	JOE-2824	MERCES BENZ/1113	4.933,31	385,70
629	JOE-2844	CHEVROLET/PCIK-UP	1.822,40	1.212,01
649	JOE-8182	M.BENZ/LK 1118	1.915,87	887,45
658	TX-658	TRATOR	2.792,40	0,00
804	JME-4421	GM/CADETE/IPANEM	1.722,68	767,28
819	JME-4451	MICRO |ÔNIBUS	552,92	469,85
835	JME-6801	MERC.BENZONIBUS	17.958,56	6.812,20
836	JME-6811	MERC.BENZ/ONIBUS	6.935,84	5.852,36
837	JME-6821	MERC.BENZ/ONIBUS	8.336,16	4.936,51
838	JME-6831	MERC.BENZ/ONIBUS	6.083,82	4.225,60
839	JME-6841	MERC.BENZ/ONIBUS	6.332,67	4.385,69
846	JME-7471	MICRO ÔNIBUS	582,77	4.825,60
870	JME-7411	MICRO ÔNIBUS	5.458,23	2.879,68
874	JLE-9787	AGRALE/MICRO	2.030,05	1.785,20
878	JME-7901	TOYOTA	547,09	685,55
895	JOE-0605	FORD CARGO	4.947,18	1.429,69
903	JOE-0403	TOYOTA	815,36	526,30
942	JQC-8311	FORD RANGER	3.669,20	2.725,52
950	JQC-5021	FIAT UNO	5.304,06	7.598,55
963	JQQ-3134	FIAT UNO	2.272,37	3.063,25
964	JQQ-3056	FIAT UNO	1.604,14	2.126,66

CUSTO ASSOCIADO				
Prefixo	Placa	Marca	Total	Outros
965	JQQ-3057	FIAT UNO	1.652,28	3.946,06
1018	JQQ-3138	FIAT UNO	3.334,15	2.985,77
1053	JQQ-3015	FIAT UNO	2.836,21	6.857,55
1054	JQQ-3118	FIAT UNO	112,46	3.229,69
1102	NTE-0337	FIAT UNO	452,55	3.569,58
1123	JIL-6871	FIAT UNO	0,00	2.798,99
1111	NTN-3854	ÔNIBUS	5.720,63	6.396,51
1112	NTN-5390	ÔNIBUS	4.712,31	10.398,66
1113	NTN-4053	ÔNIBUS	8.724,18	12.859,50
1130	NYR-0760	FORD F-4000	2.775,13	4.396,36
1132	NYS-1567	FORD CARGO/BAÚ	2.625,57	54.985,55
1136	NYT-4435	FORD CARGO/CAMIN	1.495,43	798,85
1149	NYX-0924	FORD CARGO/MUNK	2.767,37	1.957,85
1153	NZO-1716	VAN/PEUGEOUT	0,00	3.336,36
1154	NZP-5511	CELTA	46,09	2.852,69
1157	NZP-1748	CELTA	0,00	2.798,50
1158	NZP-9634	CELTA	0,00	2.425,60
1159	NZP-6780	CELTA	0,00	1.285,20
1155	NZP-4216	FORD RANGER	622,53	5.985,20
1156	NZP-5161	FORD RANGER	0,00	3.948,52
7087	-	TRATOR	91,49	0,00
9012	JQT-1461	MOTO	997,50	1.285,20
TR045	-	TRATOR	139,61	0,00
46 VEÍCULOS			0,00	0,00
TOTAL			136.175,43	200.316,54
TOTAL GERAL			336.491,97	
CUSTO MÉDIO			7.315,04	

FROTA DE VEÍCULOS - DETALHAMENTO

UG	Quantidade	Tempo de uso	Custo total	Custo médio
DIRET	14	De 3 a 17 anos	20.143,64	*2.014,36
ADM/SUEBA	48	De 3 a 36 anos	359.402,32	7.487,54
CENEX/SUEBA	144	De 9 a 12 anos	378.533,53	2.628,70
CEPEX/SUEBA	78	De 2 a 22 anos	503.324,13	6.452,87
SUEBA/TOTAL	270	-	1.257.829,09	4.658,62
SUEPA/SEFAZ	57	De 02 a 35 anos	336.491,97	5.903,37
SUERO	60	De 2 a 26 anos	302.835,90	5.047,26
GERES	16	De 2 a 24 anos	77.787,01	4.861,68
GERAM	40	De 2 a 34 anos	113.531,06	2.838,28
GEREM	17	De 1 a 20 anos	43.517,67	2.559,06
TOTAIS	744	-	2.152.136,34	2.870,38

(*) Para definição do custo médio foi utilizado o total de 10 veículos, tendo em vista que do total, 04 não foram utilizados no exercício.

f) Plano de substituição da frota;
- É informado anualmente através do PAAV

g) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;
- Tendo em vista que a Ceplac dispõe de pessoal no cargo de motorista, torna-se menos oneroso a aquisição em detrimento da locação.

h) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.
- A Ceplac dispõe de um Núcleo de Transporte central e setores localizados nas Unidades operacionais, que realizam o controle da frota, utilizando a ferramenta sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA – SCVA.

11.2 - Discriminação dos Bens Imóveis por Estado e UG

11.2.1 – Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada

A estrutura da CEPLAC contempla unidades de controle e gestão do patrimônio em cada um dos Estados, com responsabilidade das UGs.

Dispõe de ferramenta eletrônica de controle de móveis e utensílios, desenvolvida e adaptada pela CEPLAC.

Os veículos são registrados e controlados por meio do SCVA. Todas as unidades estaduais dispõem do sistema e pessoal qualificado para gestão.

Na área de imóveis, o SPIUnet é o instrumento que propicia o controle e auxilio na gestão.

11.2.2 - Distribuição geográfica dos imóveis da União

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
COD	**BAHIA**		
	AIQUARA	**-**	**01**
130132	ARATACA	**01**	**02**
	BARRA DO ROCHA	**-**	**01**
	BARRO PRETO	**-**	**02**
130132 130133	BELMONTE	**02**	**01**
130122	BUERAREMA	**01**	**01**
	CAMACAN	**-**	**-**
	CAMAMU	**-**	**01**
130133	CANAVIEIRAS	**02**	**02**
130132	EUNÁPOLIS	**01**	**01**
	FLORESTA AZUL	**-**	**01**
	GANDÚ	**-**	**02**
	GONGOGI	**-**	**01**
130132	ITAMARAJÚ	**01**	**01**

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
	IBICARAÍ	-	01
	IBIRAPITANGA	-	01
	IBIRAPUÃ	-	01
	IBIRATAIA	-	01
130122	ILHÉUS	01	01
	ILHÉUS	-	01
130133	ITABELA	01	01
	ITAGIBÁ	-	01
130132 130133	ITAJUIPE	02	01
130132	ITAMARI	02	02
	ITANHÉM	-	01
	ITORORÓ	-	01
130132	ITUBERÁ	01	01
130132	JITAÚNA	01	01
130133	JUSSARI	01	01
	LAJE	-	01
130122	MARAÚ	01	01
	MASCOTE	-	01
	MEDEIROS NETO	-	01
	MUTUÍPE	-	01
	PAU BRASIL	-	02
130133	PORTO SEGURO	01	01
130122	SALVADOR	01	01
	SANTA LUZIA	-	01
130133	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	01	01
130132	TAPEROÁ	01	01
	TEIXEIRA DE FREITAS	-	01
130132	TEOLÂNDIA	01	01
130132	UBAITABA	01	01
130132	UBATÃ	01	01
130133	UNA	02	02
130008	URUÇUCA	02	01
	VALENÇA	-	02
COD	MATO GROSSO		
130129	ALTA FLORESTA	04	04
130129	PARANAITA	01	01
COD	MARANHÃO		
130126	SANTA INÊS	01	
COD	ESPÍRITO SANTO		
130125	LINHARES	02	02
COD	RONDÔNIA		
130128	ARIQUEMES	02	02
130128	BURITIS	01	01
130128	CACAULÂNDIA	01	01
130128	CACOAL	02	02
130128	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	01	01
130128	COLORADO DO OESTE	01	01
130128	JARU	01	01

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
130128	JI PARANÁ	01	01
130128	MACHADINHO DO OESTE	01	01
130128	MIRANTE DA SERRA	01	01
130128	OURO PRETO DO OESTE	02	02
130128	PORTO VELHO	01	01
130128	URUPÁ	01	01
COD	AMAZONAS		
130127	ITACOATIARA	01	01
130127	MANAUS	01	01
COD	PARÁ		
130126	ACARÁ	01	01
130126	ALENQUER	01	01
130126	ALTAMIRA	04	04
130126	ANANINDEUA	01	01
130126	BELÉM	01	01
130126	BENEVIDES	01	01
130126	BRASIL NOVO	03	03
130126	CAMETÁ	02	02
130126	CASTANHAL	01	01
130126	ITAITUBA	04	04
130126	MEDICILÂNDIA	39	39
130126	NOVO REPARTIMENTO	01	01
130126	PRAINHA	01	01
130126	RURÓPOLIS	04	04
130126	SANTA IZABEL	01	01
130126	TOMÉ-AÇU	11	11
130126	TRAIRÃO	01	01
130126	TUCUMÃ	01	01
130126	URUARÁ	06	06
	(*) Subtotal Brasil	139	196
EXTERIOR	Não há ocorrência para registro	00	00
	Subtotal Exterior	00	00
	Total (Brasil + Exterior)	139	196

Por iniciativa da CEPLAC, no ano de 2009 foi dado inicio ao processo de transferência de imóveis residenciais para servidores, na cidade de Itabuna-BA, para benefício de 150 famílias, de baixa renda, conforme processo nº 21084.000841/2009. Colocado à apreciação da Secretaria do Patrimônio da União – SPU, foi acolhida e emitida a Portaria nº 248, de 24 de agosto de 2012/SPU, que declarou de interesse do serviço público para regularização fundiária com fins social os imóveis em questão.

A partir da data de publicação da Portaria 248 foi dado prazo de dois anos para encaminhamento das providências necessárias ao feito.

Concluso, os imóveis foram repassados a servidores previamente cadastrados, que receberam escrituras de posse.

11.2.3 - Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no SPIUnet

Os registros contidos no sistema propiciam ao gestor conhecimento da realidade dos imóveis, sob a sua responsabilidade, o que dá segurança no ato de decidir.

A completude dos registros é a marca maior para a segurança e confiabilidade do conteúdo contido no sistema.

Apesar da qualidade dos dados, o sistema necessita de instrumento capaz de avaliar os bens constantemente, sem a necessidade de composição de grupos de trabalho para tal, assim como permitir analise espacial e georeferenciamento.

11.2.4 - Informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade jurisdicionada, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação

Não se aplica

11.2.5 - Os custos de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

Em função das limitações orçamentárias nos últimos anos, não tem sido destinada verba específica para recuperação de imóveis.

As empresas para prestação de serviço de limpeza e conservação são contratadas mediante processo licitatório e os custos estão informados nos quadros contidos nos itens 9.1 e 10.2 deste.

11.3 - Imóveis locados a terceiros

Não se aplica.

11.3.1 – Distribuição geográfica dos imóveis locados

Não se aplica.

11.3.2 – Finalidade de cada imóvel local

Não se aplica.

11.3.3 – Custos de locação e os de manutenção do imóvel.

Não se aplica.

ITEM 12 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Principais Sistemas

- ✓ Página da Ceplac na Web que tem a função principal de centralizar as informações administrativas, jornalísticas, técnicas e científicas da Ceplac, disponibilizando-as aos usuários internos e externos;
- ✓ SisCenex - cuja função principal é a de gerenciar as atividades relativas à extensão rural da Ceplac;
- ✓ SisCepec - cuja função principal é de fazer o acompanhamento dos projetos de pesquisa do Cepec;
- ✓ Banco de Dados de RH - cuja principal função é a de manter a guarda das informações de RH de maneira segura e confiável e disponibilizando o seu acesso;
- ✓ Análise de Solos – fazer o controle das análises de solo e disponibilizar aos usuários;
- ✓ Gestão de Transporte – fazer o controle da frota e da sua utilização bem como do combustível;
- ✓ Gestão de materiais – fazer os controles dos bens de consumo e dos bens patrimoniais;
- ✓ Comunidades de Prática – proporcionar a grupos de pessoas compartilharem interesses em temas sugeridos pela Ceplac, como: Qualidade de cacau e chocolate; modelo integrado de combate de doenças e pragas do cacaueiro; genética e os clones de cacau; custo de produção e mercado de cacau e chocolate; adubação, manejo do cacaueiro e produtividade; recursos ambientais e meio ambientes; etc.

Principais necessidade de sistemas informatizados ou funcionalidades:

- ✓ Elaboração do PDTI da Ceplac;
- ✓ Migração da Página Ceplac web para Portal web Ceplac;
- ✓ Projeto de Vídeo conferência;Gerenciamento eletrônico de documentos;
- ✓ Sistema administrativo dos indicadores de gestão;
- ✓ Ampliação do link de internet.

No planejamento estratégico da Ceplac, no Programa BA-41, Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI Ceplac, constam os principais sistemas existentes, as novas necessidades, bem como as justificativas, em especial a contratação de consultoria para fazer o diagnóstico da situação de TI da Ceplac e elaboração do PDTI.

ITEM 13 – GESTÃO DO USO DOS REC. RENOVÁVEIS E SUST. AMBIENTAL ITEM 3 DN

A partir do ano de 2013 a CEPLAC aderiu ao Projeto Esplanada Sustentável – PES, tendo desde então desenvolvido ações para racionalizar custos com serviços, em especial com o controle no uso de água, energia elétrica, telefonia fixa e contratos de prestação de serviços.

A substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes, equipamentos elétricos por outros com autenticidade de baixo consumo e instalação de paredes de vidro, fez com que o gasto com energia apresentasse menor consumo no período.

A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental nas licitações, a exemplo das embalagens biodegradáveis adquiridas para o fungicida microbiológico a base de *Trichoderma stromaticum*, assim como procura adquirir inseticidas e fungicidas de menor impacto ambiental, quando há registros destes para o cacau e disponibilidade no mercado.

Na análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são de menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. Isso é sempre feito quando há disponibilidade de oferta no mercado.

A aquisição de produtos pela unidade é feita dando preferência a fabricados por fonte não poluidora e de menor consumo de energia, a exemplo de aparelhos de condicionador de ar, geladeiras, veículos e embalagens para biofungicidas.

Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos. Isso especificamente na aquisição de equipamentos de laboratórios, onde a durabilidade e qualidade são fundamentais para a obtenção de resultados precisos e confiáveis.

ITEM 14 – ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE DN

a) Tratamento de determinações exaradas em acórdãos do TCU atendidas no exercício de referência do relatório de gestão e pendentes de atendimento, caso em que deverão ser apresentadas as justificativas pelo não cumprimento.

Assuntos que envolvem Acórdãos do TCU têm sido encaminhados para a Divisão de Gestão de Pessoas, acerca da análise dos Processos de Aposentadorias que julgados legais ou não.

b) Tratamento de recomendações feitas pelo órgão de controle interno ao qual se vincular a unidade jurisdicionada atendidas no exercício de referência do relatório de gestão e pendentes de atendimento, caso em que deverão ser apresentadas as justificativas pelo não atendimento.

Não ocorreram demandas dessa natureza.

c) Demonstração do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	353	353
	Entregaram a DBR	-	270	270
	Não cumpriram a obrigação	-	83	83
Fonte: SEPRO/SUEBA				

Correspondências foram emitidas a todas as Unidades informando sobre a necessidade da entrega anual dos Documentos. A maioria dos servidores resolveu adotar a Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoal Física.

d) Demonstração das medidas administrativas adotadas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário, especificando os esforços da unidade jurisdicionada para sanar o débito no âmbito interno, e também:

No âmbito de atuação da CEPLAC, foram autuados catorze Processo para apurar responsabilidades com os ilícitos identificados.

A1) demonstração da estrutura tecnológica e de pessoal para a gestão da fase interna das TCE;

A gestão da fase interna da TCE é apoiada pela gestão do MAPA com sua estrutura tecnológica e de pessoal específicos

B2) quantidade de fatos que foram objeto de medidas administrativas internas no exercício de referência;

14 (catorze) processos, no exercício em referência, foram instaurados para apurar os fatos que deram origem.

A3) quantidade de fatos em apuração que, pela avaliação da unidade, tenham elevado potencial de se converterem em tomada de contas especial a ser remetida ao órgão de controle interno e ao TCU;

Nenhum

A4) quantidade de fatos cuja instauração de tomada de contas especial tenha sido dispensada nos termos do art. 6º da IN TCU 71/2012;

Nenhum

A5) quantidade de tomadas de contas especiais instauradas no exercício, remetidas e não remetidas ao Tribunal de Contas da União.

Nenhum

e) Demonstração, com a identificação do gestor responsável, da correção e tempestividade da inserção das informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres respectivamente no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentários do exercício de referência do relatório de gestão. (*(NR)(Alteração do item 11.4) (Decisão Normativa nº 139, de 24/9/2014, DOU de 0/0/2014))*

UG	GESTOR (A)
130.010	OSMARINA SCARABELE ELIS CARDOSO
130.125	LUIZ PAULO ABREU DA SILVA
130.126	SANDRA MARIA VIEIRA DA SILVA
130.127	JORGE AFONSO LASMAR
130.129	PAULO FELD
130.122 130.132 130.133	SOLANGE MODESTO KRUSCHEWSKY

ITEM 15 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

a) <u>Demonstração das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade jurisdicionada.</u>

- ✓ Foi formada uma comissão encarregada de providenciar a implantação da Depreciação, Amortização e Exaustão dos bens adquiridos de 2010 a presente data com a Macrofunção SIAFI 02.03.30, com reavaliação e redução ao valor recuperável dos bens por meio de consultas eletrônicas aos sistemas governamentais, tais como: COMPRASNET, SIADS, etc. Alterações do sistema SisPATRI (desenvolvido pela CEPLAC) foram realizadas de forma emergencial para atender o processo de depreciação dos bens patrimoniais da CEPLAC.

b) <u>Demonstração sucinta do estágio de desenvolvimento e da sistemática de apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas, bem como dos bens e serviços resultantes da atuação da unidade jurisdicionada, especialmente aqueles decorrentes da execução dos seus objetivos estratégicos, contemplando, pelo menos, as seguintes informações:</u>

i. identificação da estrutura orgânica da unidade jurisdicionada responsável pelo gerenciamento de custos (subunidade, setor etc.), bem como da setorial de custos a que se vincula, se for o caso;

ii. identificação das subunidades administrativas da unidade jurisdicionada das quais os custos são apurados;

iii. descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos;

iv. práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos;

v. impactos observados na atuação da unidade jurisdicionada, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos;

vi. relatórios utilizados pela unidade jurisdicionada para análise de custos e tomada de decisão.

- ✓ Em novembro de 2014, a CEPLAC foi incluída no programa de CENTRO DE CUSTOS DO GOVERNO FEDERAL, em implantação no Ministério da Agricultura, coordenado pelo GRUPO EXECUTIVO DE CUSTOS DO MAPA, no entanto, ainda não fomos contemplados pelo treinamento necessário, embora tenhamos sido informados que as UG's da CEPLAC já constam no rol de unidades acompanhadas pelo MAPA.

c) <u>Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada, contemplando:</u>

i. descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da unidade jurisdicionada, identificando a instância responsável pelo realização de tal conformidade e as unidades gestoras executoras do SIAFI e fazendo referência à observância da segregação de função no processo de registro da conformidade;

ii. informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício;

iii. descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.

- ✓ Os requisitos feitos nas alíneas c.i, ii e iiii são de responsabilidade da setorial contábil que fica localizada no MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

d) Declaração do contador responsável por unidade jurisdicionada que tenha executado sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, assim como o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	**Código da UG**
COMISSÃO ECEC. DO PLANO DA LAV.CACAUEIRA – CEPLAC/DF	130010

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) – Saldo Along/Indevido contas trans. At. Não Circulante-Imobiliario
b) – Saldo Contábil Bens Moveis não confere c/RMB
c) – Utilização Inadequada de Eventos/Situação CPR

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	**Brasília**	**Data**	**31/12/2013**
Contador Responsável	**ALBERTO JERONIMO PEREIRA**	**CRC nº**	**006624/T-8**

e) Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, no caso das unidades jurisdicionadas que não executaram sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

- ✓ Requisito de responsabilidade da setorial contábil que fica localizada no MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

f) Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ou em lei específica, incluindo as notas explicativas.

- ✓ Requisito de responsabilidade da setorial contábil que fica localizada no MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

g) Demonstração da composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da unidade jurisdicionada como detentora de investimento permanente em outras sociedades.

Não se aplica.

h) Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, caso tenha havido a contratação desse serviço pela unidade jurisdicionada.

Não se aplica.

PARTE C – ANEXOS SOBRE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AOS ITENS DE 1 A 8

Anexo I: Complementa item 1.1 – normas da UJ -

Descrever normas de criação da UJ; normas relacionadas à gestão e estrutura; manuais relacionados às atividades da unidade jurisdicionada.

A Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira – CEPLAC foi instituída pelo Decreto nº 40.987, de 20 de fevereiro de 1957, vinculada ao Ministério da Fazenda, com o objetivo específico de restabelecer o equilíbrio financeiro da lavoura.

È um Órgão específico e singular de pesquisa tecnológica em agricultura, assistência técnica e extensão rural vinculada à estrutura organizacional do MAPA, conforme Decreto nº 7.127, de 04/03/2010.

DECRETO Nº 40.987, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1957 - Institui o Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira do País.

- A Instituição SEPLAN, inicialmente denominada "Plano de Recuperação Econômico Rural da Lavoura Cacaueira e posteriormente Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira", foi criada em 25 de fevereiro de 1957 por meio do Decreto nº. 40.987, vinculada ao Ministério da Fazenda, com missão meramente bancária e finalidade de recompor a dívida dos cacauicultores do Sul da Bahia, para o que foi utilizado recurso financeiro do "Fundo dos Ágios", gerenciado pela CEPLAC.
- Criação do fundo do cacau e o Decreto nº 539, de 23 de janeiro de 1962, ensejaram a ampliação dos processos que vinham sendo desenvolvidos e garantiram recursos suficientes para execução do modelo CEPLAC. Permaneceu até 1963 no estágio acima citado. A partir de 1964 o regime político foi alterado substancialmente e a CEPLAC assumiu novas características, ampliando seu campo de ação para as áreas técnica e científica.
- Em 1967, passou a subordinar-se ao Ministério da Agricultura, com base nos artigos 19, 20 e 21 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, tendo sua autonomia administrativa e financeira assegurada pelo Decreto nº 73.960, de 18 de abril de 1974.
- A partir do ano de 1989, quando foi editada a Resolução nº 1661 do Banco Central do Brasil, a CEPLAC deixou de arrecadar recurso financeiro para manutenção da sua estrutura, em função da extinção da cota das alíquotas do imposto de exportação incidente sobre os produtos de que trata o item I da Resolução nº 900, de 04.04.84.
- O regimento Institucional validado inicialmente com a Portaria n° 38, de 01/02/1999, o Regimento publicado no DOU de 05/02/1999 e posteriormente com o Decreto nº 5.351, de 21/01/2005, sendo que o Decreto foi publicado no DO./U de 24/01/2005.
- Decreto Nº 7.127, de 04/03/2010 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e dá outras providências.
- Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 – Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012 a 2015.
- Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012 – Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o exercício financeiro 2012.

- Portaria nº 1.276 de 27 de dezembro de 2013 – Aprova o Regimento Interno da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.

Anexo II: Finalidades e competências institucionais - REF 1.2 DN -

Descrever finalidade e competências institucionais da unidade jurisdicionada definidas na Constituição Federal, em leis infraconstitucionais e em normas regimentais, identificando cada instância normativa.

I - promover o desenvolvimento rural sustentável das regiões produtoras de cacau do Brasil, por meio de pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia, formação e educação agropecuária, certificação e organização da produção;

II - planejar, apoiar e acompanhar ações de fortalecimento do setor produtivo considerando os arranjos locais, a ênfase em sistemas agroflorestais e a atração de investimentos;

III - promover e ampliar a competitividade e sustentabilidade dos segmentos do agronegócio, o aperfeiçoamento da lavoura cacaueira e desenvolvimento da produção de cacau no país;

IV - promover e melhorar as condições de vida das populações rurais e contribuir para uso racional dos recursos naturais nas regiões produtoras de cacau;

V - ampliar a renda agropecuária e gerar empregos nas regiões produtoras de cacau, por meio de desenvolvimento das atividades agrossilvipastoris, observando as relações de equilíbrio socioeconômico, a capacidade de uso intensivo de mão de obra e a sustentabilidade ambiental;

VI - administrar os recursos provenientes do Fundo Geral do Cacau - FUNGECAU;

VII - coordenar a elaboração, promover a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações pertinentes a sua área de competência;

VIII - propor a programação e acompanhar a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos e colaboradores, em atendimento às demandas técnicas e específicas;

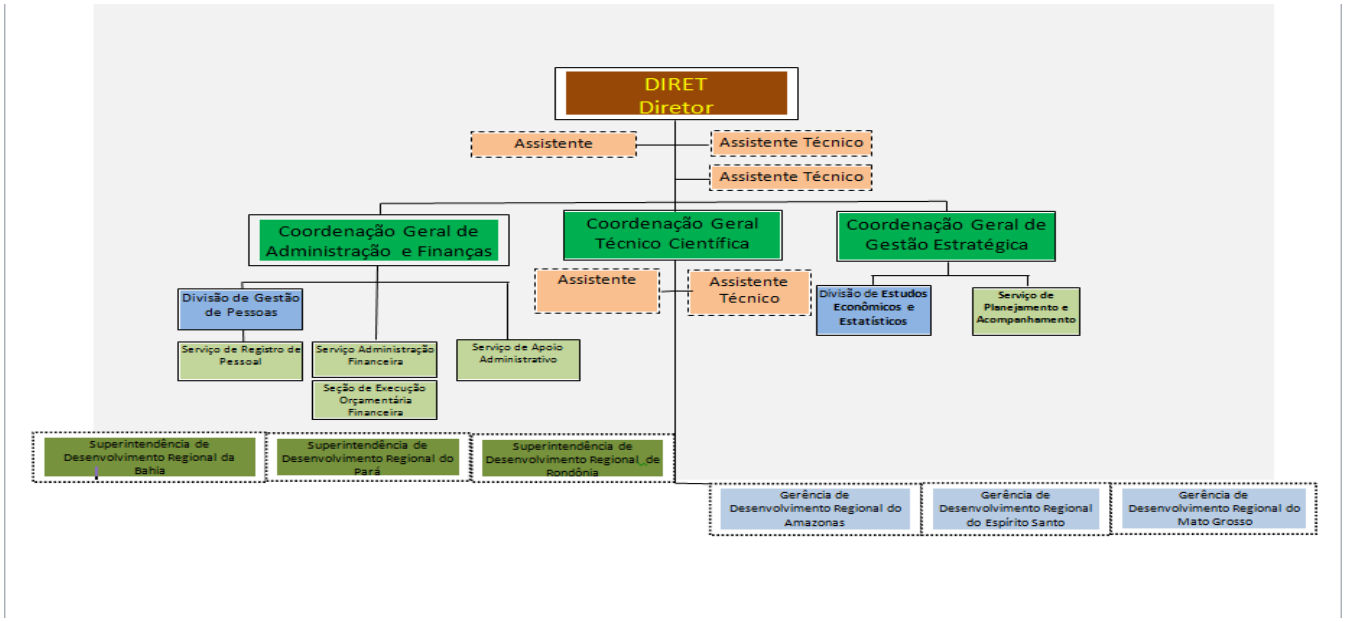
IX - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério;

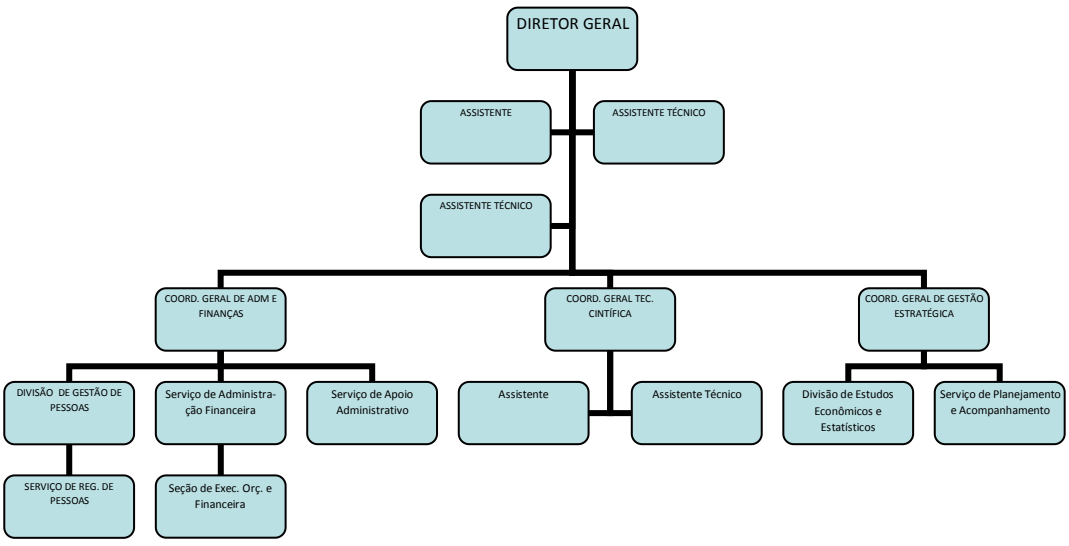
X - subsidiar a Assessoria de Gestão Estratégica com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério; e

XI - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Anexo III: Complementa item 1.2 – organograma -

Organograma funcional com descrição sucinta das competências das áreas ou subunidades estratégicas da unidade jurisdicionada.





Anexo IV: Complementa itens 3 e 4 - relação de responsáveis pelos objetivos estratégicos.

Objetivo	Melhorar a qualidade de vida nas regiões produtoras de cacau por meio da geração de trabalho, emprego e renda em bases sustentáveis.		
Unidade envolvida	**Atuação**	**Responsável**	**Contato**
CGEST/DIRET	Levantamento de dados trimestralmente, análise e conversão para indicadores com ajustes necessários semestralmente e consolidação da medição com periodicidade anual .	Elieser Barros Correia	(61) 3966 3257 elieser@ceplac.gov.br

Objetivo	Ser Promotora da Sustentabilidade e Competitividade do Setor Agrícola		
Unidade envolvida	**Atuação**	**Responsável**	**Contato**
CGEST/DIRET	Levantamento trimestral de dados junto a nossas unidades sobre a produção das culturas envolvidas, ajustes de metas , aferição e monitoramento com periodicidade semestral com consolidação anual. .	Elieser Barros Correia	(61) 3966 3257 elieser@ceplac.gov.br

Objetivo	Ser Agente de Desenvolvimento Territorial e Inclusão Social		
Unidade envolvida	**Atuação**	**Responsável**	**Contato**
CGEST/DIRET	Apuração trimestral do indicador nas atividades de ATER e Pesquisa, reestimativas de metas e metodologias, consolidação de dados para medição anual, busca de recursos externos através de Termos de Cooperações, Convênios entre outras modalidades para aporte financeiro visando o cumprimento das metas.	Elieser Barros Correia	(61) 3966 3257 elieser@ceplac.gov.br

Objetivo	Incrementar a Produção Agropecuária com Base na Conservação Produtiva		
Unidade envolvida	**Atuação**	**Responsável**	**Contato**
CGEST/DIRET	Levantamento de dados trimestrais junto a nossas unidades para a consolidação semestral dos indicadores, cálculos de índices de conservação ambiental – ICA e em sistemas agroflorestais,	Elieser Barros Correia	(61) 3966 3257 elieser@ceplac.gov.br

Objetivo	Ampliar Produção de Agroenergético		
Unidade envolvida	**Atuação**	**Responsável**	**Contato**
CGEST/ DIRET	Levantamento de dados trimestrais junto a unidade da Bahia, análise e consolidação semestral do indicador	Elieser Barros Correia	(61) 3966 3257 elieser@ceplac.gov.br

Objetivo	Fortalecer a Agricultura Familiar		
Unidade envolvida	**Atuação**	**Responsável**	**Contato**
CGEST/DIRET	Gestão junto aos órgãos competentes, busca de recursos externos através de Termo de Cooperações, Convênios entre outras modalidades	Elieser Barros Correia	(61) 3966 3257 elieser@ceplac.gov.br

Objetivo	Promover a Diversificação Agropecuária Regional		
Unidade envolvida	**Atuação**	**Responsável**	**Contato**
CGEST/DIRET	Levantamento e consolidação trimestral de dados.	Elieser Barros Correia	(61) 3966 3257 elieser@ceplac.gov.br

Objetivo	Agregar valor a produção		
Unidade envolvida	**Atuação**	**Responsável**	**Contato**
CGEST/DIRET	Levantamento e consolidação trimestral de dados e conversão para os indicadores.	Elieser Barros Correia	61) 3966 3257 elieser@ceplac.gov.br

Objetivo	Ser Excelência em P&D		
Unidade envolvida	**Atuação**	**Responsável**	**Contato**
CGEST/DIRET	Consolidação e análise trimestral e anual dos dados e informações da área de PD & I	Elieser Barros Correia	61) 3966 3257 elieser@ceplac.gov.br

Objetivo	Garantir excelência em ATER e transferência de Tecnologia		
Unidade envolvida	**Atuação**	**Responsável**	**Contato**
CGEST/DIRET	Levantamento e consolidação e análise trimestral de dado, e conversão para os indicadoress.	Elieser Barros Correia	61) 3966 3257 elieser@ceplac.gov.br

Anexo V: Complementa itens 3.2 e 4.2 – indicadores de desempenho

Descrição de cada indicador de desempenho

Indicador de Desempenho	
Nome	Renda agropecuária / Cacau, Seringueira e Dendê
Descrição e forma de análise	Renda bruta por hectare promovida pela produção agropecuária nas regiões cacaueiras com base na produção primária.
Fórmula de Cálculo	Valor bruto da produção/Área colhida em ha
Unidade de Medida	R$/ha
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Base geográfica: cacau nacional, dendê Bahia e seringueira Ba e E. Santo

Fonte: IBGE e CEPLAC

Indicador de Desempenho	
Nome	Produtividade de cacau em amêndoas secas
Descrição e forma de análise	Mede quanto foi produzido de cacau por unidade de área em hectare
Fórmula de Cálculo	Produção total /Área colhida em ha
Unidade de Medida	Kg/ha
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Regiões cacaueiras do Brasil

Fonte: IBGE

Indicador de Desempenho	
Nome	Produtividade de dendê em cachos
Descrição e forma de análise	Mede a produção de dendê por unidade de área em hectare
Fórmula de Cálculo	Produção total de cachos / Área colhida em ha
Unidade de Medida	Ton
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Base Bahia

Fonte: IBGE e CEPLAC

Indicador de Desempenho	
Nome	Produtividade da seringueira em látex coagulado
Descrição e forma de análise	Mede a produção de látex coagulado por unidade de área em hectare
Fórmula de Cálculo	Produção total de látex/ Área colhida em ha
Unidade de Medida	Kg/ha
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Base Bahia e Espírito Santo

Fonte: IBGE e CEPLAC

Indicador de Desempenho	
Nome	Famílias beneficiadas
Descrição e forma de análise	Mede o número de famílias beneficiadas nas ações integradas de ATER e desenvolvimento territorial rural
Fórmula de Cálculo	∑ do número de Famílias
Unidade de Medida	Um
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Áreas de atuação da CEPLAC

Fonte: CEPLAC

Indicador de Desempenho	
Nome	Área de cacau cabruca manejado
Descrição e forma de análise	Mede a área de cultivo de cacau cabruca das propriedades assistidas
Fórmula de Cálculo	∑ da área de cacau cultivada sob o sistema agroflorestal cabruca nas propriedades assistidas
Unidade de Medida	ha
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Regiões cacaueiras do Brasil

Fonte: CEPLAC

Indicador de Desempenho	
Nome	Áreas em SAF´s silvestre e várzeas manejadas com cacau
Descrição e forma de análise	Mede a Área em ha de SAF´s silvestres e várzeas manejadas
Fórmula de Cálculo	∑ da área de cultivos assistidos em SAF´s silvestres e várzeas com cacau
Unidade de Medida	ha
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	SAF-Sistemas AgroFlorestais apurados no Amazonas e Pará

Fonte: CEPLAC

Indicador de Desempenho	
Nome	Índice de Conservação Ambiental - ICA Imóveis assistidos
Descrição e forma de análise	Apura índice de conservação tomando como referência a cobertura vegetal dos imóveis assistidos pela CEPLAC
Fórmula de Cálculo	ICA (%) = {(∑ Cult.Perm.*100)+(∑ Cult.Temp.*10)+(∑ Pastagens*20)+(∑ Outros *100)}/ (∑ área total assistida)
Unidade de Medida	%
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Apurado na Bahia

Fonte:SisCENEX/CEPLAC

Indicador de Desempenho	
Nome	Índice de Áreas em Sistemas Agroflorestais.
Descrição e forma de análise	Mede a relação entre a área de todos os SAFs e a área total de cultivos exceto pastagens
Fórmula de Cálculo	% SAFs = {((∑ Cacau)+(∑ Cons. Per.)+(∑ Cons. Temp.)) * 100}/ {(∑ Cacau)+(∑ Cult.Per.)+(∑ Cult. Temp.)+(∑ Cons. Per.)+(∑ Cons. Temp.)}
Unidade de Medida	%
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Regiões cacaueiras do Brasil

Fonte: CEPLAC

Indicador de Desempenho	
Nome	Volume de produção de dendê para agroenergia
Descrição e forma de análise	Mede a produção total de dendê em cachos
Fórmula de Cálculo	Produção de dendê em cachos
Unidade de Medida	Ton
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Base Bahia(Recôncavo)

Fonte: CEPLAC

Indicador de Desempenho	
Nome	Produtividade de dendê com foco em agroenergia
Descrição e forma de análise	Mede a produção em toneladas de cachos por hectare
Fórmula de Cálculo	Produção em toneladas de cacho/ha colhido
Unidade de Medida	Ton/ha
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Base Bahia(Recôncavo)

Fonte: CEPLAC

Indicador de Desempenho	
Nome	Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP
Descrição e forma de análise	Mede o número de DAPs emitidas pelas unidades da CEPLAC.
Fórmula de Cálculo	∑ de DAP´s emitidas
Unidade de Medida	un
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Regiões cacaueiras do Brasil

Fonte: MDA e CEPLAC

Indicador de Desempenho	
Nome	Organizações associativas acompanhadas
Descrição e forma de análise	Mede o número de organizações associativas diversas acompanhadas pelos serviços de extensão e pesquisa
Fórmula de Cálculo	∑ de Associações Acompanhadas
Unidade de Medida	un
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Áreas de atuação da CEPLAC

Fonte: CEPLAC

Indicador de Desempenho	
Nome	Crédito Rural
Descrição e forma de análise	Mede o valor dos projetos de crédito rural elaborados.
Fórmula de Cálculo	∑ do montante de crédito rural elaborado
Unidade de Medida	R$
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Áreas de atuação da CEPLAC

Fonte: CEPLAC

Indicador de Desempenho	
Nome	PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar
Descrição e forma de análise	Mede o valor dos projetos de crédito de PRONAF elaborados
Fórmula de Cálculo	∑ do montante de crédito rural de PRONAF elaborado
Unidade de Medida	R$
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Áreas de atuação da CEPLAC

Fonte: CEPLAC

Indicador de Desempenho	
Nome	Área de Cultivo de Cacau, seringueira e dendê

Descrição e forma de análise	Mede a área total de cada cultivo: cacau, seringueira e dendê
Fórmula de Cálculo	∑ das áreas de cada cultivo
Unidade de Medida	ha
Periodicidade de Medição	Anual
Observação	Regiões cacaueiras do Brasil

Fonte: IBGE e CEPLAC

Indicador de Desempenho	
Nome	Processamento Nacional de Cacau
Descrição e forma de análise	Mede o volume em toneladas a quantidade de amêndoas secas processadas nacional-mente.
Fórmula de Cálculo	∑ em toneladas processadas no ano
Unidade de Medida	Ton/ano
Periodicidade de Medição	anual
Observação	Base nacional

Fonte: IBGE

Indicador de Desempenho	
Nome	Processamento de cacau em pequenas plantas
Descrição e forma de análise	Mede o volume de cacau processado em pequenas plantas industriais
Fórmula de Cálculo	∑ tonelada de cacau processado em pequenas plantas
Unidade de Medida	Ton/ano
Periodicidade de Medição	anual
Observação	Regiões cacaueiras do Brasil

Fonte: CEPLAC

Indicador de Desempenho	
Nome	Produtos certificados em processos diversos
Descrição e forma de análise	Mede o volume de cacau produzido/processado com alguma certificação em sistemas de produção e processos diversos
Fórmula de Cálculo	∑ tonelada de cacau certificado
Unidade de Medida	Ton/ano
Periodicidade de Medição	anual
Observação	Regiões cacaueiras do Brasil

Fonte: CEPLAC

Indicador de Desempenho	
Nome	Índice de Desenvolvimento Tecnológico
Descrição e forma de análise	Mede número de projetos de PD&I, TT e tecnologias disponibilizadas para as cadeias produtivas de atuação da CEPLAC
Fórmula de Cálculo	∑ (Projetos de PD&I+TT+Tecnologias disponibilizadas)
Unidade de Medida	un
Periodicidade de Medição	anual
Observação	PD&I=pesquisa, desenvolvimento e inovação; TT=transferência de tecnologias (pesquisas desenvolvidas)

Fonte: CEPLAC

Indicador de Desempenho	
Nome	Produtor Atendido
Descrição e forma de análise	Número total de produtores atendidos pela CEPLAC
Fórmula de Cálculo	∑ de produtores atendidos

Unidade de Medida	un
Periodicidade de Medição	anual
Observação	Regiões cacaueiras do Brasil

Fonte: CEPLAC

Indicador de Desempenho	
Nome	Produtores Associados Atendidos
Descrição e forma de análise	Número de produtores atendidos com vínculo associativo junto a alguma entidade
Fórmula de Cálculo	∑ de produtores atendidos vinculado a organizações associativas
Unidade de Medida	un
Periodicidade de Medição	anual
Observação	Regiões cacaueiras do Brasil

Fonte: CEPLAC

Indicador de Desempenho	
Nome	Produção Nacional de Cacau
Descrição e forma de análise	Mede a produção total de cacau no Brasil
Fórmula de Cálculo	∑ toneladas produzidas de cacau nacionalmente
Unidade de Medida	Ton/ano
Periodicidade de Medição	anual
Observação	Regiões cacaueiras do Brasil

Fonte: IBGE e CEPLAC

Anexo VI: Complementa informações do item 5.1 c) – objetivos PAA_LOA

Alinhamento de cada objetivo estratégico com PPA e LOA.

Anexo VI: Complementa informações do item 5.1 c) - Objetivos PPA – LOA			
OBJETIVO ESTRATÉGICO:			
PROGRAMA	**OBJETIVO**	**INICIATIVA**	**AÇÃO**
Inovações para a Agropecuária	Administrar e Gerenciar as unidades.	Operacionalização e Gestão das unidades.	Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau
	Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional, institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.	Ampliação e modernização da infraestrutura física e laboratorial dos Centros de Pesquisas da CEPLAC nos Estados da Bahia, Pará e Rondônia.	
	Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia.	Geração de tecnologias sustentáveis, adequadas aos sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos Biomas da Mata Atlântica e Amazônia.	
		Desenvolvimento de processos de avaliação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais para as regiões cacaueiras.	
	Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia.	Difusão de tecnologias agrícolas e planos de negócios sustentáveis para as regiões cacaueiras. - Difusão e Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e de Sistemas Agroflorestais nas Regiões Cacaueiras.	
Defesa Agropecuária	Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.	Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais.	Promoção da Defesa Agropecuária
Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de	Desenvolvimento da potencialidade agroenergética das regiões produtoras de cacau.	Desenvolvimento da Agroenergia

Anexo VI: Complementa informações do item 5.1 c) - Objetivos PPA – LOA			
OBJETIVO ESTRATÉGICO:			
PROGRAMA	**OBJETIVO**	**INICIATIVA**	**AÇÃO**
	desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.		

Anexo VII: Descrição das estruturas de governança – REF 2.1 DN

Descrição das estruturas de governança da unidade jurisdicionada, tais como conselho de administração, conselho fiscal, comitê de auditoria, unidade de auditoria interna ou de controle interno, comitês de apoio à governança (de gestão de TI, de gestão de pessoas etc.), sistema de correição etc., identificando as normas de instituição e de regência de cada instância e descrevendo de maneira sucinta as atribuições e as formas de atuação.

Não se aplica.

Anexo VIII: Complementa informações do item 6.2 – avaliação sistema de controles

Avaliação do sistema de controles internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS
Ambiente de Controle
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. Sim, embora não exista equipe especificamente alocada para o desempenho da atribuição.
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. Sim, em sua maioria
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. Adequada mas não eficiente. A área de comunicação deverá desenvolver projeto específico para a melhora da comunicação interna.
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. Sim, adota-se o código de ética do Servidor Público e as normas internas do MAPA.
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. São formalizados, embora careçam de padronização
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. Não
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. Sim
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ. Sim, embora não seja possível garantí-la por falta de pessoal capacitado para exercer todas as funções
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. Os controles internos não tem efeito retroalimentado
Avaliação de Risco
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. Apenas os das áreas finalísticas, incluindo aí a sua gestão. As atividades de suporte - RH, TI, Administrativa e Financeira - não dispõe de metas e indicadores de gestão.
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. Os processos finalísticos são claramente identificados e monitorados.

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS
Ambiente de Controle
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. Não
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. Não
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. As vezes
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. Não
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. Sim
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. Sim
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.
Procedimentos de Controle
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. Sim
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. Sim
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. Sim
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle. Sim
Informação e Comunicação
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. Sim
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. Nem sempre
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. Não
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. Não
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. Não
Monitoramento
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. Não

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS
Ambiente de Controle
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. Não
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. Não foi avaliado.

Anexo IX: Complementa item 8.2 – carta de serviços ao cidadão

Análise do atendimento ao público externo.

A análise aqui solicitada está descrita no item 8.2.

Anexo X: Medidas adotadas para cumprimento das normas relativas à acessibilidade REF 3.6 DN

Medidas adotadas pelos órgãos ou entidades com vistas ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis.

Ao longo dos últimos cinco exercícios a instituição tem alterado instalações para recepção a pessoas com necessidades especiais, com adaptações no acesso às sedes das unidades (instalação de rampa e corrimão), inclusive em sanitários. Nestes, em alguns casos, foi necessária a modificação da área para permitir a entrada de cadeirantes, além de implantar instrumentos de sustentação dos usuários e de pisos ante derrapantes.